



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

JEAN RENÉ PATRICE

**MIGRANTES HAITIANOS EM SÃO PAULO E
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

**Belém
2017**

JEAN RENÉ PATRICE

**MIGRANTES HAITIANOS EM SÃO PAULO E
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/ICSA/UFPA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Nádia Socorro Fialho Nascimento

Coorientador: Prof. Dr. Marcel Theodoor Hazeu

Belém
2017

Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSA/UFPA – Belém
Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P314 Patrice, Jean René
Migrantes haitianos em São Paulo e superexploração da força de trabalho / Jean René Patrice. – 2017.
120 f. p. ; 30 cm.

Orientadora: Nádia Socorro Fialho Nascimento.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2017.

1. Migração – Haiti. 2. Força de trabalho - Haiti. 3. Divisão internacional do trabalho.
I. Nascimento, Nádia Socorro Fialho, orient. II. Título.

CDD - 23. ed. 304.82

JEAN RENÉ PATRICE

**MIGRANTES HAITIANOS EM SÃO PAULO E
SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO**

Trabalho apresentado ao Curso de Mestrado em Serviço Social no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/PPGSS/ICSA/UFPA, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Local e data da defesa: Belém, Pará, 31.03.2017

FOLHA DE APROVAÇÃO

Prof^a Dr^a Nádia Socorro Fialho Nascimento
Orientadora, ICSA/UFPA

Prof. Dr. Marcel Theodoor Hazeu
Coorientador, ICSA/UFPA

Profa. Dra. Vera Lúcia Batista Gomes
Membro interno, UFPA

Prof. Dr. Anderson Joseph
Membro externo

Aos meus maravilhosos pais,
Esther VALLEUS e François PATRICE.

AGRADECIMENTOS

Meus primeiros agradecimentos vão aos meus caros orientadores, Prof^a Dr^a Nádía Socorro FIALHO NASCIMENTO e Prof. Dr. Marcel Theodoor HAZEU, pelas contribuições indescritíveis na realização da dissertação. Em seguida, agradeço meus irmãos, particularmente Françoise PATRICE e Daniel PATRICE, que sempre acreditam na minha escolha de estudar e me encorajam. Meu reconhecimento também vai à direção da Professora Iracilda SAMPAIO que me acompanhava no processo do estudo desde quando eu estava me preparando no meu país para viajar ao Brasil.

Eu tenho que agradecer de uma forma especial a Esther LAHENS e Jackson DUME, que são meus dois caros amigos a jogar um papel importantíssimo na realização desse estudo. Um grande agradecimento é direcionado à minha namorada, Fabienne GENOIS, pelo seu apoio moral. Outros amigos a agradecer são Peterson TELUS, Maxi VERANORD, Rodelyn CALIXTE, Jesuka DUTERVAL, Fednor SAINFERLIS, Edouard STEVELESON, Eddy JEUNE, Lukaine BOBO, Davidson INNOCENT, Osnel VANCOL e Ronald NORMIL.

Eu devo um enorme agradecimento a todos meus colegas e amigos(as) da minha Turma Especial de 2015 do PPGSS, particularmente Leidy MARQUES de SOUZA, que contribuíram consideravelmente ao longo desse estudo.

A lista de agradecimentos não pode ser terminada sem agradecer especialmente à FOKAL, pelo apoio financeiro, e Myriam JEAN-CHARLES Paola, por sua mediação.

RESUMO

A migração internacional dos haitianos é o fruto da inserção dependente do Haiti no sistema econômico global. A implicação da MINUSTAH, presente no Haiti desde 2004 sobre a liderança do Brasil, na escolha dos haitianos para virem ao território brasileiro, a expansão econômica desse país na primeira década do século XXI, a inserção precária dos haitianos no mercado de trabalho são elementos relevantes de discussão para justificar nosso pressuposto. Desse modo, propomos indagar como os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil podem ser entendidos como um recrutamento de mão-de-obra destinado à superexploração na lógica da divisão internacional de trabalho. Nossa reflexão é norteada à luz da crítica marxista. Uma pesquisa documental foi realizada para determinar o objeto de estudo e para discutir as categorias e a história da migração haitiana. Também, realizamos uma pesquisa de campo em São Paulo onde entrevistamos migrantes haitianos, servidores públicos, representantes da Missão da Paz e empregadores. Os dados recolhidos mostram que as oportunidades do Brasil são viabilizadas pela MINUSTAH no universo do imaginário dos haitianos que virem para esse país na procura de trabalho. Aliás, as condições de trabalho e de vida dos migrantes haitianos em São Paulo são precárias devido, sobretudo, ao baixo salário e ao desemprego.

Palavras-chave: Migração Internacional Haitiana. Força de Trabalho. Superexploração. Dependência. Divisão Internacional de Trabalho.

RÉSUMÉ

La migration internationale des haïtiens est le fruit de l'intégration dépendante d'Haïti au système économique global. L'implication de la MINUSTAH, présente en Haïti depuis 2004 sur la commande du Brésil, l'expansion économique de ce pays dans la première décennie Du XXI siècle, l'insertion précaire des haïtiens au marché du travail brésilien sont des éléments fondamentales que puissent justifier notre conception. Ainsi, nous proposons d'investiguer dans quelle mesure les flux migratoires des haïtiens au Brésil peuvent être entendus comme un recrutement de main d'oeuvre destinée à la superexploitation dans la logique de la division internationale du travail. Nous adoptons le matérialisme dialectique comme guide de notre réflexion. Une recherche documentaire est réalisée pour déterminer l'objet d'étude, pour développer les catégories et l'histoire de la migration haïtienne. Nous réalisons aussi une recherche de terrain à São Paulo où nous avons interviewé des migrants haïtiens, des fonctionnaires publiques, des représentants de la Missão da Paz et des employeurs. Les données récoltées montrent que la MINUSTAH offre une visibilité au Brésil comme un pays d'opportunité dans l'univers de l'imagination des haïtiens qui partent pour ce pays à la recherche de travail. En outre, les conditions de travail et de vie des migrants haïtiens sont précaires dû surtout au salaire dérisoire et au chômage.

Mots-clés: Migration Internationale des Haïtiens. Force de Travail. Superexploitation. Dépendance. Division Internationale du Travail.

REZIME

Fenomèn ayisyen kap pati kite peyi a se rezilta fason yo te rantre Ayiti nan sistèm ekonomik kapitalis la tankou yon peyi depandan. Enplikasyon MINISTA ki nan peyi a depi 2004 sou kòmandman Brezil, progrè ekonomik Brezil nan premye 10 ane XXI syèk la, jan entegrasyon ayisyen yo te fèt avèk prekarite nan mache travay Brezilyen an, se kèk faktè kle ki ka jistifye enterè nou genyen nan rechèch sa. Nou vle bouske konprann nan ki mezi nou ka considere tankou yon rekritman travayè mas ayisyen kap kite peyi a pou yo ale Brezil e kòman tou rekritman sa fèt pou yo ka esplwate fòs travay yo nan lojik divizyon entènasyonal travay la. Nap itilize materyalis dyalektik pou gide refleksyon nou yo. Nou fè yon rechèch dokimantè pou nou ka defini objè etid la, devlope konsèp yo e prezante istwa migrasyon entènasyonal ayisyen an. Nou reyalize yon rechèch teren nan vil Sen Pòl kote nou fè entèvwou ak migran ayisyen, fonksyonè piblik, reprezantan Misyon Lapè ak anplwayè. Enfòmasyon nou jwenn nan men moun sa yo fè konprann kòman MINISTA vann imaj Brezil an Ayiti tankou yo peyi ki gen anpil avantay. Se sa ki fè anpil ayisyen kite peyi a pou yo ale chache travay Brezil. Nou obsève tou kòman kondisyon travay ak lavi ayisyen yo difisil akòz sitou mèg salè yo touche ak chomay.

Mo kle: Migrasyon entènasyonal ayisyen. Fòs travay. Sipè esplwatasyon. Depandans. Divizyon entènasyonal travay.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de um dos caminhos feitos pelos haitianos para vencer as fronteiras e ingressar no Brasil

Figura 2 – Municípios de residência dos haitianos no Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Salário, tempo de trabalho e formas de afastamento dos haitianos entrevistados em São Paulo em 2016

Tabela 2 – Área e função de trabalho dos haitianos entrevistados em São Paulo em 2016

Tabela 3 – Remessas dos migrantes haitianos entrevistados em São Paulo para o Haiti

Tabela 4 – Condição da moradia dos migrantes haitianos entrevistados em São Paulo em 2016

Tabela 5 – Acesso dos migrantes haitianos aos serviços sociais do governo em São Paulo

LISTA DE SIGLAS

ACP: Ação Civil Pública

BC: Banco Central

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CCBH: Centro Cultural Brasileiro no Haiti

CATE: Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo

CNI: Conselho Nacional de Imigração

CPF: Cadastro de Pessoa Física

CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

FASCH: *Faculté des Sciences Humaines*

FGV: Fundação Getúlio Vargas

FMI: Fundo Monetário Internacional

FSMM: Fórum Social Mundial das Migrações

FOKAL: Fondasyon Konesans ak Libete

INHSI: Instituto Nacional Haitiano Estatístico e de Informação

MHAVE: Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior

MINUSTAH: Missão das Nações Unidas pela Estabilização do Haiti

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PARDN: *Plan d'Action pour le Relèvement et le Développement National d'Haiti*

PEC-G: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação

PEC: Proposta de Emenda Constitucional

PIB: Produto Interno Bruto

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RMI: *Revenu Minimum d'Insertion*

SMDTE: Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, São Paulo

UBS: Unidade Básica de Saúde

UFPA: Universidade Federal do Pará

UNIFAP: Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 TRABALHO, SUPEREXPLORAÇÃO E MIGRAÇÃO	25
1.1 Trabalho e exploração	25
1.2 Divisão internacional de trabalho e superexploração	28
1.3 Dependência e deslocamento internacional	30
2 MIGRAÇÃO HAITIANA: DEPENDÊNCIA E RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES	41
2.1 A colonização do Haiti: os primeiros migrantes escravizados	41
2.2 A ocupação americana: entre dependência e recrutamento	48
2.3 O regime da ditadura <i>duvalieriste</i> : a afirmação da migração como uma tradição no Haiti	51
2.4 A mobilidade haitiana ao Brasil: uma rotaconstruída	57
3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS HAITIANOS EM SÃO PAULO	67
3.1 Condição da migração dos haitianos em São Paulo	74
3.2 Condição de trabalho dos haitianos em São Paulo	81
3.3 Condição de vida dos haitianos em São Paulo	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICES	111
ANEXOS	119

INTRODUÇÃO

Em 2010, estávamos escrevendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para terminar a formação universitária em Serviço Social na *Faculté des Sciences Humaines* (FASC). O título do TCC é “Adaptação dos deportados haitianos provenientes dos Estados Unidos na sociedade haitiana”.

Durante essa pesquisa, começamos a ouvir notícias sobre a viagem de haitianos para o Brasil. Na cidade natal da nossa mãe que se chama *Plaine du Cul-de-Sac*, no bairro *Turbe*, ouvimos de vez em quando a notícia de viagem de pessoas que conhecemos. No decorrer do tempo, o destino do Brasil se tornou uma “canção de sucesso” que estava na boca da população haitiana. Em outras palavras, o interesse de viajar para o Brasil “*vin tankou yon plon gaye*” (a notícia estourou como uma bomba) ao redor dos territórios haitianos. Observamos conversa entre pessoas sobre as oportunidades no Brasil e a possibilidade para ir a esse país pela via aérea ou pela fronteira. Temos um primo que ficou entusiasmado com a ida ao Brasil na esperança de conseguir trabalho. Ele deixou o último ano do ensino médio no meio caminho para viajar ao Brasil. Lembramos uma vez em 2013, quando fomos à Embaixada do Japão no mesmo prédio onde fica a Embaixada do Brasil, no *Pétion-Ville*, e percebemos uma grande fila de haitianos que estavam esperando no processo de pedido de visto brasileiro. Em dezembro de 2014, fizemos a mesma constatação na embaixada quando fomos a esse lugar para pedir o visto de estudo brasileiro.

Os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil após o terremoto de 12 de janeiro de 2010 não são um fenômeno novo na história da migração internacional. Uma catástrofe natural gera, geralmente, deslocamento de populações do seu território a outro, seja interna ou externa. Em respeito a isso, as catástrofes naturais são consideradas como um causa da migração além de guerras, de repressão política etc. No entanto, nessa conjuntura do deslocamento haitiano para o Brasil, a *Mission des Nations Unies pour la Stabilisation d’Haiti* (MINUSTAH) está presente no Haiti desde 2004, comandada pelo Brasil que se afirmava no cenário mundial como uma nova potência. Essa coincidência entre o período do deslocamento dos haitianos para o Brasil e o da presença da MINUSTAH despertou nosso interesse em investigar a relação entre esses dois acontecimentos na história do Haiti. Interessamo-nos em analisar a presença brasileira no Haiti em relação à “escolha”

do destino dos haitianos em busca de trabalho no Brasil. Partindo da perspectiva da expansão capitalista, pretendemos enfatizar o deslocamento dos haitianos para o Brasil como um recrutamento de trabalhadores destinado à superexploração dentro da lógica da divisão internacional de trabalho.

Por sua circulação acelerada e seus impactos, a migração internacional se torna um fenômeno de grande importância no mundo. De vez em quando, a migração internacional chama a atenção e apela pela consciência da humanidade ao redor do planeta. De um lado, os indivíduos se deslocam para outros territórios ou países e, de outro lado, os Estados e os organismos nacionais e internacionais se mobilizam para lidar com o fenômeno em questão. Não exageramos ao dizer que a migração internacional é uma das principais preocupações do século XXI devido a sua evolução incessante.

Segundo a ONU (2016, p. 4), “o migrante internacional é uma pessoa que reside num país diferente daquele que nasceu”. De fato, a mobilidade internacional das pessoas tem crescido vertiginosamente nos últimos 15 anos, precisamente de 2000 a 2015, segundo os dados do *International Migration Report 2015: Highlights* da ONU (2016) sobre 232 países ou territórios no mundo. Os migrantes internacionais somaram 244 milhões pessoas em 2015, mais de 222 milhões em 2010, e 173 milhões em 2000. Esses dados mostram o quanto a migração internacional se expande mundialmente. A migração mundial não é um fenômeno isolado e está condicionado por dinâmicas políticas, econômicas, comerciais e culturais.

Peixoto (2004), pesquisador português da área da migração, concebe as migrações como um resultado de contextos históricos particulares que adquirem uma dinâmica interna que lhes conferem as características de um sistema como um conjunto de países e regiões que alimentam fluxos migratórios importantes entre si, redes macro-regionais que unem uma região central a uma de países emissores de migrantes e a interligação entre fluxos migratórios e outro tipo de intercâmbio de forma político, econômico, comercial e cultural.

A importância da migração não se refere apenas a um deslocamento territorial, mas também político, em que o fator econômico é primordial: um cidadão se torna migrante porque está à procura no país de destino de condições de sobrevivência que não encontra dentro do seu país de origem (VELASCO, 2014). No atual contexto geopolítico das migrações internacionais, Delmas-Marty, professora

brasileira e doutora em Direito Internacional, entrevistada por Valdez (2016), sugere que o atual ciclo migratório é vinculado ao aprofundamento das desigualdades econômicas entre os países e à mudança das formas de produção trazidas pela globalização econômica, além de outros fatores pontuais específicos, principalmente os conflitos armados, a perseguição étnica ou religiosa e as catástrofes naturais. De acordo com Sassen (1998), socióloga holandesa e perita na área da migração e globalização, as mudanças advindas do processo de reestruturação produtiva implicam novas modalidades de mobilidade do capital e da população em diferentes partes do mundo. As correntes dos movimentos migratórios são inevitáveis quando se referem à globalização do sistema capitalista que se estrutura numa nova divisão internacional do trabalho com a expectativa de maximizar lucro ao redor do mundo. De fato, o maior aumento do número dos migrantes se verificou no período da rápida globalização a partir de 1980 (MARCHI, 2009). Além disso, a migração é vinculada aos problemas políticos, econômicos, sociais, ambientais de inúmeros países periféricos ou empobrecidos tais como miséria, catástrofes naturais, conflitos políticos, guerras civis, provocados ou agravados pelos países centrais.

Segundo Milesi e César (2014), na maioria das migrações atuais, o ato de migrar é uma decisão forçada que pode ser motivada por causas econômicas, sociais, políticas e naturais. Nessa lógica estão as guerras ocorrendo em certos países africanos e asiáticos que têm provocado grandes fluxos migratórios, principalmente dentro dos dois continentes e também para Europa, desde o início da segunda década do século XXI.

Além disso, depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010 que assolou o Haiti, iniciaram-se os fluxos migratórios para o Brasil, pela primeira vez na história dos dois países. A partir das estimativas do *Plan d'Action pour le Relèvement et le Développement National d'Haiti* (PARDN) em 2010, Seguy (2015) apresentou os danos que o terremoto deixou: mais de 300.000 (trezentos mil) mortos, 522.000 (quinhentos e vinte e dois mil) feridos entre os quais 5.000 (cinco mil) amputados. Os danos materiais foram avaliados da seguinte maneira: 105.000 residências totalmente destruídas e outras 208.000 irreversivelmente danificadas, 1.300 (mil e trezentos) edifícios educacionais, 50 (cinquenta) hospitais e centros de saúde desabaram ou estão inutilizáveis. Além de todos esses números, não se pode deixar de mencionar os 1,5 milhões de desabrigados.

Os fluxos migratórios por estas duas causas da mobilidade humana mencionadas, as guerras e as catástrofes naturais, têm se concentrado nos países da Ásia, da África e da América Latina, inicialmente para países vizinhos, mas posteriormente rumo a países centrais ou mais avançados. Há uma lógica de dependência ao longo da história do desenvolvimento capitalista que provoca impactos nos países periféricos e direcionam os fluxos migratórios.

De acordo com Sayad (2004, p. 162-163), sociólogo algeriano e pesquisador da área da migração, “a imigração é como um sistema social, que se mantém por uma relação de dominação – ainda simbólica – entre o país de imigração e o país de emigração”. As tendências do deslocamento internacional vislumbram os sinais da dependência de um país de outro. Segundo as estimativas do Relatório da ONU (2016), a maioria dos migrantes residem num punhado de países. Em 2015, 67% dos migrantes internacionais do mundo estavam vivendo somente em 30 países. Os Estados Unidos são o país onde reside o maior número de migrantes com 47 milhões, ou seja, 19% do total mundial. A Alemanha e a Federação Russa recebem o segundo e o terceiro maior número de migrantes do mundo, com 12 milhões cada um. Em seguida, encontramos os Emirados Árabes Unidos com 10 milhões, o Reino Unido com nove milhões, e os Emirados Árabes Unidos com oito milhões (ONU/Highlights, 2015, p. 8). Os países com maior renda foram o destino da maioria da população global de migrantes internacionais. Esses países receberam 57 milhões, equivalente a 81%, dos 71 milhões de aumento de migrantes ao redor do mundo entre 2000 e 2015 (ONU, 2016).

Apesar da mobilidade Sul-Sul, Norte-Sul que assistimos nos dias de hoje, a concentração dos migrantes nos países mais avançados reforça o pressuposto de que o deslocamento internacional se articula dentro de um processo de dominação e de dependência centro-periferia. Um mecanismo de repulsão é posto em andamento nos países mais empobrecidos (periferia) para que a população viaje para os países mais avançados (centro). Papademetriou (1984), grego e pesquisador da área da migração, sustenta a tese de que a absorção gradual dos Estados e das regiões menos desenvolvidos no sistema capitalista ocasionou a desintegração interna da parte dominada e, por consequência, liberou diversas forças que facilitam a expulsão. Desde modo, a nova divisão de trabalho provoca conflitos de classes que desequilibram ainda mais o sistema e impõe ao trabalhador a escolha da migração como uma (única) solução possível. Esses elementos descrevem, particularmente,

como o Haiti é inserido, desde a ocupação americana, na economia mundial como fornecedor de mão-de-obra barata para outros países.

A ocupação militar americana do Haiti entre 1915 e 1934 contribuiu para a desmobilização das forças sociais e políticas do país e a destruição da cultura agrícola dos camponeses que era a base da economia nacional: “O campesinato se tornou vítima das expropriações, primeira forma da exploração capitalista numa colônia ou país ocupado” (SUZY, 1988, p. 90). Desse modo, os camponeses se tornaram livres de atividade laboral e se converteram em trabalhadores dispostos para vender sua força de trabalho a qualquer custo às empresas americanas. Essa realidade ocasionou também o êxodo rural onde as pessoas migraram para as regiões metropolitanas à procura de emprego. Ao invés de conseguir emprego, os camponeses foram aumentar o exército de reserva de mão-de-obra nas grandes cidades. Nessa situação de miséria e de desemprego do povo haitiano, forjada ou agravada pelos ocupantes americanos, a última alternativa era de deixar o país, com respaldo dos governos americano e haitiano, à procura de trabalho. Essa emigração constituía numa relação de mão-de-obra quase servil voltada ao refinamento de açúcar cubano e dominicano que eram propriedades americanas nesses territórios (SUZY, 1988). Desde essa época, o Haiti é inserido na nova divisão internacional de trabalho como uma indústria de exportação de migrantes para cumprir as necessidades dos modos de produção capitalista.

Durante o regime da ditadura duvalierista, se reforça e sistematiza o processo de deslocamento internacional dos haitianos que expandiu aos vários países de diversos continentes do mundo como a República Dominicana, Cuba, os Estados Unidos, o Canadá, a França e alguns países do Caribe. O Haiti se tornou conhecido como um país com tradição migratória, o que pode ser confirmado pelos dados oficiais do Ministério dos Haitianos Residentes no Exterior (MHAVE), segundo o qual aproximadamente entre 4 a 5 milhões de haitianos estão espalhados pelo mundo, a maior parte nos Estados Unidos, Canadá, França, República Dominicana e certos países do Caribe.

Desde o ano 2004, o Brasil se tornou um novo destino para os haitianos. Além do desemprego, da miséria e das catástrofes naturais, as causas fundamentais dos últimos fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil estão na dominação militar, política e socioeconômica do país pela Missão das Nações Unidas para a Estabilidade do Haiti (MINUSTAH) sob a liderança do Brasil.

Vale destacar que, em vez de melhorar as condições de vida das populações no mundo, o desenvolvimento globalizado aumenta a dependência, a desigualdade e a pobreza. Desde o final da década de 1990, o Haiti é considerado o país mais empobrecido do continente americano (HANDERSON, 2015). Segundo as estimativas do 4^o Censo Geral da População e Moradia (GRPH) de 2003, 35% da população ativa do Haiti está desempregada e o subemprego é crônico. A esperança de vida é baixa, com 58 (cinquenta e oito) anos e o nível do desenvolvimento econômico e humano é modesto.

A pobreza, como resultado da dependência do Haiti do desenvolvimento globalizado, tem criado condições de vida desumanas que impulsionam as pessoas a viajar para fora do país em busca de trabalho. É nesse contexto estrutural que se insere o deslocamento internacional dos haitianos para o Brasil. Martine (2005) evidenciou que o migrante vive num mundo em que a globalização dispensa fronteiras, muda parâmetros diariamente, ostenta luxos, esbanja informações, estimula consumos, gera sonhos e, finalmente, cria expectativas de uma vida melhor. A MINUSTAH/Brasil criou todos os mecanismos para influenciar os fluxos migratórios dos haitianos para a terra “verde e amarela” após o terremoto de 12 de janeiro de 2010.

Os acordos diplomáticos e socioeconômicos, e os eventos organizados entre o Haiti e o Brasil foram intensificados depois da presença do exército brasileiro a partir de 2004. A presença do Centro Cultural Brasileiro no Haiti é a materialização de acordo bilateral entre ambos os países. O objetivo desse centro é de promover a cultura brasileira na sociedade haitiana. Nessa perspectiva, vale salientar o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) que oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. O programa é desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares. As bolsas concedidas pelo governo brasileiro constituem o principal item de gasto e viabilizam a formação de estudantes estrangeiros nos mais variados níveis, da graduação ao pós-doutorado. Nosso caso como estudante de pós-graduação no mestrado na Universidade Federal do Pará (UFPA) é relacionado a essa política, de acordo de intercâmbio de estudo entre o Brasil e outros países.

Além dos acordos e dos eventos existem também entre o Brasil e o Haiti inúmeros projetos de cooperação bilateral e multilateral, implementados pelas Organizações Não Governamentais (ONG). Trata-se de cooperação técnica sob diversas modalidades, tais como agrícola, eleitoral, infraestrutural, etc. A ONG brasileira Viva Rio, por exemplo, com seus diversos projetos socioeconômicos é um exemplo da atuação das ONG no país. Como consequência, o Brasil se tornou um referencial no imaginário dos cidadãos haitianos como um país de oportunidades onde eles poderiam conseguir trabalho para satisfazer suas necessidades. Na sua tese de doutorado, de ponto de vista de seus interlocutores na pesquisa, Handerson (2015, p. 125) indicou diversos mecanismos favorecendo a vinda dos haitianos ao Brasil e a intenção deles na escolha desse país:

1) o fato de o Brasil possuir um papel político e econômico importante no cenário mundial atual e, ao mesmo tempo, comandar as tropas da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH); 2) a posição pública e internacional de abertura e de hospitalidade do Governo brasileiro em relação aos haitianos; 3) a difusão entre os haitianos (no Haiti e fora do país) de que o Governo brasileiro está incentivando a migração haitiana no país, tendo interesse na mão-de-obra haitiana nas construções das obras da Copa do Mundo (mesmo não sendo verídico); 4) a propaganda de imagem do Brasil de ser um “paraíso racial”, sem discriminações, particularmente no imaginário daqueles que sofriam tal discriminação na República Dominicana e no Equador; 5) circular a informação de que, no Brasil, o migrante ganha moradia e alimentação gratuita (o que não é fato), além da remuneração do trabalho ser bem significativa, variando entre US\$ 2.000 a US\$ 3.000 mensais.

Diante desses elementos apresentados pelo autor, podemos destacar a influência do exército brasileiro na escolha do Brasil para os migrantes haitianos. Um elemento a destacar no redirecionamento da mobilidade haitiana para o Brasil se deve às barreiras erigidas pelos anteriores países de destino contra o ingresso dos haitianos. Além disso, reconhecemos que o Brasil não foi o país de destino de alguns haitianos, mas um ponto de transição para alcançar outros países (Guiana Francesa e Suriname, por exemplo) como Handerson (2015) sustenta na sua tese de doutorado. Contudo, convém dizer que a presença da MINUSTAH/Brasil constitui o fator determinante conjuntural dos fluxos migratórios do povo haitiano para o território brasileiro. Nosso pressuposto corresponde ao ponto de vista de Sassen quando diz: “cada fluxo migratório é produzido por condições específicas de momento e lugar” (SASSEN, 2010, p. 115).

No quadro global dos movimentos migratórios internacionais, o deslocamento haitiano para o Brasil pode ser analisado no contexto do papel de ambos os países no processo de desenvolvimento globalizado vinculado à divisão internacional de trabalho. De um lado, o Brasil é considerado como um país da semiperiferia (ou subimperialista) que está cumprindo seu papel de exportador de produtos agroindustriais para os países centrais, o que dificulta uma industrialização autônoma e o atendimento às demandas socioeconômicas do povo e a diminuição das desigualdades sociais. Desse ponto de vista, convém dizer que, em face da relação de subordinação econômica, as nações desfavorecidas pela troca desigual não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas procuram compensar a perda de renda gerada pelo comércio internacional por meio do recurso de uma maior exploração do trabalhador (MARINI, 1973).

O Haiti é um país da periferia fornecedor de mão-de-obra barata para países do centro e da semiperiferia, particularmente o Brasil. Com uma numerosa população – estimada em 10 milhões de habitantes – o Haiti compõe um imenso exército industrial de reserva, que garante a mão-de-obra barata e a pressão sobre os que trabalham, para que não se mobilizem por melhorias (ALMEIDA, 2010). Nesse contexto, Delmas-Marty se refere à globalização como uma “fábrica de migrantes” (VALDEZ, 2016). Isto é, os trabalhadores se deslocam à procura de trabalho e de vida digna. No entanto, os países desenvolvidos adotam políticas migratórias cada vez mais restritivas que dificultam o respeito dos direitos humanos dos migrantes, condições *sine qua non* à inserção integral dos migrantes. Paralelamente, em geral, os países em desenvolvimento não adotam essas políticas restritivas de entrada em seus territórios, mas não encorajam a regularização migratória e o acesso a direitos humanos. Os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil e a reação dos atores estatais e da sociedade civil em relação à presença deles refletem o ponto de vista da autora.

Desde os anos 2004 se despertou o interesse dos haitianos em viajar ao Brasil na busca de trabalho e melhores condições de vida. O início dos fluxos migratórios mais recentes de haitianos rumo ao Brasil pela fronteira aconteceu depois do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Paralelamente, é crescente a emissão de vistos aos haitianos para entrar no Brasil pela via aérea.

A presença dos haitianos no Brasil se apresenta como um fenômeno novo que chama a atenção de várias camadas da sociedade. Vale destacar, de um lado, a solidariedade da comunidade religiosa no atendimento dos haitianos, particularmente a Pastoral da Mobilidade Humana e a Missão da Paz que lhes ofereceram alimentação, alojamento, mediação no mercado de trabalho etc. Não podemos esquecer também o posicionamento da sociedade civil em favor dos haitianos para defender os direitos deles e cobrar as autoridades municipais, estaduais, federais para tomar suas responsabilidades ao atendimento deles. De outro lado, há uma fragilidade do governo brasileiro no atendimento dos haitianos. Esse fato pode ser evidenciado pelas condições precárias e desumanas dos haitianos no acampamento no Brasil, como evidenciou a socióloga brasileira Mamed (2015) em pesquisa intitulada “Trabalho e migração internacional: o caso dos haitianos na Amazônia Ocidental”. Ela relatou que o acampamento do centro da cidade de Brasileia/Acre que permaneceu entre fevereiro de 2013 e abril de 2014, funcionou em condições improvisadas e insalubres. A permanência diária nesse local girava em torno de 500 e 1000 pessoas, sendo que a sua capacidade era para no máximo 300. No acampamento público de imigrantes estruturado no Acre, houve uma grande disputa entre haitianos e senegaleses por atenção, território e comida. Os desentendimentos e conflitos tendem a aumentar principalmente nos momentos de superlotação, quando há o temor da falta de água, comida, espaço e a própria concorrência pelas vagas de trabalho.

Os haitianos que conseguiram se inserir no mercado de trabalho vivenciaram condições desumanas, como as denúncias divulgadas pela mídia como o Repórter Brasil (2014) que relatou o discurso do auditor fiscal Marcelo Gonçalves Campos sobre 121 (cento e vinte e um) haitianos que foram resgatados de condições análogas às de escravos em duas operações realizadas em 2013. Segundo as palavras do auditor fiscal, “uma das casas parecia uma senzala da época da colônia, era absolutamente precária. No fundo, havia um espaço grande com fogões a lenha. A construção nem era de alvenaria”. Notamos também uma reação de medo e de repulsão de certos moradores brasileiros diante da presença de haitianos.

Esse fenômeno novo provocou o surgimento de diversos discursos, comentários, reflexões, preocupações tanto nas mídias e como dos pesquisadores ou intelectuais. Mamed (2015) interpretou o movimento internacional dos

trabalhadores haitianos na Amazônia Ocidental como um efeito da divisão internacional do trabalho. Sidney (2012) destaca a passagem dos haitianos na tríplice-fronteira Brasil-Colômbia-Peru, para atingir Tabatinga e a contradição entre o sonho deles com o Brasil como um país das oportunidades favorável ao acolhimento de estrangeiros e a realidade lamentável que eles encontram naquela fronteira. Outros autores como Cotinguiba e Pimentel (2012) abordam o processo da inserção social dos haitianos em Porto Velho onde eles demonstram uma inserção efetiva dos haitianos no mercado de trabalho nessa cidade. Na tese de doutorado do Handerson (2015), cujo título é “Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa”, o ponto central é de compreender os sentidos sociais da mobilidade no espaço (trans)nacional haitiano, qualificando pessoas, objetos, casas, dinheiro e ações.

Neste contexto mostra a relevância de uma pesquisa para apreender e aprofundar esse fenômeno na contemporaneidade, mas também vislumbra as contradições entre a implicação da MINUSTAH/Brasil na escolha do povo haitiano para se direcionar à terra “verde e amarela” e a fraqueza ou negação do governo brasileiro ao atendimento dos haitianos. Dessa contradição surgiram os questionamentos da nossa pesquisa: por que o governo brasileiro influenciou a vinda dos haitianos no Brasil? Como eles são inseridos no mercado de trabalho e/ou na sociedade brasileira? Em que categoria de trabalhadores os migrantes haitianos podem ser classificados no Brasil no contexto da divisão internacional de trabalho? Essa última pergunta constitui a preocupação central de nossa pesquisa.

Numa tentativa de resposta aos nossos questionamentos da pesquisa, destacamos três grupos de questões sobre a vinda dos migrantes haitianos ao Brasil. O primeiro grupo de considerações é sobre o caráter paliativo do atendimento do governo brasileiro aos haitianos em relação à concessão do visto humanitário, por meio da Resolução Normativa 97/2012 do CNI, tomada em 12 de janeiro de 2012 (XAVIER; MOTA, 2014). Ao lado dos haitianos, outros migrantes não documentados, particularmente os africanos, estão presentes também no solo brasileiro, mas não se beneficiam de uma resolução igual. Esse tratamento diferenciado favorável aos haitianos merece uma atenção mais profunda.

O segundo grupo de questões se refere ao acesso de documentos legais que migrantes haitianos precisam para ficar no Brasil: o Cadastro de Pessoa Física (CPF) e a Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). Exceto a posse da

carteira de saúde que possibilita o acesso a uma consulta de primeiro socorro limitado, os haitianos não têm acesso aos serviços sociais (alimentação, moradia, escolaridade, entre outros), que facilitariam a inserção integrada deles. Portanto, o interesse do governo é mais voltado para a inserção dos haitianos no mercado de trabalho de forma precária do que garantir os direitos humanos deles.

Em terceiro lugar, nesse mesmo contexto de inserção ao mercado de trabalho, pode ser observada ao mesmo tempo, a quantidade de migrantes haitianos que estão trabalhando no Brasil, as áreas de trabalho, o tipo de trabalho exercido por eles, a qualificação deles e as condições de trabalho deles (salários, função, direitos trabalhistas etc.). Procura-se também apreender como esses fatores impactam a vida dos haitianos. Essas considerações são fundamentais para nossa compreensão do cumprimento de papel de fornecedores de mão-de-obra barata dos trabalhadores haitianos no mercado de trabalho brasileiro e, também, das formas de superexploração de força de trabalho no contexto da divisão internacional de trabalho. Dessas reflexões surgiu como objetivo geral da pesquisa: analisar como a migração de haitianos para o Brasil se estrutura dentro da lógica da divisão internacional de trabalho. Em seguida, formulamos os seguintes objetivos específicos: 1) determinar as condições da migração dos haitianos em relação à dependência do Haiti e os interesses do governo brasileiro pelos trabalhadores haitianos; 2) avaliar as condições de trabalho dos migrantes haitianos no Brasil; 3) avaliar as condições de vida dos migrantes haitianos no Brasil; 4) identificar as políticas sociais e migratórias acessadas pelos migrantes haitianos no Brasil.

No âmbito de apreender o fenômeno da migração haitiana para o Brasil na sua totalidade, nossa reflexão deve ser norteada à luz da metodologia da crítica marxista como fio condutor ao longo da pesquisa e, segundo Batista-dos-Santos, Alloufa e Nepomuceno (2010), aquela metodologia deve guardar coerência com suas bases ontológicas e epistemológicas.

Foi realizada uma pesquisa documental para discutir e aprofundar o fenômeno em estudo. Principalmente, procuramos documentos pela internet como livros, artigos, dissertações, teses, matérias, reportagens etc. Descobrimos pela internet a tese de doutorado de Handerson (2015), que foi de uma grande importância para iniciar essa pesquisa. Recebemos documentos pelos nossos orientadores como suas teses de doutorados (FIALHO NASCIMENTO, 2006; HAZEU, 2015), o textos de Arrighi (1997), de Sassen (2010) e Galeano (1987).

Alguns textos que recebemos no decorrer das aulas foram utilizados nessa pesquisa. Por exemplo, descobrimos uma parte dos textos de Marini (1973) e de Mészáros (2002) durante uma aula com os professores Vera e Hazeu. Fomos para a cidade de Vitória do Espírito Santo, nos eventos 5º Encontro Internacional de Política Social/12º Encontro Nacional de Política Social, de 06 a 08 de junho de 2016, na Universidade Federal do Espírito Santo (Vitória/ES). Aproveitamos para comprar os livros de Standing (2013) e de Antunes (2009). Viajamos para o Haiti no mês de agosto de 2016 à procura de documentos para redigir principalmente o segundo capítulo onde discutimos a história da migração internacional haitiana. O acesso a documentos referentes ao assunto foi difícil no Brasil. Como não foi uma tarefa fácil para ter o acesso a esses documentos, fomos procurar na biblioteca da *Faculté des Sciences Humaines* (FASCH) onde encontramos alguns textos como os de Narcisse (1991) e Icart (1987). Solicitamos documentos de amigos que nos emprestaram alguns textos como os de Suzy (1988), Moura (1984) e Casimir (2004).

A dificuldade de acesso aos documentos no Haiti se deve à escassez de textos sobre a questão da migração internacional haitiana, e à não posse de carteira da biblioteca da FASCH. Além da pesquisa documental, realizamos uma pesquisa de campo em São Paulo, em julho e setembro de 2016. No decorrer dessa pesquisa, entrevistamos haitianos, servidores públicos, representantes da Missão da Paz e empregadores. Visitamos também o Museu da Migração.

Dividimos nossa pesquisa em três capítulos: no primeiro discutiremos as categorias de trabalho, a superexploração e a migração. No segundo, será exposta a migração haitiana: dependência e recrutamento de trabalhadores. No terceiro, faremos uma discussão sobre a metodologia de pesquisa de campo e uma análise sobre a superexploração da força de trabalho dos haitianos em São Paulo a partir das entrevistas realizadas.

1 TRABALHO, SUPEREXPLORAÇÃO E MIGRAÇÃO

Uma discussão sobre as categorias se revela relevante pela compreensão do fenômeno em estudo na sua totalidade. Em respeito a essa lógica, pretendemos discutir nesse primeiro capítulo as categorias que compõem o arcabouço teórico da nossa pesquisa. Essa discussão é estruturada em três segmentos: 1) trabalho e exploração, 2) divisão internacional de trabalho e 3) superexploração, dependência e migração.

1.1 Trabalho e exploração

Existe uma relação indispensável entre o homem e o trabalho. A reprodução biológica e social do homem depende do trabalho. Sem o trabalho, a vida cotidiana não seria possível de se reproduzir (ANTUNES, 2008). A atividade do trabalho requer a contribuição da natureza, pois, de acordo com Fialho Nascimento (2006, p. 129), “trabalho e natureza constituem, assim, dialeticamente, elementos indissociáveis de todo processo produtivo”. No decorrer desse último é criado um valor de uso que garante a sobrevivência e a evolução do ser humano. “Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor” (GORENDER, 1996, p. 34). Nessa perspectiva, Orosia apresenta como o valor de uso se converte em mais-valia.

Em primeira instância, o valor se apresenta sob a forma de valor de troca, e este em sua forma preço e forma dinheiro. A forma de preço, por sua vez, se expressa como preço de produção e como preço de mercado. Neste processo de desdobramento e manifestação, vão ocorrendo distorções, entre as quais estão as diferenças entre valor e preço. Os preços de produção e de mercado colocam em evidência que nem todo capitalista se apropria do valor produzido, mas sim de uma mais-valia que pode estar acima ou abaixo do referido valor. No entanto, a variação dos preços tem um ponto de gravitação, e este é o valor (OSCORIO, 2013, p. 52).

A conversão do valor de uso a mais-valia é chamada por Marx (1996, p. 99) como “a acumulação originária que se constrói através uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho”. A acumulação originária (ou acumulação primitiva) do capital se caracteriza pela atuação dos mercadores e

usuários que concentraram a riqueza em dinheiro mediante toda espécie de fraude e de extorsão. Eles são os representantes do capital mercantil pré-capitalista (GORENDER, 1996). O mesmo autor expõe a formação endógena do capital industrial, isto é, como a acumulação de dinheiro introduz um processo de exploração gradualmente aguçada:

A aplicação do dinheiro acumulado na circulação mercantil e monetária à produção de mercadorias levou à exploração acentuada, à pauperização e à expropriação dos artesãos. Por sua vez, do próprio meio dos artesãos, emergiram os mestres que, em suas oficinas, se destacaram pela eficiência na exploração dos aprendizes e companheiros e puderam passar da condição de mestres-trabalhadores à de mestres capitalistas, já por inteiros patrões (GORENDER, 1996, p. 35).

Antunes (2008) destaca dois sentidos do trabalho: atividade vital ou fazer compulsório. O primeiro se refere ao trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização. O segundo se refere ao trabalho transformado pela sociedade capitalista em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. A força de trabalho torna-se uma mercadoria cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. A transformação da força do trabalho em mercadoria está na base da desapropriação do homem da terra e a divisão social do trabalho dando lugar às relações de exploração como o principal fator explicativo da origem do valor e também como a mola propulsora da crescente desigualdade e exclusão (SANTOS, 2001). Em geral, a exploração é o processo de apropriação de trabalho excedente. No capitalismo este processo toma a forma particular de apropriação pelo capital do valor criado pela força de trabalho na produção, valor que excede o próprio valor da força de trabalho (OSCORIO, 2013, p. 49). A exploração da força de trabalho se dá por meio da acumulação primitiva que afasta o trabalhador de seus meios de produção de trabalho como Marx afirma:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, num processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista (MARX 1989, liv. I, v. II, p. 830).

A acumulação privada pela desapropriação da maioria da população às forças produtivas se sustenta sob uma base ideológica como Harvey (2011, p. 57-58) expõe:

a história da acumulação primitiva implicou a produção de títulos de superioridade “natural” e, portanto, baseadas na biologia, que legitimou as formas de poder hierárquico e de classe em face das alegações religiosas ou seculares do status de igualdade perante os olhos de Deus ou do Estado.

Na mesma linha de desapropriação do trabalhador aos seus meios de produção e o impacto dessa última, Harvey (2011, p. 55) afirma que “a despossessão da massa da população do acesso direto aos meios de produção (a terra, em particular) libera a força de trabalho como uma mercadoria no mercado”. Em seguida, o mesmo autor estima que a massa da população, de alguma forma ou outra, tem sido colocada numa posição em que tem de trabalhar para o capital para sobreviver (HARVEY, 2011). Para tanto, todo um processo de liberação de força de trabalho é posto em andamento como colocou Harvey (2011, p. 57)

Uma estratégia capitalista alternativa é mobilizar os elementos da população que ainda não foram proletarizados. O alvo mais óbvio é os camponeses e as populações rurais (como tem acontecido na China nos últimos anos). Nos países capitalistas avançados, onde essas populações em grande parte desapareceram, houve uma virada importante para a **mobilização das mulheres na força de trabalho** (grifo nosso), juntamente com a proletarização dos elementos da população que conseguiram viver fora da economia do trabalho assalariado.

Desse modo, vem se formando um “exército industrial de reserva” que é uma das condições necessárias à reprodução e à expansão do capital.

Esse exército de reserva deve ser acessível, socializado e disciplinado, além de ter as qualidades necessárias (isto é, ser flexível, dócil, manipulável e qualificado quando preciso). Se essas condições não forem satisfeitas, então o capital enfrenta um sério obstáculo à acumulação contínua (HARVEY, 2011, p. 55).

Esses obstáculos são, cada vez mais, superados pela aplicação de novas estratégias como a ampliação da divisão social de trabalho inerente à superexploração dos migrantes.

1.2 Divisão internacional de trabalho e superexploração

Há interpretações diferentes sobre a divisão do trabalho. Enquanto Durkheim a analisa como positiva para o aperfeiçoamento e desenvolvimento da sociedade, Marx compreende a divisão do trabalho como parte da dinâmica de exploração capitalista do trabalho. Na percepção positivista, de acordo com Durkheim (1999), a divisão social do trabalho possibilita o aumento simultaneamente da força produtiva e a habilidade do trabalhador. Ela é a condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades e, a fonte da civilização. Para ele, a divisão social de trabalho se reveste de uma função de solidariedade ao afirmar que: “a verdadeira função da divisão social de trabalho é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (DURKHEIM, 1999, p. 21).

Contraopondo a visão de Durkheim, Marx (1996) entende a existência da prevaiente divisão social do trabalho sob a forma de classes sociais e Mézáros (2002) como “ditadura não eleita” da divisão hierárquico-social do trabalho, que estruturalmente subordina uma classe a outra e, ao mesmo tempo, também subjuga os indivíduos da própria classe. Daí se desenha uma polarização no mundo do trabalho onde se opõe a força de trabalho dos países capitalistas avançados – os beneficiários relativos da divisão capitalista global do trabalho – à força de trabalho relativamente bem mais explorada do “Terceiro Mundo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 1058).

Ao entender essa oposição do ponto de vista que a divisão de trabalho e o capitalismo são duas caras da mesma moeda, podemos dizer que, em geral, os trabalhadores são explorados ao redor do mundo, tanto nos países do centro como nos países da periferia ou empobrecidos. Entretanto, a exploração dos trabalhadores é muito mais comum e agudizada nos últimos.

Vale destacar o caráter dinâmico do capitalismo para operar mudança no decorrer da sua história no âmbito de responder às crises do sistema ou de adaptar sua máquina com novas demandas ou necessidades. Essa mudança sempre trouxe, cada vez mais, na sua raiz os traços de dominação, de desumanização e de exploração. Mézáros (2002, p. 1032) determina a forma da reprodução das condições de domínio com respaldo da intervenção ativa de poderosos fatores ideológicos em termos seguintes:

para provar sua continuada viabilidade, a ordem socioeconômica estabelecida deve constantemente se adaptar às condições mutáveis de

dominação. Através de toda a história por nós conhecida, a ideologia desempenhou papel importante nesse processo de readaptações estruturais.

As reformas ou adaptações feitas para o sistema capitalista são voltadas à procura de forças produtivas, os meios de produção como matérias-primas e a força de trabalho, para garantir a expansão econômica, manipular simultaneamente a oferta e a demanda de trabalho e resolver o problema de escassez de trabalho. Desse modo, Mészáros (2002) ressalta que a divisão social de trabalho prevalecente continua a suprir as exigências elementares desse metabolismo.

Para uma compreensão global e contraditória dessa transformação, fica claro que a nova divisão internacional de trabalho e a globalização são interligadas na nova reestruturação capitalista. Nesse contexto, o capital, em escala global, vem redesenhando novas e velhas modalidades de trabalho – o trabalho precário – com o objetivo de recuperar as formas econômicas, políticas e ideológicas da dominação burguesa (ANTUNES, 2008). A análise do processo de globalização reforça a convicção de que sua lógica implacável, mais do que bem-estar, tem produzido um aumento da exploração da força de trabalho e promovido maior destruição de todas as formas de sobrevivência que não se adaptam aos padrões econômicos da sociedade global (SANTOS, 2001).

Diante da flexibilização e da desregulação da relação de trabalho, incluindo da ausência de direitos, Vasapollo (2005, p. 33) oferece uma reflexão global das condições precárias do trabalho:

A flexibilização, definitivamente, não é solução para aumentar os índices de ocupação. Ao contrário, é uma imposição à força de trabalho para que sejam aceitos salários reais mais baixos e em piores condições. É nesse contexto que estão sendo reforçadas as novas ofertas de trabalho, por meio do denominado mercado ilegal, no qual está sendo difundido o trabalho irregular, precário e sem garantias. Com o pós-fordismo e a mundialização econômico-produtiva, o trabalho ilegal vem assumindo dimensões gigantescas, também porque os países industrializados deslocaram suas produções para além dos limites nacionais e, sobretudo, vêm investindo em países nos quais as garantias trabalhistas são mínimas e é alta a especialização do trabalho, conseguindo, assim, custos fundamentalmente mais baixos e aumentando a competitividade.

Convém dizer, com Marini (1973), que os trabalhadores são superexplorados por meio de três mecanismos: a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. O modo de produção capitalista é fundado exclusivamente na

maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (MARINI, 1973). Nessa perspectiva, Honneth (2003) sublinha o caráter problemático da valorização do trabalho no contexto onde o persistente desemprego e as formas precárias de emprego tornam visíveis os limites do mercado de trabalho. Essa constatação faz referência à relação entre o desemprego e o subemprego no sentido de que, de um lado, são disponíveis inúmeros de desempregados, de outro lado, eles são facilmente absorvíveis ao mercado de trabalho para trabalhar nas condições as mais precárias. É uma forma de superexploração que pode ser apreendida nos processos migratórios inerente à relação de dependência entre os países os mais avançados e os menos avançados no processo de desenvolvimento global.

1.3 Dependência e deslocamento internacional

O surgimento da acumulação primitiva gera gradualmente uma relação de dominação ou de dependência entre os países no mundo. A dependência se manifesta de várias maneiras ao longo do percurso do desenvolvimento capitalista (a colonização, o imperialismo, o liberalismo, o neoliberalismo etc.). O imperialismo, pautado numa relação de dominação, se estrutura, segundo Galtung (1971), sobre ambos os mais relevantes fatos do mundo: a enorme desigualdade entre as nações, em quase todos os aspectos das condições de vida do ser humano, incluindo do poder de decisão em referência a essas condições de vida; e a resistência à mudança dessa desigualdade.

Partindo da apreensão de economia-mundo em sua totalidade, Wallerstein (1974) acrescenta que este sistema assenta-se em duas instituições chaves: numa divisão mundial do trabalho e na existência, em certas áreas, de aparelhos burocráticos de Estado. Nessa mesma linha do pensamento de sistema-mundo, Ferraro (2008) apoia a ideia de que a pobreza é a consequência direta da evolução da política econômica internacional dentro de uma rígida divisão do trabalho a favor o rico e penalizando o pobre.

Estamos frente às perspectivas capitais para a compreensão e a crítica tanto da atualidade como do processo de formação de um mundo desigualmente polarizado entre um “centro” progressivamente explorador e enriquecido e “periferias” progressivamente exploradas e empobrecidas (AMADEO; ROJAS, 2011).

Daí tem criado e mantido uma relação de dependência entre o centro (dominador) e a periferia (dominada e dependente). O fenômeno da migração pode ser entendido dentro dessa visão estrutural mundial baseada pela divisão internacional de trabalho e de dependência.

Em geral, as discussões sobre a dependência se inserem na perspectiva universal da dualidade desenvolvimento/subdesenvolvimento, em contraponto da visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento, que expressa a ideia de que o “atraso” dos países subdesenvolvidos é explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização (SANTOS, 1978). A relação de dependência entre os países é uma realidade que se manifestou antes do século XX, mas o debate sobre a problemática da dependência se alimentou na segunda metade do século XX. Nesse sentido, para uma ampla compreensão da teoria da dependência, vamos dar uma olhada no contexto do surgimento dela e o debate que a provoca.

Duas considerações podem ser feitas sobre o contexto do surgimento da teoria da dependência. Em primeiro lugar, ela era desenvolvida no final dos anos 1950 pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e Caribe (CEPAL) sob a liderança do seu diretor Raul Prebisch, conhecido como um reformista liberal. Os estudos desse último e os colegas dele sugerem que a atividade econômica nos países mais ricos sempre provoca sérios problemas econômicos nos países mais pobres (FERRARO, 2008).

Em segundo lugar, de acordo com Borón (2008), a teoria da dependência ou das teorias da dependência surge no contexto histórico da América Latina nos anos 1960 quando produziam grandes mudanças no mundo inteiro e nas mais diversas expressões da vida social. Desse modo, a teoria da dependência tenta explicar as novas características do desenvolvimento dependente, que já havia se implantado nestes países (SANTOS, 2000).

Contudo, no início, a teoria da dependência se refere a uma nova aproximação do subdesenvolvimento da região da América Latina. Portanto, Norman (1973) procurava aplicar o conceito de dependência à realidade caribenha. A reflexão se baseava sobre a integração econômica dos países de língua inglesa do Caribe pela diminuição do tamanho das restrições ao seu desenvolvimento. Além disso, a integração regional objetivou a independência nacional. Deve-se ressaltar também a relevância dessa teoria na compreensão da realidade da África e da Ásia

que tiveram quase as mesmas características que a América Latina e a região do Caribe, pois foram e são inseridas no sistema mundo dentro da mesma lógica de dependência, como mostra, por exemplo, o economista Samir Amin (2006).

O debate sobre a teoria da dependência é intenso e reúne autores de diversas correntes. Ferraro (2008) destaca três correntes desse debate: os reformistas liberais (Prebisch), os marxistas (Frank), e os expoentes da teoria do sistema-mundo (Wallerstein). Entre esses expoentes, optamos pela linha de pensamento marxista para uma compreensão da dimensão estrutural e uma análise crítica da questão na sua totalidade, compreendendo que a teoria do sistema-mundo seja de certa forma um expoente desta linha.

De acordo com Frank (1990), o subdesenvolvimento implica a análise das relações dependentes de produção e de troca no interior do processo mundial de acumulação de capital. Santos (2000), citando Frank, coloca que as relações servis e escravistas desenvolvidas na região fazem parte, pois, de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital financeiro em pleno processo de acumulação.

Nessa mesma lógica, Machado (1999) reconhece que a dependência deve ser percebida como processo histórico dentro do sistema internacional de relações de força e poder. Por ele, a chamada teoria da dependência é uma obviedade histórica; uma tentativa de nova versão do modelo neocolonial que iniciou desde o século XIX quando o sistema político das nações hegemônicas impôs às ex-colônias um novo modelo socioeconômico e político de exploração em nome do liberalismo triunfante. Dando continuidade a esse raciocínio, ele afirma:

A dependência política e econômica constante que esclareçam em parte o subdesenvolvimento do mundo latino-americano e afro-asiático, condicionados aos mecanismos de apropriação e acumulação do excedente econômico, pelo crônico endividamento externo, pelas relações de trocas desiguais, pela dominação do capital financeiro e bancário, com a complacência e conivência inicialmente das classes dominantes nacionais: a burguesia e a classe média (MACHADO, 1999, p. 205).

A economia latino-americana é nascida para atender as exigências da produção de mais-valia relativa nos países centrais. A mais-valia relativa é entendida como diminuição do valor do capital variável em relação ao do capital constante como matérias-primas (MARINI, 1973). Segundo o mesmo autor,

À medida que o mercado mundial alcança formas mais desenvolvidas, o uso da violência política e militar para explorar as nações débeis se torna supérfluo, e a exploração internacional pode descansar progressivamente na reprodução de relações econômicas que perpetuam e amplificam o atraso e a debilidade dessas nações (p. 9).

O universal do capitalismo se desenrola historicamente em um sistema mundial composto em economias centrais ou imperialistas e economias periféricas ou dependentes pela acumulação (OSCORIO, 2013). Essa dependência está na base da superexploração da população trabalhadora da América Latina pela exploração do trabalho assalariado sob a desvalorização da força de trabalho (MARINI, 1973), com a cumplicidade do Estado ou da burguesia nacional.

A contribuição do Estado ou da burguesia nacional no processo de dependência se refere, segundo Félix (2015), ao neodesenvolvimentismo que coloca o Estado como promotor dos interesses do capital internacional no seu conjunto, buscando canalizar as tensões interburguesas e interclassistas a favor da reprodução ampliada das relações capitalistas. Aquela constatação corresponde com a influência da variável econômica mais específica dos Estados e a estrutura de sua dependência dos mercados exteriores que são mais sensíveis à conjuntura internacional (THOENIG; MENY, 1992). É um mercado voltado a uma maior exportação de matérias-primas a baixo preço e de uma maior importação de produtos industrializados a alto preço.

Essa situação evidencia “a ideia de ‘Estado mínimo’ que traduz a existência de Estado suficiente e necessário unicamente para os interesses da reprodução do capital” (FRIGOTTO, 1995). Segundo Santos (2001), o Estado continua tendo um papel fundamental na orientação e regulação do processo de desenvolvimento. Félix (2015, p. 32) oferece a forma específica desse processo nessas palavras:

O desenvolvimentismo que pretendeu apontar o desenvolvimento capitalista na periferia mediante modalidades de planificação estatal, promoção da inversão privada e formas específicas de integração de um núcleo dos trabalhadores organizados no processo da acumulação do capital buscando superar a falta de poupança (caráter atrasado e forçado da industrialização, formas de superexploração da força de trabalho: obstáculo à industrialização da periferia).

Conduz-se a um modelo hegemônico neoliberal, construído numa relação de classe dominante e global, que tem como principais objetivos, entre outros, a redução do poder do Estado, privatizações, abertura às importações, endividamento

externo, políticas fiscais favoráveis às multinacionais, aumento do desemprego, redução de salários e gastos sociais, enfraquecimento dos sindicatos e limitação das garantias trabalhistas (SANTOS, 2001). Esses últimos são os mecanismos de estabelecimento de uma nova forma de relação de dependência no processo de exploração do capital. Contudo, em vez de melhorar as condições de vida das populações ao redor do mundo, o desenvolvimento globalizado aumenta a dependência, a desigualdade, a pobreza e o desemprego na periferia e isso confirma as ideias da teoria crítica marxista de que a pobreza é o resultado da exploração capitalista. Nessa perspectiva, a contribuição do Arrighi (1997) é relevante na sua obra intitulada: “A ilusão do desenvolvimento”. Nessa obra, o autor se dedica a determinar a existência e o papel de uma zona semiperiférica na estrutura da economia mundial. Os países semiperiféricos são instituídos pela preservação das extremas desigualdades de classe na distribuição de riqueza pessoal no interior de seu território e pelo desempenho de funções subordinadas nos processos globais na acumulação de capital. Na perspectiva de explorar os efeitos da divisão de trabalho de ponto de vista internacional, Arrighi destaca três grupos de Estados ou zonas na economia mundial: uma zona periférica, uma zona semiperiférica e uma zona de núcleo orgânico. Um quadro descritivo desses grupos de Estados é oferecido nos seguintes termos:

Quando falamos de “semiperiferia”, nos referimos a uma posição intermediária na estrutura núcleo orgânico-periferia da economia capitalista mundial. A maioria dos estudos supõe que essa estrutura núcleo orgânico-periferia consiste de redes de “troca desigual”, através das quais alguns Estados se apropriam de uma parcela desproporcional dos benefícios da divisão internacional de trabalho, ao passo que a maioria dos outros Estados colhe apenas os benefícios que são necessários para conservá-los na relação de troca desigual. Diz-se que os primeiros Estados constituem o “núcleo orgânico” da economia capitalista mundial e os últimos constituem sua “periferia”. Estados semiperiféricos (frequentemente referidos como semi-industriais ou semi-industrializados) são, portanto, definidos como os Estados que ocupam posição intermediária nessa rede de troca desigual: eles colhem apenas benefícios marginais quando estabelecem relação de troca com os Estados de núcleo orgânico, mas colhem a maioria dos benefícios líquidos quando estabelecem relação de troca com os Estados periféricos (ARRIGHI, 1997, p. 207-208).

No prefácio dessa mesma obra do Arrighi, Fernando reconhece a condição de nação semiperiférica do Brasil e os percalços da trajetória dele dentro do sistema interestatal capitalista. O Haiti como país da periferia joga também um papel dependente e subordinado nessa estrutura global. Essa realidade é ilustrada por

Cardoso e Faletto (1978) quando disseram que a construção das sociedades latino-americanas foi moldada/orientada pela expansão do capitalismo europeu e norte-americano. Segundo o ponto de vista dos mesmos autores, a existência de uma “periferia” econômica não pode ser entendida sem se referir ao caminho perseguido para as economias capitalistas avançadas responsáveis da formação de uma periferia capitalista e da integração de economias não capitalistas do mercado mundial (CARDOSO; FALETTO, 1978). A capacidade desse sistema de gerar seus próprios mecanismos de reprodução explica em que maneira “nos países dependentes o processo sociopolítico e a organização das economias supõem e reproduzem os patamares gerais [traits generaux] do capitalismo” (CARDOSO; FALETTO, 1978, p. 17-18). Desse modo, ao longo da sua história, o desenvolvimento capitalista adquire, segundo Mandel (1985, p. 130), “um caráter cíclico peculiar apenas a esse modo de produção, com fases sucessivas de recessão, ascensão, boom, superaquecimento, quebra, depressão etc”. Essas fases se referem às crises que abalaram cada vez as bases do edifício do sistema capitalista que é construído sobre as pedras fragilizadas. A cada período de crise, o sistema adota nova estratégia para superar ou contornar as barreiras que dificultam o percurso do processo de acumulação de lucros por uma maior exploração de força de trabalho. Desse modo, Harvey apresenta uma forma de controle desempenhado pelos capitalistas:

No decorrer do tempo, os capitalistas têm procurado controlar o trabalho, colocando trabalhadores individuais em concorrência uns com os outros para os postos de trabalho em oferta. A força de trabalho potencial tem gênero, raça, etnia e tribo ou se divide pela língua, política, orientação sexual e crença religiosa, e tais diferenças emergem como fundamentais para o funcionamento do mercado de trabalho (HARVEY, 2011, p. 59).

Nessa perspectiva evocada acima se refere Marini que interpreta a superexploração da população da América Latina como um mecanismo de compensação que se coloca em marcha frente às transferências de valor das economias dependentes às economias centrais (OSCORIO, 2013). Segundo Marini (1973), a superexploração é a categoria definidora do capitalismo dependente. A percepção de reprodução do sistema capitalista por meio da superexploração nas economias dependentes é esclarecida por Ostorio:

A superexploração como a violação do valor da força de trabalho representa um tema central da exploração nas economias dependentes, pois este processo tem consequências nas modalidades como o capital se reproduz,

em suas derivações na condição subordinada dessas economias na acumulação em escala do sistema mundial (OSCARIO, 2013, p. 50).

Outras formas de o capital superar a escassez de trabalho são referentes à introdução das tecnologias de economia de trabalho e as inovações organizacionais ocasionando a demissão de pessoas do trabalho que resultou em um exército “flutuante” de trabalhadores demitidos cuja existência coloca uma pressão descendente sobre os salários (HARVEY, 2011). Outra forma mais recente que tem jogado um papel relevante na mesma perspectiva de resolução do problema de escassez de trabalho é a migração. Essa última é relacionada ao que estipula Harvey (2011), quando afirma sobre a destruição dos sistemas camponeses “tradicionais” de produção autossuficiente e a integração das populações camponesas nas forças de trabalho. O mais dramático de todos esses acontecimentos foi a mobilização das mulheres que são as mais exploradas. Está agora disponível uma grande quantidade de força de trabalho para a expansão capitalista. Especificamente, numa tentativa de resposta à crise sistêmica do capitalismo dos anos 1970, três formas de corte de custos foram adotadas: a) uma substituição de fontes de mão-de-obra remunerada, mais caras por outras mais baratas no interior de todos os Estados do núcleo orgânico – a feminização da força de trabalho remunerada torna-se um aspecto mais importante, e o uso de mão-de-obra imigrante de primeira geração, frequentemente não documentado, é seu aspecto secundário; b) uma substituição de fontes de mão-de-obra mais caras por outras mais baratas através de fronteiras de Estados, particularmente entre regiões do núcleo orgânico e mais periféricas – a realocação de fábricas e a substituição de produção doméstica por importados sendo aqui os aspectos mais importantes; c) a substituição da força de trabalho proletária por força de trabalho intelectual e científica em produção (ARRIGHI, 1997, p. 15).

As duas primeiras formas são mais relevantes para a nossa pesquisa ao descrever de que maneira a migração tem sido instrumentalizada para os capitalistas no processo de modo de produção. Nesse contexto de provisão pela força de mão-de-obra por uma maior exploração, postulamos que a mobilidade humana tem um caráter forçado. A ideia de migração parece estar vinculada a uma escolha livre de mudar de residência, o que no contexto estudado não se sustenta. Ao invés da concepção de migração, optamos pela de deslocamento forçado. Com

suas próprias contradições e discrepâncias, a migração ou o ato de migrar pode ser visto como uma ação forçada que implica a saída do indivíduo da sua terra natal para outro lugar, seja nacional ou internacional. A expectativa principal desse deslocamento forçado é a busca de trabalho que falta no país de origem. Essa mobilidade de trabalho, que é um efeito da dependência, cumpre um papel na nova divisão internacional de trabalho. O ponto de vista do Arrighi ficou claro nessa lógica ao afirmar que

Historicamente, as transferências unilaterais de capital e trabalho foram tanto forçadas quanto voluntárias. As transferências forçadas são transferências estimuladas pelo uso da violência ou pela ameaça plausível disso pelo Estado receptor e seus agentes. O tráfico de escravos e a transferência e uso de prisioneiros de guerra como trabalhadores são exemplos de transferências unilaterais forçadas de recursos de mão-de-obra (ARRIGHI, 1997, p. 210).

Além disso, a migração pode ser entendida na perspectiva de deslocamento forçado inserida na estrutura da nova divisão internacional de trabalho como podemos observar com Alves (2000, p. 22):

Os deslocamentos nacionais e internacionais de trabalhadores em geral figuram como a face visível de fenômenos estruturais nem sempre aparentes. As grandes movimentações humanas tendem preceder e seguir mudanças profundas, seja de ponto de vista econômico e político, seja em termos sociais e culturais. Elas sempre integraram a história da humanidade, mas é possível considerar que, a partir da década 1980, houve uma ampliação dos fluxos internacionais de trabalhadores, em razão do processo de mundialização do capital associado ao de reestruturação produtiva.

Em sua tese intitulada “O não lugar do outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcelona”, Hazeu (2015) analisa as migrações como dinâmicas de deslocamento produtoras de transformações sociais. O autor destaca quatro sistemas migratórios: “metropolização”, “circulação de mercadorias”, “mobilidade do trabalho” e “deslocamentos forçados e des-re-apropriações”. A análise destes sistemas evidencia estratégias caracterizadas pela periferização do entorno dos portos e indústrias particularmente. Essas estratégias governamentais e empresariais supõem e ocasionam a retirada de investimentos nas comunidades, a manutenção de ameaças permanentes de desapropriações e a sub-não-contratação da população local nas indústrias e nos portos.

Essas estratégias refletem o ponto de vista de Marin (2004) de que a essência dos processos migratórios representa as forças da organização do trabalho relacionada aos modos de produção capitalista. Essa mobilidade de trabalho se

refere à nova divisão social de trabalho como uma nova dinâmica do desenvolvimento globalizado do capital. De fato, os migrantes circulam como mão-de-obra no espaço transnacional do capital cujo objetivo é de garantir a rentabilidade internacional do capital na criação das condições para permitir a produção, por meio da apropriação, da mais-valia criada pelo capital internacionalizado na sua dimensão como capital variável, quer dizer pela força de trabalho internacionalizada (BECKER, 2013). Em consideração dessa última lógica de adaptar ou integrar novas sociedades na estrutura global do capitalismo para haver acesso e explorar a mão-de-obra ao redor do mundo, propomos analisar a migração como processo de recrutamento de trabalhadores que reflete também nossa concepção de deslocamento forçado, ou seja, o recrutamento de trabalhadores como forma de deslocamento forçado. Para ilustrar essa concepção, nós referimos a Sassen (2010, p. 116-117) que determina alguns padrões entre os três fatores que podem transformar uma condição geral de pobreza e de desemprego em um impulso de migração:

Em primeiro lugar, as migrações foram iniciadas pelo recrutamento direto por empresas, governos, contrato de trabalho ou traficantes. Esse padrão se aplica, em níveis diversos, a diferentes partes do mundo e períodos históricos distintos. Porém, uma vez que uma comunidade de imigrantes se forma, a operação da rede de imigrantes tende a substituir o recrutamento externo, e a migração em cadeia tende a se estabelecer. Em segundo lugar, o recrutamento por empresas e governos geralmente ocorre em países com os quais existem laços pré-existentes – coloniais, neocoloniais, militares ou, cada vez mais, como parte da globalização econômica. Em terceiro, a globalização econômica aprofundou a interdependência de um número crescente de países. Ela também pode ter contribuído para a criação de novos fatores de repulsão em países com dívidas governamentais elevadas, aprofundando o endividamento e seu impacto negativo nas condições econômicas gerais, pela imposição de programas de ajuste estrutural. Em quarto lugar, existe um aumento significativo na exportação organizada de trabalhadores a partir da década de 1990, particularmente no comércio internacional e ilegal de migrantes.

Duas considerações podem ser feitas sobre a colocação de Sassen (2010). De um lado, identificamos a implicação enquanto interna e externa dos governos e das empresas no processo de recrutamento dos migrantes. Por outro lado, observamos nesse processo uma relação de dependência ou dominação entre os países, como evidenciou Sassen (2010, p. 126), “o país exportador de mão-de-obra é colocado em uma posição/condição de subordinação econômica e uma quase-subordinação política”. Sem dúvida, o país exportador de migrantes é vítima do expansionismo econômico e político que necessita a importação de trabalhadores

para assegurar uma maior exploração de mão-de-obra. Nessa perspectiva, Sassen (2010, p. 127) ressalta o impacto positivo do recrutamento de mão-de-obra pelos países importadores e a influência desses últimos nesse recrutamento.

à medida que os países importadores de mão de obra ficaram mais ricos e mais desenvolvidos, eles continuaram a expandir suas zonas de recrutamento ou influência, cobrindo um número cada vez maior de países e incluindo uma variedade de dinâmicas de emigração/imigração, algumas enraizadas em condições imperiais passadas, outras nas novas assimetrias de desenvolvimento que estão por trás de grande parte das migrações atuais.

Como uma categoria mínima, o trabalhador migrante se encaixa numa superexploração ao dizer Seguy (2015, p. 524): “o imigrante, no geral, é um candidato aos empregos mais precários e degradantes na sua sociedade de acolhimento”. Essa constatação corresponde à classe emergente chamada “precarizado”, definida para Standing (2013). O precariado se refere aos migrantes e minorias vulnerabilizados e superexplorados, e membros da classe trabalhadora destituídos das garantias de emprego e indivíduos cuja qualificação universitária não encontra trabalho condigno. Ainda, segundo o autor, “o precariado tem um sentimento de estar em uma comunidade internacional difusa, instável, de pessoas que lutam, normalmente em vão, para dar uma identidade ocupacional às suas vidas de trabalho” (STANDING, 2013, p. 45).

Para mostrar como a migração está crescendo e mudando de caráter de uma forma que está intensificando as inseguranças e colocando muito mais pessoas em circunstâncias precárias, Standing (2013) define a Transformação Global em seis características. Primeira, uma parte da migração historicamente elevada não é documentada. Muitos governos são coniventes com isso, alegando que estão limitando a migração enquanto facilitam o crescimento de uma oferta de trabalho descartável de baixos salários. Segunda, uma parcela crescente da migração consiste em “circulação” em contraste com o último pico da migração no início do século XX, quando a maioria dos migrantes são colonos. Os circulantes modernos se veem como itinerantes, que se deslocam para assumir empregos temporários, muitas vezes com a esperança de remeter dinheiro para os parentes. A terceira característica é a feminização da migração que já apontamos acima. Essa última oferece uma maior exploração das mulheres com sua incidência no tráfico e na prostituição. A quarta característica é a migração induzida pela globalização para a

mobilidade estudantil. Embora não seja uma novidade, portanto, a população estudantil móvel tem crescido dramaticamente. A quinta característica é o movimento dentro das corporações multinacionais que tem sido praticado em todas as épocas, mas se torna sistêmica nos dias atuais. A sexta característica e mais nefasta se refere aos refugiados que têm aumentado vertiginosamente. Os direitos humanos dos refugiados não são respeitados. Muitas vezes, eles foram deportados ou milhões deles ficavam anos em hotéis esqualidos, centro de detenção, acampamento ou terrenos baldios, perdendo com isso a dignidade, a habilidade e a humanidade deles. Obviamente, esses processos e deslocamentos migratórios vislumbram a vulnerabilidade e a precariedade dos migrantes que condicionam a superexploração deles, sejam qualificados ou não qualificados.

Para resumir melhor a superexploração dos trabalhadores migrantes, podemos aplicar a definição de Connell (1993) do trabalho exercido pelos imigrantes, que se refere a, que ela chama de três *D*: *dirty, dangerous and degrading* (sujo, perigoso e degradante). Outro aspecto em relação aos trabalhadores migrantes a não deixar de lado é o status paradoxal do imigrante. Essa realidade fica evidente nas palavras do Sayad (1998, p. 54), quando afirma que o imigrante é considerado “essencialmente como uma força de trabalho e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito”. Em outros termos, segundo o mesmo autor, o imigrante é um agente provisório definitivo. O imigrante é definitivo quando ele é útil e responde à necessidade do capital, mas ele é provisório no momento da crise ou de aumento do desemprego por ser o primeiro a sofrer todo um processo de rejeição, de xenofobia etc. no país receptor. Para aprofundar essa discussão sobre as categorias da pesquisa de uma forma mais concreta e específica, uma volta na história da migração haitiana é de grande relevância.

2 MIGRAÇÃO HAITIANA: DEPENDÊNCIA E RECRUTAMENTO DE TRABALHADORES

Do ponto de vista sociológico, a dependência nasceu historicamente com a expansão das primeiras economias capitalistas. No caso da dependência extrema, as decisões sobre a produção ou o consumo de uma dada economia foram tomadas em função do crescimento e dos interesses das economias desenvolvidas: o principal exemplo é o enclave colonial (CARDOSO; FALETTO, 1978). A política colonial levada a efeito no processo de acumulação primitiva se explica pela necessidade incessante do controle dos meios de produção que podem ser obtidos nas terras recém-conquistadas (LUXEMBURGO, 1988, apud FIALHO NASCIMENTO, 2006). Essa necessidade de expansão capitalista por uma maior acumulação produtiva é baseada na dependência e na exploração interminável dos povos da América Latina como descreve Galleano (1987, p. 5):

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norteamericano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar têm sido sucessivamente determinados, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. A cada um dá-se uma função, sempre em benefício do desenvolvimento da metrópole estrangeira do momento, e a cadeia das dependências sucessivas torna-se infinita, tendo muito mais de dois elos, e por certo também incluindo, dentro da América Latina, a opressão dos países pequenos por seus vizinhos maiores e, dentro das fronteiras de cada país, a exploração que as grandes cidades e os portos exercem sobre suas fontes internas de víveres e mão-de-obra.

A dependência e a colonização do Haiti devem ser inseridas nesse processo histórico da acumulação primitiva de modo de produção capitalista.

2.1 A colonização do Haiti: os primeiros migrantes escravizados

O modo de produção capitalista é o resultado de um longo processo de acumulação de capital que ocorreu em meio a uma série de transformações políticas, econômicas, culturais e sociais, historicamente localizados a partir do século XV. De fato, o ano 1492 é considerado uma encruzilhada na história da humanidade. De um lado, é o ano do primeiro contato dos povos ameríndios com a civilização europeia ocidental (SEGUY, 2014), logo depois esse primeiro contato, a

própria civilização desses povos foi destruída (HEGEL, 2006). De outro lado, é a partir dessa civilização europeia que foram postas as bases da acumulação primitiva do capital que possibilitaram anos depois as revoluções burguesas na Europa (SEGUY, 2014). Nesse sentido, a chegada da expedição espanhola nas ilhas em 12 de outubro de 1492 é vista como o início da aventura colonial europeia nas Américas (SAUVEUR, 2007). As grandes explorações, as conquistas, as guerras, as pilhagens, os grandes investimentos de capitais financeiros e de tecnologia pela valorização das colônias, o tráfico dos escravos e o desenvolvimento do comércio e da indústria contribuíram pelo expansionismo europeu e a divisão do mundo para uma manivela de poderes ocidentais (SAUVEUR, 2007, p. 47). Particularmente, “o sistema atlântico baseado na escravidão facilitou à Inglaterra as possibilidades de divisão de trabalho e de transformações das estruturas econômicas e sociais” (HANDERSON, 2015, p. 57 apud INIKORI, 2002). Nessa lógica da acumulação capitalista está inserida a dependência do Haiti e o processo de recrutamento de trabalhadores haitianos, em outro termo, a migração haitiana.

A história do Haiti pode ser observada sob dois ângulos. Um deles é o itinerário da chegada do Cristóvão Colombo na ilha do Haiti ao final do século XV. Nesse mesmo itinerário, encontramos a vinda dos piratas franceses numa região nordeste, “Ile de la Tortue”. Eles chegaram como simples nômades, que se convertem como corsários pouco a pouco, em seguida, como habitantes. O segundo itinerário está associado a estabelecimento da metrópole (Estado, nobreza), das plantações e da chegada dos escravos negros para substituírem os indígenas escravizados (CASIMIR, 2004). A chegada do Cristóvão Colombo foi o primeiro movimento migratório internacional na história do Haiti. Os franceses constituíram o segundo grupo de estrangeiros a migrarem ao país. Os escravos negros representam o primeiro recrutamento de migrantes na história do Haiti.

Cristóvão Colombo e os espanhóis anexaram a ilha do Haiti, batizada por eles de *Hispaniola* (Pequena Espanha) (SEGUY, 2014), para traduzir a beleza e a riqueza da ilha. Em um piscar de olhos, esses missionários já introduziram o catolicismo romano, o trabalho forçado em minas, o assassinato, o rapto, os cães policiais, as enfermidades estranhas e a fome artificial (SEGUY, 2014). Esses processos de dominação e de exploração ocasionaram o genocídio da população indígena em poucos anos. Os dados são relevantes sobre a desaparecimento dos índios do Haiti como os do C. L. R. James (2003, p. 3) que mostram uma redução de

“1,3 milhão para 60.000 habitantes em 15 anos”. Citando as pesquisas de Charlevoix, Etienne Charlier (2009 [1954], p. 30) observa em 1514 a presença apenas de 14.000 índios em *Hispaniola*. Com base nos estudos de Cook e Barah, Gláucio A. D. Soares (1976, p. 20-21) ressaltou que uma contagem da população indígena feita em 1496 para um repartimento chegou a um total de 1.130.000. Entretanto, segundo Seguy (2014), há dúvida de que a contagem se referia à população total, como era usual. Ademais, não se sabe se a contagem cobria toda a *Hispaniola*, ou somente o território controlado pelos espanhóis. Em qualquer hipótese, a debâcle foi violenta:

Uma vez que duas contagens feitas em 1509 arrolam 33.528 e 40.000 índios, respectivamente, e outra, em 1510, produziu uma cifra de 46.000. Entre 1516 e 1520, houve várias estimativas e contagens, que oscilam entre 10 mil e 15-16 mil; muito menos, portanto, do que as estimativas de 1509-10 e tremendamente menos do que as estimativas da população pré-colombiana, mesmo das mais modestas. Esses dados indicam uma queda demográfica incrível em poucos anos. [...]. Em 1530, a população original já tinha sido virtualmente eliminada, restando cerca de 100 índios!

Diante do genocídio da população indígena, Bartolomé de Las Casas foi pleitear junto à coroa espanhola a abolição da escravidão indígena (SEGUY, 2014) e, ele propunha a substituição dos índios pelos negros da África. Era nesse contexto que os negros vieram às Américas, particularmente na *Espaniola* para trabalhar como escravos. Para tanto, os braços dos negros foram mais fortes para aguentar a ferocidade do trabalho forçado de extração nas minas e de cultura nas plantações na Espaniola. A escravidão dos negros corresponde às necessidades do desenvolvimento capitalista que estava procurando matérias-primas e ouro para alimentar esse último sistema. Desde 1499, já começou a ser observada a presença dos primeiros africanos escravizados no *Ayiti* (FOUCHARD, 1988). A presença dos escravos negros se dava em 1502 com a chegada do Nicolas Ovando na colônia (SAUVEUR, 2007 apud BOSCH, 1976). Portanto, o Tratado de Ryswick foi assinado em 1697, a partir do qual a ilha do *Ayiti* foi oficialmente fatiada em duas partes. A Espanha ficou com a parte leste, Santo Domingo (a atual República Dominicana), e cedeu a oeste, a atual República do Haiti à França (SEGUY, 2014). Desde essa época, “Santo Domingo [o Haiti já] não era uma pátria, mas apenas uma terra de trânsito aonde se esperava permanecer somente o tempo suficiente para acumular uma fortuna rápida” (PEAN, 2000, p. 84).

“No capitalismo mercantil, a economia de plantação constitui a base da indústria açucareira, sustentada pelos investimentos maciços de capitais em proveniência da metrópole francesa, virou Santo Domingo a colônia mais rica do Novo Mundo” (SAUVEUR, 2007). Desse modo, assistimos a vinda de inúmeros negros para sustentar o regime de escravidão nas plantações em Santo Domingo. Durante um século, a França intensificou a produção e o processo de recrutamento vertiginosamente de negros como vemos de acordo dos dados do James (2003, p. 49):

Nunca foi visto um período comparativamente tão deslumbrante quanto os últimos anos de São Domingos antes da Revolução. Entre 1783 e 1789 a produção havia duplicado. Entre 1764 e 1771 a média das importações de escravos oscila entre 10.000 e 15.000 por ano. Em 1786, importou-se 27.000, e a partir de 1787 a colônia absorvia mais de 40.000 cada ano.

De acordo com as estimativas de Manigat (2001, p. 67), a soma da monstruosa transferência de população ficava entre 15.000.000 a 50.000.000 de africanos transportados à força ao Novo Mundo. Segundo Casimir (2009), citando as estimativas de Moreau de Saint-Méry, em 1790, dois terços da população de Santo Domingo teriam nascido na África. Esses dados indicam duplamente quanto o recrutamento dos negros era intensificado e a força de trabalho deles era explorada pela rápida acumulação da Metrópole francesa. Essa acumulação de riqueza em Santo Domingo constituiu a base da produção industrial e da força da burguesia francesa. Nesse ponto de vista, essas palavras são evidentes:

O tráfico negreiro prosperava e de acordo com um censo realizado em 1789, foram tabelados cerca de 500.000 cativos escravizados, produzindo açúcar, café, algodão e índigo. Esse meio-milhão de cativos escravizados, com 30.000 brancos e 27.000 alforriados, além da agricultura de víveres para o consumo cotidiano dos habitantes, mantinha 793 engenhos de açúcar, 3117 de café, 789 de algodão, 3115 de índigo, 54 de cacau, 182 cachaça, 370 fornos de cal etc. Esses produtos alimentavam províncias como Bordeaux, Nantes, Marseille, Havre, La Rochelle, Dunkerque, Saint Malo etc. cujos 1500 navios ancoravam regularmente nos portos de São Domingos. Assim, em 1789, São Domingos produzia 180 milhões de libras de mercadoria, muito mais que todas as colônias inglesas e espanholas das Antilhas, as quais, juntas, produziam 117 milhões de libras (SEGUY, 2014, apud PEAN, 2000, p. 83).

De acordo com Joachim (1979, p. 87), “a exploração da terra e dos homens na colônia de Santo Domingo havia contribuído a enriquecer para burguesia francesa e acelerando o desenvolvimento do capitalismo na metrópole”. Desse modo, James afirma:

Em 1789, os dois terços do comércio exterior da França se faziam com sua colônia antilhana de São Domingos [Haiti], a qual representava o maior mercado de tráfico europeu de escravos. A maior colônia do mundo, orgulho da França e objeto de cobiça de todas as outras nações imperialistas, fazia parte integrante da vida econômica da época. Todo esse conjunto se sustentava no labor de meio-milhão de escravos (JAMES, 2003, p. XVI).

Portanto, como o desenvolvimento do capitalismo sempre traz em si os traços da sua crise, também a sociedade de Santo Domingo foi construída sob as cinzas da sua destruição. No final do século XVIII, surgiram entre todas as camadas da sociedade de Santo Domingo grandes conflitos que abalaram o regime colonial. Entre 1789 e 1803, devido à violência, a anarquia, o caos, a guerra civil e a guerra internacional, muitos brancos inclusive mulatos e escravos foram para Cuba e a Louisiana. Assim, destacamos quatro correntes de refugiados (SAUVEUR, 2007):

Tableau cronologique des vagues de réfugiés:

- 1790-1792: les premiers réfugiés. Ils avaient du laisser la colonie, à la suite de la dissolution de l'Assemblée de Saint-Marc.
- 1792-1795: L'émigration d'honneur. Il s'agissait en l'occurrence de royalistes partisans de l'appel à l'Espagnol et pour qui l'île de Cuba était moins un refuge qu'une base de repli pour "l'émigration d'honneur" dans sa version hantillaise.
- 1795-1800: l'émigration utile. Pendant cette période, des Blancs et des Mulâtres, avec leurs capitaux, leurs techniciens et leurs esclaves à talent, allaient contribuer au développement agricole et commercial de Cuba.
- 1802-1804: le grand exode. Cette dernière vague de départ massif correspondait à l'arrivée des troupes napoléoniennes et la victoire finale l'armée indigène sur le corps expéditionnaire français (SAUVEUR, 2007, p. 111).

Com a saída dos brancos, dos mulatos e dos escravos, Santo Domingo conheceu a primeira migração de volta na história do Haiti. Eles foram para Cuba onde tinha uma condição favorável para manter a exploração dos escravos nas plantações. Essa atitude corresponde à nova fase do modo de produção capitalista enquanto deslocam empresas para outros países onde a mão-de-obra é mais barata e condiciona o deslocamento do povo desses países para os mais desenvolvidos no âmbito de explorar a força de trabalho deles.

No bojo dos conflitos inacabados de Santo Domingo, surgiu o movimento dos escravos que conduzia à proclamação da libertação dos escravos indistintamente em 1793. No entanto, precisava esperar o dia 1º de janeiro de 1804 para que o Haiti se torna independente oficialmente, depois da vitória da modesta armada indígena

contra a grande armada de Napoleão da França. “De todas as lutas de libertação nacional nas colônias deste continente, a Revolução Haitiana é historicamente reconhecida como a maior mobilização de massas e a que produz as mudanças econômicas e sociais mais profundas” (CASIMIR, 2004, p. 88).

Como a acumulação de riqueza pela escravidão em Santo Domingo era o pilar central que sustentava a produção do sistema capitalista, particularmente da França, é lógico que a Revolução Haitiana impactou esse sistema. Após a proclamação da independência do Haiti, assistimos a um duplo movimento migratório de volta e de vinda, de um lado, inúmeros brancos foram expulsos do país e, de outro lado, o Haiti se tornou um país de receptor para negros que vieram depois que tinham fugido da escravidão nos outros países da América. A busca de trabalho era outro motivo da vinda de algumas pessoas para a terra haitiana. Isso explica a imigração no país de pessoas de diversas nacionalidades no século XIX, após a independência do Haiti. Particularmente os afro-americanos se movimentaram dos Estados Unidos para o Haiti sob o presidente Jean Pierre Boyer. Nesse período, no qual o Haiti era considerado a “Pérola das Antilhas”, alguns dominicanos cruzavam a fronteira para trabalhar no Haiti, saíam de *Dajabón* (República Dominicana) para ir à cidade fronteiriça *Ouanaminthe*, localizada no nordeste do Haiti (HANDERSON, 2015).

É necessário partir do pressuposto de Marcel de que nas transformações sociais tem um processo de continuidade e ruptura que depende das forças sociais em conflito e que essas forças definem o que será preservado e o que será abandonado para entender porque o país não conseguiu manter as conquistas da revolução para transformar os recursos naturais e humanos num verdadeiro projeto de desenvolvimento concreto devido, sobretudo, à dificuldade de sair da dependência do sistema capitalista. Como é próprio do sistema capitalista para dominar outro país para manter viva a acumulação econômica, desse modo, outra estratégia de dominação se aplica para manter o Haiti dependente aos países dominantes. Para tanto, a independência do Haiti não foi reconhecida pelos países poderosos dessa época e o país foi isolado para eles. Para que fosse reconhecida a independência do Haiti, o presidente Jean-Pierre Boyer precisava pagar uma chamada “dívida” para a França. Alguns historiadores acreditam que o afastamento do país após a independência e a enorme dívida paga à França, como recuperação dos danos da perda da colônia, impediram o país de conquistar as oportunidades de

desenvolvimento econômico no século XIX (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2009). Na mesma lógica, Seguy (2014) resume como a dependência constante do país ocasionou sua pobreza:

a assinatura do tratado pelo qual a França reconheceu a independência do Haiti, em 1825. É que o reconhecimento do direito dos haitianos à existência por parte da “comunidade internacional” da época levou tempo. Tempo, intimidações, ameaças, negociações... e dinheiro. Do todo resultou a destruição progressiva e continua do Haiti, e por extensão, sua recolonização hoje. E as primeiras iniciativas de negociação originaram-se da parte haitiana. Ou, para sermos justos, da ala dominante da parte haitiana.

Nesse contexto, após a independência do Haiti, Sauveur (2007, p. 46) afirma que o Estado é construído dentro da dinâmica global dos países ocidentais. E nessa perspectiva temos que analisar a ação das elites políticas, isto é, as decisões tomadas ou aquelas não tomadas, em função dos constrangimentos oriundos dos contextos aos quais se desenvolvem, mas também as oportunidades que esses últimos ofereceram aos líderes e atores sociopolíticos. Em geral, “nos países dependentes o processo sociopolítico e a organização das economias supõem e reproduzem os padrões gerais do capitalismo” (CARDOSO; FALETTTO, 1978, p. 17-18). Uma das primeiras formas de dependência ou de migração do povo de Haiti foi mantida por meio da educação. De acordo com Handerson (2015), os descendentes dos *affranchis* (ex-escravizados) e aos *mûlatres* (mulatos), considerados como parte da elite e proprietários de terras, mandavam seus filhos, desde o final do século XVIII, e também, posteriormente, no século XIX, após a independência do Haiti, para realizar seus estudos na França (HANDERSON, 2015, p. 68). Como efeito dessa migração, além da reprodução no Haiti dos padrões do modelo capitalista para os haitianos que voltaram ao Haiti depois do estudo, uma boa parte deles se estabeleceram no país onde estudavam. O primeiro trata de uma forma de dependência e o segundo um recrutamento indireto de trabalhadores aplicado em detrimento do Haiti ao benefício do desenvolvimento capitalista. Portanto, os primeiros traços de recrutamento direto de trabalhadores podem ser relatados no início do século XX quando o imperialismo americano estava recrutando mão-de-obra barata para trabalhar em suas indústrias agrícolas em Cuba.

2.2 A ocupação americana: entre dependência e recrutamento

De acordo com Icart (1987), desde 1900 observa-se a presença dos primeiros haitianos em Cuba. Contudo, eles começaram a migrar significativamente para essa destinação nos anos 1908-1910, na época da ocupação militar de Cuba pelos Estados-Unidos entre 1906 e 1909. Assim, o movimento de migração para o Cuba começou no sul do Haiti (*Port-Salve, Saint-Louis du Sud, La Plaine de Laborde* perto *aux Cayes*) antes 1915, entendido como uma reação aos miseráveis salários recebidos pelo trabalho (MOURA, 1984). Esse movimento se intensificava após 1915 quando começou, nesse ano, a ocupação americana no Haiti (ICART, 1987). Cada um dos autores oferece dados que indicam, quando consideramos a coincidência entre a data do início da migração haitiana para Cuba e a República Dominicana e o período da ocupação militar americana inclusive a instalação das agroindústrias americanas nesses países, a afirmação da dominação política e socioeconômica dos Estados Unidos nas Américas, particularmente da substituição da preponderância americana sob a preponderância francesa no Haiti.

Beveridge, um economista americano e um dos grandes promotores da política imperialista americana, declarou “We must obey our blood and occupy new markets and... new land” (NARCISSE, 1991, p. 32 apud BOWERS, 1939). Esse pronome *we* é usado por ele em nome dos estadunidenses. Essa urgência pela conquista de novas terras estrangeiras surgiu aos anos 1880 quando os Estados Unidos se viram o líder entre as nações industriais e agrícolas. A alimentação dessas últimas necessitou de muitas matérias-primas constantemente enquanto novos mercados para os produtos (NARCISSE, 1991). Outro defensor do imperialismo americano dessa época, o amiral Mahan, escreveu um livro intitulado “The influence of the sea, Power upon history” (A influência do mar, poder sob a história). Nesse livro, ele preconizou o estabelecimento da dominação americana na região caribenha e mencionou claramente o nome do Haiti como um país onde teria havido situações de revoltas constantes que inquietaram os Estados Unidos (NARCISSE, 1991, p. 35 apud MAHAN, 1990). Aquela preocupação apontada como causa para mostrar a necessidade de intervenção física no Haiti é falsa e tende a esconder a verdadeira vontade de expansionismo americano na região caribenha, em outro termo, a afirmação do poder neocolonialista.

A ocupação americana no Haiti de 1915 a 1934 é inscrita na lógica de dominação militar, política, econômico e cultural dos Estados Unidos sobre os países das Américas. De acordo com Manigat (2004), essa ocupação objetivou a transformação econômica do Haiti (sua liberalização), o cumprimento do seu papel na divisão internacional do trabalho, o controle do seu comércio exterior, entre outros. Esses objetivos correspondem ao pressuposto de Galtung (1971, p. 81) ao dizer que “a ocupação militar de A para B possa diminuir bastante a liberdade de ação do B”. Para chegar nesse ponto, um mecanismo de destruição da economia haitiana, de centralização das administrações públicas e das infraestruturas foi estruturado pelos ocupantes para dominar e explorar o país.

Em geral, as políticas induzidas historicamente pelos Estados Unidos e organismos financeiros internacionais destruíram a capacidade produtiva do Haiti (SADER, 2006), pois uma das estratégias dessa ocupação americana era de destruir a estrutura de produção agrícola dos camponeses que representava a base da economia haitiana e um trabalho autônomo de sobrevivência deles. Aquela destruição foi possível com a cumplicidade da classe dominante haitiana. Ao lembrar que algumas expulsões maciças de camponeses fora da terra foram executadas pelo Estado do Haiti a partir de 1921 (VALES, 1970). Essa situação conduziu ao afastamento dos camponeses do trabalho agrícola e ao aumento da miséria, das desigualdades socioeconômicas, o que provocou uma forte migração nacional (êxodo rural) e, o surgimento dos fluxos migratórios internacionais. Com mais clareza, inúmeros camponeses se encontraram desempregados e formaram uma reserva de mão-de-obra barata disponível para o recrutamento para trabalhar nas plantações agrícolas americanas em outros países caribenhos (Cuba e República Dominicana) dominados pelos Estados Unidos. Esse deslocamento internacional de trabalhadores haitianos pode ser considerado como o primeiro período de fluxos migratórios internacionais de haitianos sobre o impulso dos Estados Unidos.

Uma estimativa chegou a 40.000 haitianos que migraram para Cuba, entre 1921 e 1933 (VALES, 1970). Segundo os dados de Wooding e Moseley-Williams (2009), 30.000 trabalhadores haitianos, chamados *braceros*, foram a cada ano para a cidade de Oriente, Cuba, entre 1913 e 1931. Ao lado de Cuba, a República Dominicana era outro destino para os haitianos:

Na República Dominicana onde a indústria açucareira foi menos desenvolvida do que em Cuba, inúmeros *braceros* haitianos chegaram sem

documento legal nas plantações, mas em 1919 o governo americano introduziu um contrato de trabalho. Provavelmente, o número de cortadores de cana-de-açúcar recrutados a cada ano é estimado a 5.000. Os censos dominicanos deram uma aproximação de 28.258 haitianos em 1920 contra 52.657 em 1935 (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2009, p. 36).

Ainda, vemos de uma forma mais clara e concreta a implicação do governo americano no recrutamento dos haitianos para o Cuba e a República Dominicana para a exploração da força de trabalho deles. “Nesses lugares era implementada uma indústria americana próspera em que o ocupante direciona, à vontade ou à força, a mão-de-obra haitiana” (PIERRE, 2013, p. 19). Obviamente, na base de toda migração de trabalho, há recrutamento ativo pelos empregadores (ou os agentes) desde o centro (ICART, 1987 apud PIORE, 1979).

Destacamos também nesse primeiro período migratório, a continuação da migração de estudo para a Europa, o início da migração de estudantes haitianos para a América do Norte e uma pequena migração de trabalho na Nova York onde os haitianos foram estimados em 5.000 (ICART, 1987). Esse último destino provocado pela ocupação militar americana constitui, de um lado, uma forma de exploração direta da força de trabalho dos haitianos no próprio país dominador, de outro lado, uma maneira de fortalecer a dependência do povo haitiano a esse mesmo país.

A destruição da economia haitiana pelos estadunidenses, sobretudo pela desmobilização dos camponeses da terra, corresponde ao ponto de vista de que “numa nação livre onde a escravidão é proibida, a riqueza a mais certa se encontra na multidão dos pobres trabalhadores” (MARX, 1969, p. 445). Os 19 anos da ocupação americana não trouxeram benefício econômico de longo prazo para o Haiti, mas agravaram o processo de desenvolvimento político (WOODING; MOSELEY-WILLIAMS, 2009) e socioeconômico do país. Prevalencia para a maioria da população haitiana a mesma situação de miséria, de ignorância, de superstição e de atraso (SUZY, 1988), que provocava a migração internacional incessante.

Desse modo, os fluxos migratórios ocasionados sobre o impulso do governo americano, durante a ocupação militar do Haiti entre 1915 e 1934, deixaram profundos impactos na sociedade haitiana até os dias atuais. Como primeiro impacto, o Haiti se tornou dependente dos Estados Unidos. Pois, a economia haitiana ficava amplamente dependente do governo estadunidense com seus investimentos nas plantações e os serviços públicos do país. O controle das

finanças e a americanização da moeda nacional assumido para os *trusts* estrangeiros eram orientados fundamentalmente ao mercado americano. Assim, a ocupação impõe as bases da dependência que define as relações de dominação/subordinação do Haiti segundo os interesses exclusivos dos Estados Unidos. Para tanto, a dependência do Haiti se consolida e se desenvolve por meio das relações institucionais e ideológicas (SUZY, 1988, p. 227). Nesse contexto, a mesma autora Suzy (1988, p. 235-236) pinta um quadro expressivo em termos seguintes:

Os Estados Unidos inserem o Haiti no sistema de subordinação política que eles acabaram de impor em toda a América Latina. Eles remodelaram as instituições do Estado e introduziram mudanças na organização social, juntando a isso, a monopolização do comércio exterior, o endividamento externo, o controle dos setores os mais dinâmicos da economia e dos acordos bilaterais de subordinação, completa a rede complexa das relações financeiras e imperialistas. Assim, Washington continuava depois a volta dos “*marines*” a manter o controle incontestável sobre a vida política. Nenhum passo podia ser dado pelo governo haitiano sem o consentimento do Departamento do Estado que **se impunha** (*s’imposait*) com pressões diplomáticas ou econômicas, estratégias (*manoeuvres*) ou intrigas políticas, a ameaça de **baton** ou a *carotte*.

Como segundo impacto, os haitianos se migram constantemente e, ao longo do tempo a migração internacional se torna uma cultura para o povo haitiano como Handerson (2015, p. 37) relata: “o universo haitiano trata de um mundo em mobilidade que é a perspectiva do horizonte de boa parte da população”, cujo destino principal era os Estados Unidos ao longo do tempo. A breve visita do presidente americano Delano Roosevelt ao Haiti em 5 julho de 1934, para viabilizar e reforçar a era de “*bon voisinage*” [bom vizinho] (SUZY, 1988) entre os dois países, foi uma das estratégias de dominação do Yankee que influenciava esse destino. A lógica dessa visita corresponde à visita dos presidentes brasileiros, Lula e Dilma, no Haiti na primeira década do século XXI. Mais adiante, veremos com mais detalhes a perspectiva da visita deles.

2.3 O regime da ditadura: a afirmação da migração como uma tradição no Haiti

Esses impactos da ocupação americana foram intensificados no regime ditatorial de François Duvalier nos anos 1960. De acordo com Suzy (1988), a ditadura *duvaliériste* (*Papa ak Pitit*) é o fruto do período pós-ocupação americana. François Duvalier conseguiu, com o apoio das forças armadas, estabelecer seu

poder autocrático e garantir a permanência do sistema socioeconômico erigido para a ocupação militar americana em benefício da elite negra e mulata e, do imperialismo (SUZY, 1988). Nessa época, a estimulação da migração era umas das opções do sistema capitalista para resolver o problema de escassez de trabalho que dificultou a acumulação constante e horizontal. Tal constatação é feita por Harvey (2011, p. 20) com clareza:

Um dos principais obstáculos para o contínuo acúmulo de capital e a consolidação do poder de classe capitalista na década de 1960 foi o trabalho. Havia escassez de mão de obra, tanto na Europa quanto nos EUA. O trabalho era bem organizado, razoavelmente bem pago e tinha influência política. No entanto, o capital precisava de acesso a fontes de trabalho mais baratas e mais dóceis. Houve uma série de maneiras para fazer isso. Uma delas foi estimular a imigração. O Ato de Imigração e Nacionalidade de 1965, que aboliu as cotas de origem nacional, permitiu o acesso ao capital dos EUA à população excedente global (antes apenas europeus e caucasianos eram privilegiados). No fim dos anos 1960, o governo francês começou a subvencionar a importação de mão de obra da África do Norte, os alemães transportaram os turcos, os suecos trouxeram os iugoslavos, e os britânicos valeram-se dos habitantes do seu antigo império.

O entendimento dos fluxos migratórios dos haitianos durante a ditadura deve ser procurado dentro dessa nova lógica de divisão internacional de trabalho e de exploração de força de trabalho dos migrantes. De acordo com Icart (1987), pelos países centrais, ao permitir a redução dos salários e a diminuição dos efeitos das crises, a utilização da mão-de-obra dos migrantes se revela uma necessidade estrutural e uma ferramenta imprescindível ao crescimento. Nos dias de hoje, a migração serve aos interesses das classes dominantes, tanto da periferia quanto do centro. No primeiro, é oferecida a mão-de-obra barata, no segundo, a migração possibilita a evitar a ameaça social e política (ICART, 1987). É um recrutamento de trabalhadores haitianos condicionado pelo capital globalizado com respaldo do Estado ou da burguesia do Haiti. Como exemplo da participação do Estado haitiano, lembramos em 1952 do contrato de recrutamento de 16.000 trabalhadores agrícolas entre o Haiti e a República Dominicana e esse contrato foi renovado em 1958. Em 1966, os presidentes François Duvalier e Balaguer teriam assinado um contrato secreto pela autorização da migração temporária anual de 12.000 a 15.000 haitianos. Esse mesmo tipo de contrato governamental foi retomado com o acordo de 14 de outubro de 1978 pelo recrutamento de 15.000 trabalhadores. Era uma mão-de-obra barata vendida a 72 dólares cada haitiano e que Duvalier cobrou 10 dólares (MOURA, 1984, p. 136).

A dominação e a exploração da cana-de-açúcar da República Dominicana são baseadas nos “braceros” haitianos. Ao cortar 6 a 10 toneladas de cana-de-açúcar por dia, o essencial da colheita em República Dominicana, eles são reconhecidos como os melhores cortadores da América (MOURA, 1984, p. 137). Essas colocações do autor bastam para desvelar a implicação do presidente (ou próprio Estado) do país no recrutamento dos trabalhadores haitianos e a dimensão da exploração da força de trabalho dos haitianos na República Dominicana. Ao lado desse deslocamento dos haitianos nesse último país, outro destino escolhido era o território estadunidense.

O período do regime *duvaliériste* é caracterizado com o aumento fenomenal da migração rumo aos Estados Unidos que se tornaram o destino principal (ICART, 1987). Esse deslocamento dos haitianos para os Estados Unidos está associado ao interesse desse país de se aprovisionar com trabalhadores migrantes. No seu estudo, Icart (1987) sustenta a hipótese principal de que a migração “ilegal” dos haitianos para a Flórida iniciou quando a economia dessa região (América do Norte) necessitava dessa mão-de-obra. Desse modo, Papademetriou (1984, p. 434) ressalta como se dava a estratégia e a lógica da política de recrutamento e de exploração da força de trabalho dos migrantes para o capital:

Pour remédier à cette pénurie de main d'œuvre, les pays concernés ont eu recours, soit à la conclusion d'accords bilatéraux prévoyant l'importation réglementée de main d'œuvre en provenance de pays où cette dernière est excédentaire (c'est le cas des modèles actuellement en vigueur en Europe et au Moyen-Orient ainsi que du programme Bracero aux États-Unis), soit à l'élaboration et à l'application de politiques de l'immigration qui, bien que restrictives dans leurs dispositions juridiques, ont toléré et par conséquent encouragé l'immigration d'une main d'œuvre en grande partie spontanée et clandestine et, par suite, exploitable. Cette seconde formule fonde actuellement les modèles dominants aux États-Unis et en Amérique latine et correspond, de plus en plus, à la situation de facto que connaît l'Europe.

Em primeiro lugar, de uma forma documentada, o processo de migração de haitianos para os Estados Unidos pode ser expressa, segundo as informações de Barros (1980), pelo aumento incessante de pedidos de visto e o número de vistos turísticos concedidos aos haitianos, 7.345 vistos em 1969, e 16.859 em 1979 (8.337 foram recusados).

Em segundo lugar, esse processo é marcado, majoritariamente, pelos fluxos migratórios chamados de fenômeno de “boat people”. Esse último foi iniciado em 9 de dezembro de 1972 quando chegaram 65 haitianos de barco, na beira da praia de

Pompano na região leste da Flórida, no norte de Miami (ICART, 1987). Desde essa primeira aventura dos haitianos, “quase cada dia, cada noite, os miseráveis embarcam pelo mar em condições desesperadoras para se dirigir ao paraíso: as prisões da Flórida...” (MOURA, 1984, p. 144), para fugir da miséria e da repressão política. Esse tipo de viagem pelo mar é lamentavelmente descrito para Icart (1987) da seguinte forma:

Dans ces bateaux surchargés, le voyage est pénible et l’histoire de ces traversées n’est qu’une longue suite de misères, de souffrances, d’horreurs hallucinantes: naufrages, noyades, cadavres balottés par les eaux, corps déchiquetés par les poissons ou decolorés par l’eau de mer, tortures causées par la faim ou la soif, deshydratation due à la trop longue exposition au soleil ou à l’absorption d’eau de mer, assassinats perpétrés par des passeurs sans scrupules, suicides de ceux qui se jettent à l’eau, devenus déments après avoir touché le fond du désespoir...

Para realizar essa viagem perigosa com todos os riscos que a acompanham, Moura (1984, p. 144-145) aponta os sacrifícios que juntaram os haitianos como o pagamento de 400 a 500 dólares pela viagem, esse preço pode alcançar até 1 000 dólares. Para juntar esse dinheiro enorme, alguns desses migrantes vendem todos seus bens como terrenos. Porém, segundo o autor, às vezes, os haitianos são aliciados de promessas enganosas de emprego e de possibilidade de uma vida de lucro. Um drama lamentável e criminoso que acontecia sob os auspícios do governo haitiano descreve como os haitianos são vítimas:

Em abril de 1980, 400 camponeses da Gonave são afogados à proximidade da ilha apenas embarcados: alguns decisores lhes obrigaram para embarcar com a promessa de lhes oferecer um trabalho no Miami sob a demanda do François Duvalier (BARROS, 1984, p. 145 apud LE PETIT SAMEDI SOIR, 9-23 Avril 1980).

Provavelmente, uma estimativa de 80.000 haitianos tentou ingressar na Flórida via esse percurso. Entre eles, 60.000 teriam sido refugiados nesse território no decorrer da década 1972-1982 (ICART, 1987). Esses fatos e dados colocados acima mostram o quanto a migração dos haitianos para a Florida era intensiva e expressiva de um recrutamento de trabalhadores com a cumplicidade dos governos haitiano e americano. É difícil acreditar que o governo americano não tinha capacidade (técnica ou infraestrutural) para frear ou impedir a entrada dos haitianos em sua terra. Nesse caso, referimos a esse resultado “Todos os peritos admitiram que a incapacidade de pôr um fim aos fluxos dos ilegais está menos associada a

uma impossibilidade técnica do que aos constrangimentos políticos” (ICART, 1987, p. 26 apud PORTES, 1977, p. 31-37).

Nesse mesmo período da ditadura, o Canadá era também um destino relevante para os migrantes haitianos. Nessa migração, assistimos pela primeira vez a uma seleção de trabalhadores qualificados nos anos 1960, isto é, a fuga de cérebros. Entre 1969 e 1974, o Haiti passa a ser classificado como o 10^o de imigração no Canadá, particularmente para Quebec. Em 1979, com 1.172 imigrantes oficialmente cadastrados por Quebec, o Haiti ocupava o terceiro lugar, depois do Vietnã e da França (MOURA, 1984).

Outros destinos escolhidos pelos haitianos sobre o impulso da administração francesa, pela primeira vez, são as Antilhas da Guiana Francesa, Guadalupe, Martinica. Nessa época, além de facilitar a entrada de trabalhadores haitianos em Guadalupe para trocarem a mão-de-obra local reivindicativa, a administração francesa levou os haitianos para a Guiana Francesa para implementar seu projeto “Plan Vert” (Plano Verde) (ICART, 1987). Os perfis dos trabalhadores haitianos combinam com as necessidades desse projeto, pois “a maioria dos que estavam na Guiana vinha do interior do Haiti, boa parte trabalhava nas plantações e na criação de animais”. Segundo os haitianos que chegaram por volta das décadas de 1960, 1970 e 1980, nessa época, era mais fácil conseguir o documento da Guiana Francesa, bastava procurar um empregador para solicitar um visto de trabalho (HANDERSON, 2015). Do ponto de vista dos interlocutores da pesquisa do Handerson (2015), os primeiros haitianos chegados à Guiana em 1963 e 1965 de barco ocupavam as cidades Macouria ou Balata, devido à proximidade das plantações de cana-de-açúcar nas quais trabalhavam. Essas colocações mostram como a mobilidade dos haitianos para a Guiana França correspondia a uma forma de recrutamento de trabalhadores.

Ao lado desses destinos os mais frequentes e expressivos que acabamos de colocar, outros podem ampliar a lista de destinos dos haitianos como a Europa particularmente a França, a África, a América Latina Ásia. De acordo com Icart (1987), esse período é caracterizado pela diversidade dos destinos e a coexistência de todo tipo de migração: migrações de estudo, migrações *a relais*, migrações sazonais, migrações permanentes, migrações de exílio, migrações legais, migrações ilegais, *brain drain*, “traite verte” etc. Nos anos 1960, deixaram o Haiti inúmeras pessoas qualificadas como médicos, enfermeiras(os), educadores, administradores,

técnicos etc. Entre 1959 e 1967, cerca de 300 técnicos e profissionais migraram a cada ano. Entre eles, quase a metade possuía um diploma universitário, essa estimativa (segundo um estudo da ONU) era a segunda mais alta porcentagem entre os migrantes de 17 países latino-americanos (ICART, 1987 apud WEIL et al., 1973). No decorrer dos anos 1970, 35.000 a 40.000 pessoas deixaram o país a cada ano (ICART, 1987 apud SEGAL, 1975).

O desenvolvimento capitalista, em vez de facilitar a melhoria das condições de vida das populações no mundo, aumenta a desigualdade, a pobreza e a dependência. E quanto maior for o grau da subordinação externa, menor será sua possibilidade de crescimento e de atendimento das necessidades básicas (MACHADO, 1999). Como grande vítima dessa subordinação, o Haiti se tornou, desde o final da década de 1990, o país mais empobrecido do continente americano (HANDERSON, 2015). Essas condições políticas e socioeconômicas explicam porque, depois esse segundo fluxo migratório haitiano propulsionado para o capitalismo, particularmente os EUA, para responder à necessidade de mão-de-obra barata, a migração internacional se enraíza na estrutura política e socioeconômica do país, pois o processo migratório haitiano se torna autoalimentado (ICART, 1987). A migração se torna autoalimentada quando ela ultrapassa certo limiar ou certa taxa da população ativa determinada em relação à economia específica. É possível uma corrente migratória vira muito difícil para parar (ICART 1987 apud PIERRE PHILIPPE, 1976). Em sua tese, Hazeu (2015), perito em desenvolvimento e migração, concebe a mobilidade humana como fruto de mudanças estruturais que são consideradas transformações sociais, evidenciadas por reconfigurações institucionais nas relações de poder entre os membros da sociedade e na formação de identidades, uma vez que as pessoas se enquadram, no contexto das transformações sociais, como partes impactadas e integrantes das forças de mudança. Essa realidade se desenha na sociedade haitiana durante a ocupação americana e o regime da ditadura e permanece até os dias atuais com os últimos fluxos migratórios rumo ao Brasil.

2.4 A mobilidade haitiana ao Brasil: uma rota construída

Devemos conhecer o contexto político e socioeconômico dos fluxos migratórios anteriores dos haitianos para apreender o surgimento daqueles que são direcionados para o Brasil, isto é, a integração dependente do Haiti na economia global capitalista, no período da ocupação americana entre 1915 e 1934, como fornecedor de mão-de-obra barata. Essa dependência/recrutamento se reforçou no período do regime da ditadura nos anos 1960, 1970 e início de 1980. O contexto do surgimento da migração internacional haitiana combina com o ponto de vista de Marchi (2009) para quem a migração tem hoje um aspecto particular forçado para muitos: mais do que uma opção, a migração é para muitos uma necessidade. Os emigrantes de hoje são vítimas de processos e condições sociopolíticos.

Particularmente, o entendimento do surgimento dos fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil se deve à presença da Missão das Nações Unidas para a Estabilidade no Haiti (MINUSTAH) sobre a liderança do Brasil no Haiti, a qual expressa também a lógica de dominação militar, política e econômica. A presença do exército brasileiro no Haiti vem marcando uma nova era na história dos dois países e, a manifestação concreta da chamada dominação periferia/semiperiferia. Seguy (2014) afirma que no bojo das reformas econômicas neoliberais implementadas, em grande parte no Terceiro Mundo, que restauraram padrões coloniais de exploração, a presença da MINUSTAH desde 2004, viabiliza as condições necessárias para que a política imperialista continue a ser aplicada no país.

A aplicação dessa política se expressa por meio de eventos organizados, de acordos diplomáticos e de programa de intercâmbio cultural assinados entre o Haiti e o Brasil (Quadro 1).

Quadro 1 - Cronologia das relações bilaterais entre o Haiti e o Brasil

Ano	Evento
1910	Assinatura de Convenção de arbitramento entre Brasil e Haiti, em Washington
1928	Estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Haiti, com abertura delegação em ambos os países
1966	Assinatura de Convênio de Intercâmbio Cultural, no Rio de Janeiro
1982	Visita do Ministro das Relações Exteriores do Haiti, Jean Robert Estimé, a Brasília. Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica bilateral
2004	Criação da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob o comando do Brasil, por meio da Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU (abril)
2004	Chegada ao Haiti de tropas brasileiras integrantes da MINUSTAH, comandadas pelo General-de-Divisão Augusto Heleno Pereira (junho)
2004	Realização do "Jogo pela Paz", entre as seleções de futebol do Brasil e do Haiti, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (agosto)
2006	Visita do Presidente-eleito do Haiti, René Préval, ao Brasil
2008	Inauguração do Centro de Estudos Brasileiros "Celso Ortega Terra", em Porto Príncipe
2008	Visita oficial do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Porto-Príncipe (maio)
2009	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao Haiti
2010	Visita do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, ao Haiti para averiguar as consequências do terremoto (janeiro)
2010	Assinatura do Acordo Tripartite Brasil-Cuba-Haiti para o Programa de Fortalecimento da Autoridade Sanitária do Haiti (março)
2010	Participação do Presidente René Préval na I Cúpula Brasil-Comunidade do Caribe (CARICOM) (abril)
2010	Contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti, no montante de US\$ 55 milhões. Primeira contribuição de um país ao Fundo (maio)
2011	Visitas do Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, ao Haiti (fevereiro e junho)
2011	Participação do Ministro da Defesa, Nelson Jobim, na cerimônia de posse do Presidente do Haiti (maio)
2012	Visita da Presidenta Dilma Rousseff ao Haiti
2013	Visita do Primeiro-Ministro do Haiti, Laurent Lamothe a Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro (maio)
2016	Visita oficial ao Brasil do Senhor Lener Renauld, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Haiti, para inaugurar as novas instalações do Consulado do Haiti em São Paulo (21 a 23 de fevereiro) (MRE)

Fontes: Ministério das Relações Exteriores (MRE); Agência Brasileira de Cooperação (ABC); Ministério das Relações Exteriores (MRE)

Podemos observar na cronologia das relações bilaterais entre os dois países uma intensificação delas desde 2004, data do início do exército brasileiro no Haiti. Essa constatação mostra quanto a presença política, socioeconômica e cultural do Brasil se torna forte na sociedade haitiana. Essa presença carrega uma grande energia que potencialmente teria influenciado a escolha do Brasil como novo destino

para a população haitiana. Nesse sentido, o Centro Cultural Brasileiro no Haiti (CCBH) pode ser jogado um papel relevante.

O CCBH foi fundado em 2008 e é mantido pela Embaixada do Brasil no país. A sede está localizada na cidade de Pétion Ville, onde fica também a Embaixada do Brasil. Sua principal missão é a execução política cultural do governo brasileiro no exterior. Suas atividades estão relacionadas ao ensino sistemático da Língua Portuguesa falada no Brasil; à difusão da Literatura Brasileira; à distribuição de material informativo sobre o Brasil; à organização de exposições de artes visuais e espetáculos teatrais; à coedição e distribuição de textos de autores nacionais; à difusão de música erudita e popular; à divulgação da cinematografia brasileira; além de outras formas de expressão cultural brasileira, como palestras, seminários e outros (MRE, 2016). Temos que ressaltar a presença de 21 (vinte e uma) unidades dos centros culturais brasileiros espalhados em alguns continentes: 12 (doze) no continente americano, três no continente europeu e seis no continente africano.

O CCBH oferece aulas da língua portuguesa gratuitamente, e dessas aulas o grupo "Falar português melhor" é fundado para fortalecer e facilitar a prática do idioma. Por exemplo, na visita de campo a Haiti no mês agosto de 2017, percebemos um haitiano que estava falando o português com alguém pelo telefone. Conversamos com ele que me contou que aprendeu o português no Centro Cultural Brasileira e estava falando com alguns brasileiros com quem ele está envolvido. Um curso de música e de dança é oferecido também no CCBH, sobretudo para aprendizagem do samba. O CCBH organizou alguns eventos como o 4^o festival Ibéro-americano em Porto-Príncipe de dia 11 a 18 de novembro de 2016. O 4^o concurso de redação chamada «Diversidade e unidade da língua portuguesa» foi promovido em 2016 pela Rede Brasil Cultural com os alunos de todos os 24 Centros Culturais e Núcleos de Estudos Brasileiros no Exterior. Em 2016 aconteceu a comemoração dos 100 anos do Samba e 1 ano do grupo de conversação "Falar português melhor" do CCBH. Desse modo, o CCBH organizou um evento cultural no sábado, 5 de novembro de 2016, onde participaram vários artistas tais como o cantor Wooly Saint-Louis, os saxofonistas Ti-Sax, Marco Venez et Emmanuel Smith. Nessa ocasião, os responsáveis deram alguns certificados aos estudantes do curso de português e da cultura brasileira (NOEL, 2016).

Como podemos observar nos objetivos e nas atividades, o CCBH se revela um canal importante na dinâmica de divulgar ou "vender" a imagem do "Brasil

potência” no Haiti, como denomina Magalhães (2014). Assim, essa iniciativa traz em si uma força atrativa imperialista para influenciar os haitianos a sonhar com uma vida melhor no Brasil como um país de beleza e de muitas oportunidades de trabalho, entre outros.

Ao lado do CCBH, destacamos a ida dos presidentes Lula, em 2004 e 2010, e Dilma, em 2012, ao Haiti, onde eles fizeram promessas de apoio e convite ao povo haitiano para ir ao Brasil e que as portas do Brasil estavam abertas para recebê-lo. Foi uma visita parecida com aquela do presidente americano Rossevelt. Vejamos cada um dos discursos dos presidentes Lula e Dilma abaixo.

Em 18 de agosto de 2004, Lula foi ao Haiti junto com a seleção brasileira com as principais estrelas como Ronaldo Nazário e Ronaldinho Gaúcho, para o chamado “Jogo da paz” no estádio Sylvio Cator, em *Port-au-Prince*, com o objetivo, segundo o presidente brasileiro, de “celebrar a paz”. No seu discurso, ele qualificou o dia 18 de agosto de “dia histórico nas relações entre o Haiti e o Brasil”, lembrando que foi a primeira vez que um presidente brasileiro visitava o Haiti. As promessas dele ao povo haitiano foram as seguintes:

Queremos ajudar este país a reerguer-se, a reconstruir suas instituições, a cicatrizar suas feridas, a reencontrar o caminho do desenvolvimento e da justiça social.

O presidente Lula visitou o Haiti uma segunda vez em 25 de fevereiro de 2010, após o terremoto, na ocasião de formatura das tropas brasileiras da Missão da ONU (MINUSTAH) no *Port-au-Prince*. No decorrer do seu discurso, ele reiterou sua determinação em ajudar o desenvolvimento, a segurança e o bem-estar do país:

Mais do que nunca, essa é a missão do Brasil no Haiti: ajudar o país a reencontrar o caminho do desenvolvimento. [...] A Minustah vinha dando um exemplo extraordinário de como é possível garantir segurança sem esquecer as aspirações ao bem-estar e à dignidade deste povo.

Podemos vislumbrar três principais promessas feitas por Lula ao Haiti no decorrer de ambos os discursos: promover a paz, ajudar o país a reencontrar o caminho do desenvolvimento e a justiça social ou bem-estar. Porém, desde 2004 a MINUSTAH está presente no Haiti, ainda o objetivo dessa missão não é alcançado, considerando a instabilidade política, a crise política, o conflito social que conhece o país desde a presença da MINUSTAH até os dias atuais. É necessário lembrar que o Haiti nunca foi um país desenvolvido e nem um país em desenvolvimento na sua

história. Primeiramente, esse resultado deve muito à política de afastamento do Haiti para a comunidade internacional depois de sua proclamação de independência em 1º janeiro de 1804. Em seguida, a comunidade internacional estabelecia uma relação de dependência com o Haiti como país subalterno que está satisfazendo as necessidades do desenvolvimento capitalista, em outro termo o país está produzindo o desenvolvimento de seu subdesenvolvimento. Ao invés da intenção de Lula em ajudar o Haiti a reencontrar o caminho do desenvolvimento, basta afirmar que “o país está sendo recolonizado após o terremoto de janeiro 2010 pela comunidade internacional”, particularmente o Brasil.

No que concerne à justiça social ou ainda ao bem-estar do povo haitiano, é melhor falar de buscar o caminho da justiça social porque o Haiti nunca foi conhecido como um país onde teria estabelecido uma estrutura de política social que possibilitasse aos haitianos gozar de seus direitos sociais ou ter acesso aos serviços sociais. Mais uma vez a visita e o discurso de Lula no Haiti se inscrevem ao interesse do Brasil como líder da MINUSTAH de mostrar à comunidade internacional sua capacidade de comandar essa missão, de dominar o país e de conseguir uma vaga no Conselho de Segurança da ONU. Em geral, essa conjuntura de dependência do Haiti ao Brasil, particularmente com a visita de Lula e a seleção brasileira de futebol, oferece a oportunidade de projetar na sociedade haitiana uma grande visibilidade do “Brasil potência” que propulsionou os fluxos migratórios dos haitianos para esse último país onde está sendo explorada a força de trabalho deles. Aquela estratégia política de propaganda falsa de Lula será retomada e atualizada para a presidente brasileira Dilma, sob outra forma:

Reiterei que continuaremos cooperando para criar para os haitianos condições de vida melhores no próprio Haiti. Deixei claro, no entanto, que como é da natureza dos brasileiros, estamos abertos a receber cidadãos haitianos que optem por buscar oportunidades no Brasil.

Podemos destacar dois aspectos nesse discurso da presidente: primeiramente, ela prometeu melhoria de vida aos haitianos no próprio país deles. Mas, até os dias atuais, a situação socioeconômica do povo haitiano está piorando cada vez mais. Essa promessa da Dilma faz parte da lista de promessas não cumpridas da comunidade internacional ao Haiti e particularmente após-terremoto de 12 de janeiro de 2010. Seguy (2014) sustentou, em sua tese de doutorado intitulada “A catástrofe de janeiro de 2010, a ‘Internacional Comunitária’ e a

recolonização do Haiti”, que a ajuda internacional ao Haiti é uma grande mentira, e que o país está sendo recolonizado pelo capital transnacional. De acordo com o autor, o terremoto que abalou o Haiti em janeiro de 2010 deixando cerca de 300 mil mortos e 2,3 milhões de desabrigados, oferece ao “Internacional Comunitária”– o conjunto de países hegemônicos e organizações a eles vinculadas, comumente chamados de comunidade internacional – a oportunidade de impor a recolonização do país. Essa tese contrapõe a afirmação da Dilma no decorrer da sua visita ao Haiti dizendo “nossa atuação mostra que a segurança coletiva tem de se combinar com a justiça social, o desenvolvimento e o respeito à soberania nacional dos países”.

Como o Haiti pode ser soberano quando tem a presença do exército militar da MINUSTAH/Brasil na sua terra que subalterna a Força da Polícia do país e compromete a possibilidade de voltar com o exército militar haitiano que foi desmobilizado desde 1994 para o presidente Jean Bertrand Aristide sob a pressão dos Estados Unidos. A mesma intenção enganosa dos primeiros presidentes é retomada pelo atual presidente brasileiro, Temer, na tribuna da ONU, em 2016:

O Brasil lidera desde 2004 o componente militar da MINUSTAH e já enviou ao país caribenho mais de 33 mil militares. Confiamos que a presença da ONU nesse terreno possa voltar-se mais para o desenvolvimento e o fortalecimento das instituições (DISCURSO..., 2016).

De certa forma, a MINUSTAH constitui a manifestação concreta da dependência do governo haitiano à comunidade internacional, particularmente o Brasil. O recente furacão Matthew, que abalou a região Sul, Sudeste e *Grand-Anse* do Haiti, em 4 e 5 de outubro de 2016, desvelou ainda a mentira das promessas de ajuda da comunidade internacional, especificamente dos presidentes brasileiros, no Sudeste e Grand-Anse, do Haiti. Essa catástrofe foi devastadora e não se dispunha de uma estrutura adequada para prevenir os gravíssimos danos e para responder as necessidades da população depois da passagem da catástrofe. A passagem do furacão Matthew ocasionou, segundo os dados da Oficina da Proteção Civil dos Riscos e dos Desastres (OPCRD), mais ou menos 300 mortes, 350.000 pessoas atingidas, 61.000 desabrigados etc. Ao invés da vontade de ajudar no desenvolvimento ou na reconstrução do Haiti, vemos o interesse da comunidade internacional de deixar o país mais empobrecido, desestabilizado e dependente para melhor o adaptar ao interesse do desenvolvimento capitalista globalizado, sobretudo como fornecedor de mão-de-obra barata.

Podemos falar de justiça social no Haiti sabendo que a desigualdade é muito grande com cerca de 90% de riqueza na mão da burguesia que representa 5% da população haitiana. No que concerne ao desenvolvimento do Haiti que pretendeu Dilma, os dados e indicadores sociais já colocados acima mostram que o país é o mais empobrecido do continente americano, com uma miséria alarmante, o trabalho informal, e o desemprego muito alto. Ao contrário de ajuda ao desenvolvimento do Haiti pela comunidade internacional e particularmente o Brasil, nós assistimos a um espectro de miséria que atinge a maioria da população haitiana:

O desemprego atinge de 70 a 80% da população; 75% da população vive com menos de 2 dólares por dia; o analfabetismo alcança 90% das pessoas; não existe água e esgoto nas casas; as pessoas retiram água dos poços artesianos, carregam para casa em baldes e usam carvão para cozinhar; algumas poucas casas possuem energia elétrica, que acaba todos os dias sem nenhum aviso; andam longos períodos porque não dispõem de recursos para custear um transporte; a maior parte dos habitantes não existe oficialmente, pois não possui nenhum documento (ALMEIDA, 2010).

O autor levou à tona a verdadeira e concreta realidade do Haiti que desvela a real intensão atrás da promessa dos líderes brasileiros que pretenderam ajudar o país, mas ao invés disso, eles se aproveitam para ampliar sua dominação política e para explorar as oportunidades econômicas e os recursos humanos do Haiti, especificamente os trabalhadores migrantes haitianos no Brasil. Com essa situação de precariedade, já percebemos no Haiti a não presença de justiça social, de desenvolvimento, nem de soberania, mas o povo é cada vez mais vulnerável e desesperado, e a última alternativa para ele é viajar para outros países e vender sua força de trabalho aos salários os mais baratos. Além do interesse internacional de conquistar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, a visita e os discursos de Lula e da Dilma podem ser entendidos como uma propaganda política de interesse econômico para fortalecer a dependência do Haiti ao Brasil e para influenciar o deslocamento do povo haitiano naquele país.

Outro elemento que contribuiu na projeção do Brasil como um país de muitas oportunidades é a atuação das organizações não governamentais (ONG) brasileiras no Haiti como a ONG Viva Rio, organização social fundada em 1993 que objetiva promover a cultura de paz e viabilizar a inclusão social. De forma mais clara, essa organização busca construir uma sociedade que integre segurança e direitos civis, justiça e liberdade, desenvolvimento e meio ambiente, modernidade e diversidade cultural. Para tanto, o Viva Rio implementa projetos sociais nas áreas de segurança,

saúde, educação e meio ambiente. A organização tem mais de 6.000 colaboradores no Rio de Janeiro, Macaé e Haiti, que oferecem suas contribuições nesses 20 anos. O Viva Rio foi convidado pela ONU em 2004 para promover a cultura da paz e a inclusão social no país caribenho. A ação da organização começou em Bel Air, um bairro de *Port-au-Prince*, com a realização de projetos na área de esporte, arte e educação no centro comunitário. Depois o terremoto de 2010, os programas foram intensificados em todo o país. Atualmente, o Viva Rio continua atuando em Bel Air, onde a ênfase do trabalho é a segurança da comunidade.. Os principais projetos implementados pelo Viva Rio no Haiti são: Haiti Aqui, Ecoturismo, Centro R. Louis Roy, Biodigestores, Reflorestamento, Academia de Futebol Pérolas Negras, Aceleração Escolar, Ilha Verde, Lixo não tem Pé. A atuação do Viva Rio com os projetos implementados é um exemplo entre outras organizações brasileiras, constitui um canal que possa viabilizar uma imagem positiva sobre as oportunidades do Brasil nas várias cidades do território haitiano.

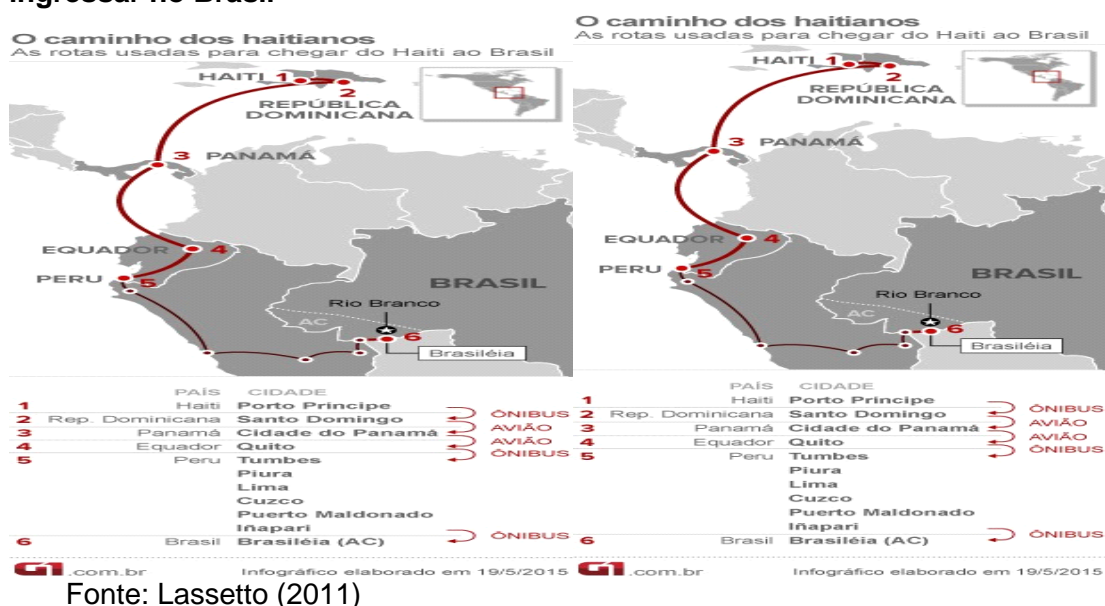
A presença do exército brasileiro, do Centro Cultural Brasileiro, dos presidentes Lula e Dilma e da seleção brasileira de futebol, da atuação das organizações brasileiras particularmente o Viva Rio na terra haitiana contribuíram para viabilizar as oportunidades do Brasil no Haiti e para influenciar o povo haitiano a migrar para esse país. No quadro geral, essa realidade se inscreve na lógica do sistema capitalista onde países os mais desenvolvidos dominam e exploram os menores desenvolvidos. Na busca de poder político e econômico para sua expansão mundial, o Brasil, desde 2004, dominou o Haiti politicamente, culturalmente e socialmente. Essa dominação direciona os fluxos migratórios dos haitianos para a terra brasileira para a exploração da mão-de-obra. Esse processo de atração de mão-de-obra barata de migrantes no benefício do Brasil é evidenciado por Silva (2002):

A partir do desenvolvimento das relações capitalistas de produção, os homens passaram a se deslocar espacialmente de forma generalizada, sempre atendendo aos anseios do capital, que utiliza-se de vários meios de atração, passando pela **ilusória venda de uma vida melhor**(grifo nosso), através de signos da modernidade (2), que o migrante os aceita pelo fetiche que causam para sua realização pessoal, até mesmo as formas de opressão desveladas, com o uso de força.

Os primeiros haitianos chegaram ao Brasil a partir da década 1940. Depois, com a presença da MINUSTAH no Haiti em 2004, os dados do IBGE mostram um crescimento de chegada de haitianos ao Brasil nos anos de 2004, 2005 e 2006.

Portanto, os fluxos migratórios começaram após o terremoto de janeiro de 2010. De acordo com estudos de Mamed (2015), dos 21 mil haitianos que chegaram ao país após o terremoto de 12 de janeiro de 2010, a maior parte deles, ou seja, 18 mil teriam entrado pela região da Amazônia Ocidental (especialmente pelo estado do Acre) até março de 2014. Isso pode ser observado na figura abaixo onde é apresentado o percurso realizado e os meios de transporte utilizados pelos migrantes que saem do Haiti até chegarem ao Brasil por onde entram pela cidade de Brasileia, no estado do Acre.

Figura 1 – Mapa de um dos caminhos feitos pelos haitianos para vencer a fronteira e ingressar no Brasil



É difícil decifrar a quantidade dos migrantes haitianos já instalados no Brasil, incluídos documentados ou não documentados, devido, sobretudo aos fluxos migratórios ocorrendo pelas fronteiras. Além da entrada pela fronteira, haitianos viajaram também pela via aérea. Conforme as estimativas oferecidas por Fernandes e Castro (2014), com base nos dados da Polícia Federal, os migrantes haitianos estão presentes em 27 (vinte e sete) cidades brasileiras, mas 84,8% deles entraram por somente 5 cidades, a saber: São Paulo e Guarulhos (37%), Tabatinga (29,7%), Eptaciolândia e Brasileia (18,1%). Essas cidades são na realidade pontos de passagem, exceto o caso de São Paulo e Guarulhos, onde 43,8% dos que entraram por estas cidades ali fixaram residência. Até o início de 2015 o número dos haitianos seria entre 35 mil a 40 mil no Brasil, em uma população migrante registrada e

estimada em 1,5 milhão no universo da população brasileira, que é de 202 milhões, segundo os dados da Polícia Federal brasileira (HANDERSON, 2015).

Quando entrevistado em 2014 para Tatiana Bertonipor meio do Show Complicações da TV UNIVESP, MariaAdélia de Souza, pesquisadora, afirmou que a população haitiana nos territórios brasileiros teria alcançado 70 mil pessoas. De acordo com Almeida (2010) informou que a maior parte dos imigrantes haitianos são homens, de 21 a 30 anos de idade. Portanto, com a crise que conhece o Brasil, vários haitianos estão deixando o Brasil desde o final de 2015 para outros países como os Estados Unidos e o Chile.

Este fenômeno não é isolado, mas pode ser considerado como um efeito da mundialização e da dependência política e econômica do Haiti do capital. Franck Seguy tentou mostrar que o racismo e a desumanização estão na base de todo o histórico das relações internacionais do Haiti, desde sua independência em 1804, e até os dias atuais, o país continua padecendo do mesmo regime (SEGUY, 2015). Essa desumanização e racismo se expressam nas condições de trabalho e de vida dos haitianos no Brasil como veremos no próximo capítulo.

3 SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO DOS HAITIANOS EM SÃO PAULO

A compreensão da totalidade de um fenômeno passa para uma relação entre singularidade e universalidade. Desse modo, para não ficar numa orientação fragmentada do deslocamento haitiano no Brasil, procuramos apreendê-lo como uma realidade concreta singular dentro da universalidade que se refere à relação de dependência entre centro e periferia vinculada à divisão internacional de trabalho. Para tanto, optamos o método do materialismo histórico e dialético para analisar a dinâmica do fenômeno da migração dos haitianos para o Brasil.

Segundo Skalinski e Praxedes (2003), o método liberal-positivista é indutivo ao relacionar seu objeto com condições de risco distribuídas de acordo com o sexo, a idade e a raça, usando dados empíricos para evidenciar as manifestações exteriores do processo. Ele fornece uma visão especulativa de compromisso reduzido à informação. Mas, Marx (1983, p. 24) afirma que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu 'ser'; é o seu 'ser social' que, inversamente, determina a sua consciência. Numa tentativa de trazer à tona como o método dialético supera o método liberal-positivista, Breilh (1991, p. 66) declarou:

O novo método surge como unidade dialética do dedutivo e do indutivo dentro de um processo de conhecimento que ascende desde o conceito direto ou fenômeno epidemiológico até a construção de sua essência histórica, de suas determinações sociais.

Marx (1974, p. 121) afirma: “as categorias exprimem formas de modo de ser, determinações de existência, indica que são fundamentais porque representam a própria determinação do objeto, o que deve ser perseguido e reproduzido pela teoria”. Sartre (1960) reconhece a partir de Marx, que o concreto é a totalização hierárquica das determinações e das realidades hierarquizadas. Nessa lógica, o método dialético oferece a possibilidade para analisar e interpretar o cotidiano dos haitianos em relação aos processos históricos e sociais a fim de trazer à tona a práxis e a totalidade do fenômeno, como ressalta Zago,

Uma análise acurada deve ponderar que as partes constituintes do real devem ser apreendidas como unidade, mesmo que a essência seja percebida como diferente e não imediatamente como o fenômeno. Parte-se do observável rumo à essência, o que tornará possível a compreensão do

ser social como totalidade que se relaciona intimamente a vida material e concreta dos seres humanos (ZAGO, 2013, p. 111).

A totalidade é uma visão do conjunto das relações que sempre implicam a percepção do todo do agir e do pensar (ZAGO, 2013). Nessa tarefa que propõe o autor, a função da teoria em ciência consiste em produzir hipóteses sobre objetos reais (esfera concreta) aos quais o objeto de conhecimento se refere (SKLAIR, 1987). Em respeito a esta lógica, realizamos uma pesquisa de campo na cidade de São Paulo.

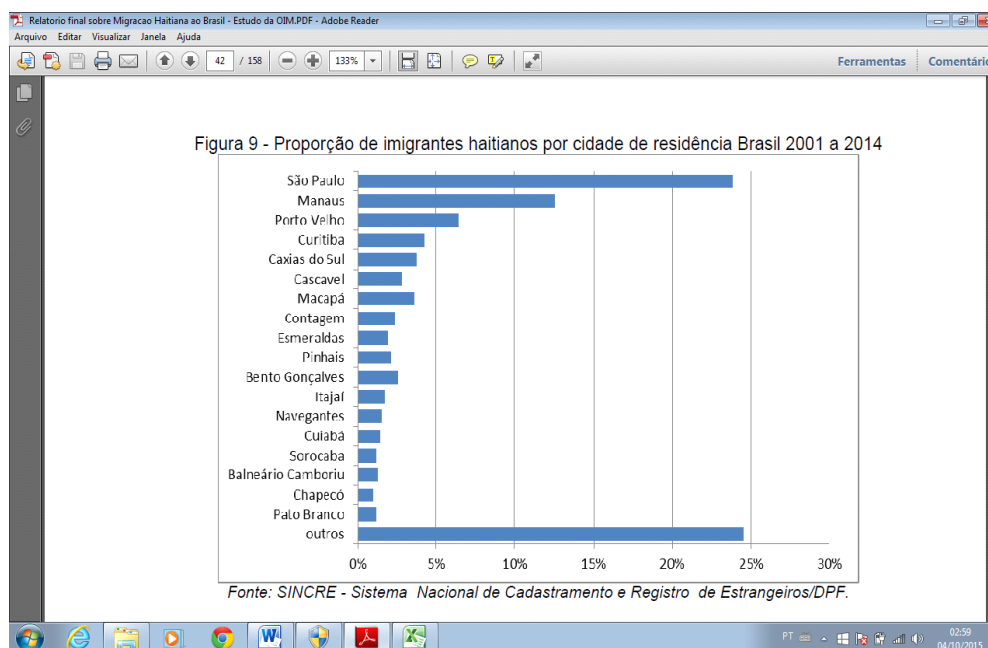
Os sujeitos da nossa pesquisa de campo foram escolhidos na cidade de São Paulo, capital do estado de São Paulo, localizado na região Sudeste do Brasil. A população do estado de São Paulo é estimada a 44.396.484 (quarenta e quatro milhões, trezentos e noventa e seis mil e quatrocentos e oitenta e quatro) habitantes (IBGE, 2010). O rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* da população residente fica em R\$1.482,00 (um mil, quatrocentos e oitenta e dois reais) (IBGE, 2010).

São Paulo é reconhecida como a cidade brasileira com a maior população de migrantes, até ser chamada a cidade dos migrantes. Essa concentração de migrantes explicou a diversidade cultural da cidade. As autoridades estimam que o número de migrantes nesta cidade esteja em torno de 600 mil. De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, residem na cidade cerca de 75 mil portugueses, 61 mil bolivianos, 34 mil japoneses, 24 mil italianos e 21 mil chineses. Outros grupos que representam países como Polônia, Nigéria, Paraguai, França, Lituânia, Grécia, Israel, Áustria, Angola e Haiti desde alguns anos.

A chegada em São Paulo de uma forte população haitiana iniciou em 2010. De fato, como já apontado, ela faz parte, junto com Guarulhos, dos 05 (cinco) mais fortes pontos de entrada de haitianos pela fronteira sendo que 43% dos migrantes haitianos que chegam à região permanecem como residentes nessa cidade. Além disso, o relatório da Organização Internacional de Migração (OIM) em parceria com o Conselho Nacional de Imigração (CNI) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), revelam que os locais de destino declarados pelos haitianos junto aos consulados brasileiros foram na ordem seguinte: São Paulo (1262), seguido do Rio de Janeiro e Manaus (243) e Distrito Federal e Paraná (47). Em relação ao local de

residência dos imigrantes haitianos no Brasil, os dados da Polícia Federal indicam 267 (duzentos e sessenta e sete) municípios e, no entanto, 18 (dezoito) deles receberam mais de 75% desses imigrantes, como indica a Figura 2. A notar que os maiores destaques são por conta de São Paulo, com 24% do total, e Manaus, com 13%.

Figura 2 – Municípios de residência dos haitianos no Brasil



Fonte: Fernandes e Castro (2014)

Observamos assim que aquela grande quantidade de cidades citadas como local de residência são, na realidade, pontos de passagem, salvo o caso de São Paulo e Guarulhos, onde 43,8% dos que entraram por estas cidades e aí se fixaram como residentes. O panorama do perfil por nacionalidade da população migrante atendida em São Paulo nas unidades do Centro de Apoio ao Trabalho e Empreendedorismo (CATE) no período de janeiro a agosto de 2015, indica que os haitianos ocupam o primeiro lugar com 3329 (três mil, trezentos e vinte e nove) de um total de 6101 (seis mil, cento e um) migrantes de 64 nacionalidades atendidas. Em segundo lugar, estão os senegaleses com 443 (quatrocentos e quarenta e três) e no terceiro lugar os congolezes com 440 (quatrocentos e quarenta) (PDTE, 2015).

A presença de uma grande população de migrantes haitianos em São Paulo foi a razão principal da escolha dessa cidade para realizar a pesquisa de campo. Outro motivo dessa escolha foi a tradição da cidade de São Paulo como o maior

receptor de migrantes no Brasil. Um terceiro razão se da à existência do Museu das Migrações que visitamos. Essa última constitui uma grande memória sobre a história dos migrantes no Brasil, particularmente em São Paulo. Nesta cidade entrevistamos migrantes haitianos, empregados e desempregados, residentes nessa cidade. Entrevistamos também representantes da Missão da Paz, servidores públicos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE) e empregadores.

Os dados coletados sobre os sujeitos da pesquisa de campo são analisados para medir nossa hipótese. Uma pesquisa empírica é uma prática de produção de análises e de hipóteses sobre objetos reais e é guiada pelas abstrações da teoria no sentido de que elas sugerem qual dos objetos concretos será apreendido para que as análises e as hipóteses sejam ou não confirmadas (SKLAIR, 1987). Nessa perspectiva, esta análise se pretende qualitativa e quantitativa, isto é, busca-se interpretar dados e conteúdo de entrevistas pautadas nas categorias do objeto de estudo: trabalho, superexploração da força de trabalho e migração. A partir dessas categorias os principais indicadores de análise serão determinados.

De acordo com Jannuzzi (2001), o indicador social como uma medida em geral quantitativa, é dotado de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). Particularmente numa pesquisa acadêmica, o mesmo autor indica que o indicador social é o elo entre os modelos explicativos da Teoria Social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados (JANNUZZI, 2001). De forma mais clara, o indicador social é um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2001). Pelo autor, os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas (JANNUZZI, 2001). A partir dessa aproximação a esse tema determinamos os principais indicadores de nossa pesquisa de campo: condições de migração; condições de trabalho; condições de vida e acesso às políticas públicas.

Esses indicadores sociais formulados foram fundamentais na coleta dos dados sobre os migrantes haitianos em São Paulo. Além das entrevistas com os migrantes haitianos, empregados e desempregados, também entrevistamos

servidores públicos da SMDTE, os representantes da Missão da Paz e os empregadores dos migrantes. De fato, conseguimos realizar 26 (vinte e seis) entrevistas sendo 21 (vinte e uma) com migrantes haitianos, dos quais 15 (quinze) homens e 06 (seis) mulheres. As outras 05 (cinco) entrevistas foram 02 (duas) com representantes da Missão da Paz, 03 (três) com servidores públicos da SMDTE de São Paulo e 02 (duas) com empregadores: 01 (uma) supervisora de restaurante e 01 (um) proprietário de uma empresa de comércio de combustíveis.

A realização das entrevistas foi o resultado de todo um processo de planejamento, organização e trâmite antes de nossa viagem para São Paulo e durante nossa presença nessa cidade. Nossa primeira iniciativa no curso do planejamento da pesquisa de campo foi uma pesquisa pela internet sobre a existência de migrantes haitianos residentes em São Paulo. Nessa pesquisa descobrimos uma forte presença de migrantes haitianos relatada nos artigos e nas matérias. Além disso, descobrimos também que São Paulo é a cidade a maior população de migrantes no Brasil. Fomos informados por uma professora da UFPA sobre a existência do Museu das Migrações. Com base nessas informações, escolhemos São Paulo como campo de pesquisa e compramos as passagens para a viagem no mês de abril de 2016.

Em seguida, fomos conversar com Joseph Handerson, professor da UNIFAP e avaliador externo da minha qualificação do preprojeto, sobre nossa necessidade de contato de uma pessoa residente em São Paulo para planejar nossa pesquisa de campo. Ele nos deu o contato de Fabiana B. Nogueira. Ela é historiadora e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Humanidades, em Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) e, assim como nós, o seu tema de pesquisa é migração haitiana no Brasil. Nessa pesquisa, ela objetiva identificar os pontos de reconstrução da vida individual, familiar e social dos haitianos no Brasil e as problemáticas do processo migratório reconhecidas por eles, considerando aqueles que imigraram após o terremoto de 2010, assim como as suas motivações na escolha do Brasil como espaço para essa reconstrução. Entramos em contato com ela pela rede social Facebook para conversamos. Ela me informou sobre uma comunidade de residentes haitianos, o clima e a realidade social e cultural de São Paulo. Mais adiante, no que concerne à nossa hospedagem, Marcel T. Hazeu, professor da UFPA e um dos dois nossos orientadores, nós indicou o contato de

Denise que mora em São Paulo. Entramos em contato com ela pelo WhatsApp e solicitamos a hospedagem na sua casa durante nossa pesquisa de campo e ela aceitou nossa demanda.

A nossa pesquisa de campo foi realizada em dois momentos. Primeiramente, de 10 a 18 de julho de 2016 e, num segundo momento, de 30 de agosto a 13 de setembro de 2016. No intervalo, fomos para o Haiti para pesquisar documentos relacionados à história do Haiti particularmente a história da migração haitiana. De fato, viajamos para São Paulo em 10 de junho de 2016, ao meio dia. Como já combinamos com a Denise antes de nossa viagem, quando chegamos ao aeroporto de Guarulhos Internacional, ligamos para ela que nos indicou o ônibus para subir até a estação do Metrô Tatuapé onde ela foi me buscar de carro. Tatuapé é o nome de um dos bairros do São Paulo. Pegamos o ônibus e quando chegamos ali, ligamos de novo para ela que já estava esperando. Fomos encontrar ela de outro lado da estação do Metrô Tatuapé e fomos muito bem recebidos. Ela nos levou para sua casa onde ficamos durante todo o tempo da pesquisa de campo. Nosso acolhimento na casa da Denise foi impressionante. Estávamos confortáveis e tinha um cão carinhoso com quem brincamos às vezes.

No mesmo dia da nossa chegada em São Paulo, marcamos com Fabiana para ir ao fechamento do Fórum Social Mundial das Migrações (FSMM) que estava acontecendo na Universidade Zumbi dos Palmares. Almoçamos comida típica haitiana, conversamos sobre nossa pesquisa e assistimos algumas apresentações culturais do evento. Ela nos passou um mapa do metrô de São Paulo e nos forneceu algumas explicações para usá-lo. Aproveitamos esse momento para pegar o contato de uma haitiana para entrevista.

O início da pesquisa de campo não foi fácil devido a diversos fatores como, por exemplo, o clima frio com o qual não nos acostumamos. Também tivemos dificuldade por causa da circulação na cidade paulista que é muito densa e a recusa ou hesitação de alguns haitianos a se deixar entrevistar. Houve necessidade de lidar com a entrevista juntando as perguntas das questões, ouvindo as respostas do interlocutor, anotando alguns detalhes no formulário e, ainda, chamando a atenção ou convencendo o entrevistado para chegar até o final da entrevista. Alguns dos entrevistados não dispunham de muito tempo e outros ficavam nervosos devido à frustração pela falta de emprego e renda para se manter. Outros ainda não estavam dispostos a falar por receio, desconfiança e até por desânimo.

Fomos sozinhos realizar as entrevistas com os migrantes haitianos e os demais entrevistados, mas na primeira fase da pesquisa de campo, a ajuda dada pela nossa colaboradora, na casa de quem hospedamos, foi muito importante para encontrar um migrante haitiano que a mesma conhecia. Foi uma surpresa para nós que ela pudesse contribuir de forma tão intensa, pois além de nos fornecer os contatos, também organizou algumas das entrevistas e, sobretudo, nos forneceu o contato do primeiro migrante haitiano entrevistado. Além disso, Denise procurou o contato dos funcionários da SMDTE e nos levou de carro para realizar a entrevista com eles. Ela nos levou duas vezes de carro na sede da Missão da Paz, uma vez na casa de uma haitiana e nos outros lugares.

Na primeira fase da pesquisa de campo, com a ajuda de Denise e Fabiana, conseguimos entrevistar 12 (doze) pessoas: 07 (sete) haitianos, seis homens e uma mulher, dois representantes da Missão da Paz, 03 (três) servidores públicos. Em comparação à primeira fase da pesquisa de campo, a segunda foi melhor em certas dimensões. Primeiramente, ficamos mais tempo em São Paulo. Segundo, pudemos circular melhor sozinhos em São Paulo, isto é, pegar metrô e andar na rua. Terceiro, nos acostumamos mais com o formulário da entrevista no qual fizemos uma pequena correção para adaptá-lo com alguns elementos novos que descobrimos na fala dos haitianos. Assim, conseguimos controlar melhor as entrevistas e tirar mais informações. Quarto, conseguimos realizar mais entrevistas e especificamente com mulheres, notadamente fizemos 16 (dezesseis) entrevistas cujas 14 (quatorze) com haitianos/as (9 homens e 5 mulheres) e 02 (dois) com empregadores. Em total, conseguimos 26 (vinte e seis) entrevistas na pesquisa de campo durante 03 (três) semanas em São Paulo.

No último dia do meu passeio em São Paulo, Fabiana nos levou ao Museu das Migrações que fica no bairro Bresser-Moooca. Quando estávamos andando na rua onde fica o museu, ela me mostrou os traços do caminho de ferro onde fizeram o desembarque dos escravos. Nessa visita, descobrimos alguns fatos como a presença no Brasil de grandes quantidades de migrantes libaneses, poloneses etc. No decorrer dessa visita, assistimos vídeos sobre a história da migração em São Paulo. Foi uma oportunidade de conhecer antigos tipos de roupas, cama, ferramentos, arma de fogo, aparelhos etc. A visita ao Museu das Migrações foi a última atividade que fizemos na pesquisa de campo e foi importantíssima no

concernente a observação e conhecimento da memória ou da história da migração no Brasil e especificamente em São Paulo.

Segundo Izquierdo (2004), a memória é a aquisição, a conservação e a evocação das informações, dos fatos vividos por cada indivíduo. Diz ainda que “nada somos além daquilo que recordamos”. Assim, desde uma década, os haitianos têm construído uma memória no Brasil, particularmente em São Paulo. Numa dimensão pessoal, a pesquisa de campo foi uma oportunidade de conhecer a cidade de São Paulo e sua história, de observar a situação difícil enfrentada pelos haitianos. Numa dimensão acadêmica, a pesquisa de campo é relevante pela coleta das informações e pela minha reflexão e compreensão das condições da migração, de trabalho, de vida e o acesso às políticas públicas dos haitianos.

3.1 Condição da migração dos haitianos em São Paulo

Nesse segmento, além dos determinantes constituintes e estruturais dos fluxos migratórios dos haitianos, a presença da MINUSTAH/Brasil no país desde 2004 tem tido um a implicação conjuntural na escolha da terra brasileira como novo destino. Assim, os mecanismos estabelecidos pelo governo brasileiro no Haiti condicionavam essa mobilidade haitiana. O Brasil foi conhecido pelo povo haitiano pelo seu futebol e os grandes jogadores, a dança do samba, mas não foi conhecido como um país de grandes oportunidades e de provável acesso para os haitianos. Com a presença do exército brasileiro no Haiti desde 2004 que ocasionou o fortalecimento da relação diplomática e bilateral entre os dois países, a atuação do governo brasileiro estava tão presente (militares, ONG, projetos socioeconômicos e culturais) no território haitiano que ele se tornou muito conhecido quando coincidentemente nessa época seu crescimento econômico estava em bom andamento. A presença da MINUSTAH sob a liderança do Brasil jogou um papel relevante na formação da escolha dos haitianos pela terra “verde e amarela” como o representante da Missão da Paz deixa claro em sua fala:

Em relação à MINUSTAH também é um elemento que mexe com o imaginário, com o desejo dos haitianos para vir para cá. Quando as tropas brasileiras coordenam a MINUSTAH no Haiti, elas chegam como aquele exército com aquelas tropas que facilita a organiza da vida social no Haiti, chegam como aquela organização que representa um país organizado e forte e disposto para cooperar. Isso é que as tropas brasileiras apresentam

para a população haitiana seja tropas de amigas que estão preocupados com o bem-estar deles.

Nessa colocação, o representante aponta como a MINUSTAH e as tropas brasileiras constituíram um espelho que reflete uma boa imagem do Brasil na sociedade haitiana. Outro representante da Missão da Paz observou o seguinte:

Assistimos a partir de 2008 e 2009 uma crise internacional que atinge os lugares de destino, atinge Europa, os EUA. Ao mesmo tempo o Brasil teve uma grande projeção internacional, país que está desenvolvido, país da copa, país da próxima olimpíada. Depois existia que o Brasil estava presente no Haiti como força tarefa, a MINUSTAH, então, já cria um vínculo.

O segundo representante colocou a ênfase sobre a crise que dificultou a entrada dos haitianos para os países habituais e a projeção internacional do Brasil. Portanto, o fato que ele reconhece, nesse mesmo período, que a MINUSTAH estava no Haiti explica em que medida essa projeção foi expandida nos territórios haitianos. Um terceiro representante, dessa vez, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo (SMDTE), reconhece a abertura do Brasil para os migrantes haitianos quando afirmou:

Eu acho a partir do terremoto e da Missão humanitária do Brasil que tratou diretamente com o Haiti e a própria conjuntura política daquele momento, o Brasil vinha desenvolvido... Foi uma abertura humanitária também, acolhida para os haitianos, foi no período o Brasil estava com muitas possibilidades de emprego e abriram portas para acolhida dos imigrantes especificamente os haitianos.

Podemos vislumbrar nas observações dos três representantes como a presença do exército brasileiro contribuiu para viabilizar a imagem de potência do Brasil no Haiti. Essa viabilização teria influenciado a escolha do povo haitiano para vir ao Brasil, pois o ponto de vista da Saskia Sassen (1988) ilustra essa realidade quando diz que a presença estrangeira incide objetivamente e subjetivamente na vida dos habitantes locais, inserindo no imaginário e no próprio projeto migratório deles a possibilidade de migrar ao país estrangeiro. Como já apontamos acima, a visita dos presidentes brasileiros tem fortalecido a construção desse processo com as promessas de ajuda do povo haitiano. Além disso, eles fizeram um convite aos haitianos para vir ao Brasil para reconstruir sua vida. Um representante observou a incidência da visita dos presidentes:

Bem antes do terremoto o presidente Lula esteve no Haiti, levou a seleção brasileira lá no Haiti para jogar futebol, e disse para os haitianos que se eles quisessem reconstruir a vida deles no Brasil, eles poderiam vir. Ele levou a seleção de futebol para lá para eles virem isso como um gesto muito amigável e poderiam de fato vir ao Brasil e aqui eles encontrariam por parte do governo tudo apoio necessário para que eles vivessem bem com dignidade, construir suas casas aqui ou no Haiti. Então, no imaginário do Brasil como sendo um país de muitas oportunidades, de beleza, como sendo um país que poderia ajudar, jogar futebol, participar nos programas de televisão, um país moderno. Então isso também acabou influenciando, isso por si só não determinou os fluxos da migração, mas ele pressiona.

Essa observação ressaltou o impacto da visita e da promessa de Lula no Haiti com respaldo na seleção brasileira frente o imaginário da população haitiana. Os haitianos entrevistados em São Paulo na pesquisa de campo deram conta dessa realidade na fala deles. Quando perguntamos aos 21 (vinte e um) haitianos entrevistados qual é a fonte e o canal de recepção de informação e o tipo de informação recebido sobre a existência de oportunidade de trabalho no Brasil, 02 (dois) deles declararam tinha ouvido sobre um acordo entre o Haiti e o Brasil e 03 (três) de um convite do governo brasileiro para facilitar a mobilidade do povo haitiano. Em seguida, 01 (um) haitiano afirmou que tinha ouvido na mídia como o Brasil estava crescendo e 02 (dois) foram informados das oportunidades do Brasil pelas pessoas do Haiti. A divulgação dessas informações no país foi o suficiente para atrair os haitianos, os quais, historicamente, têm propensão para migrar. A ida da seleção brasileira de futebol no país em 2004 para jogar com a seleção haitiana também jogou um papel importante no processo de divulgação da imagem do “Brasil potência” para chamar a atenção e ganhar a simpatia do povo haitiano. Podemos descobrir na fala de alguns haitianos entrevistados essa realidade:

Jan Brezil tap fè aktyalite a, sa vle di gen akò ki siyen, ayisyen limenm se sou viza poul antre poul vin travay. Jan yo wè nou, akòz de foutbòl la tou, yo renmen ayisyen, nou renmen yo tou. Se jis pou yo resevwa imigran ki vini, men lè nou vini se pa konsali ye.

Mwen te tande nan televizyon gen yon akò ki siyen ant Ayiti e Brezil ... jis mwen tevini paske mwen te fè plizye tantativ Ayiti poum te antre nan inivèsite sa pat mache poumwen. Mwen te di banm mete pyem deyò poum vwayaje. Kòm mwen wè Brezil te bay plizyè posibilite poum te ka vini ladann, mwen soti poum te ka jwenn yon etid siperyè poum te ka plis avanse. Demen sdv poum te ka gen yon lavi miyò paske mwen pat ka travay nan peyim mwen te jis vini Brezil poum ka travay epi poum kontinye proses inivèsite a.

Em geral, são diversos os mecanismos conjunturais estabelecidos para despertar o interesse dos haitianos para o Brasil. Ao considerar o fenômeno

migratório dos haitianos desde a decisão de deixar o país e a presença deles no Brasil, podemos se referir à preocupação e ao argumento da Magalhães (2014) quando diz:

A categoria do subimperialismo revelou grande dose de capacidade explicativa aos questionamentos a respeito do fluxo de haitianos no Brasil. Perguntas como “por que o Brasil?”, “por que só agora?” e “por que neste volume?”, se não completamente respondidas, foram ao menos esclarecidas com o recurso à categoria do subimperialismo, e a análise acurada da presença brasileira no Haiti como promotora da presença haitiana no Brasil. A atuação do subimperialismo brasileiro no Haiti.

O autor vem relacionando a vinda dos haitianos ao Brasil com a presença da MINUSTAH/Brasil. Essa observação é lógica na compreensão da conjuntura do processo dos fluxos migratórios dos haitianos rumo aos territórios brasileiros, pois, de acordo com ele, “a própria presença brasileira no país é relativamente recente, como são recentes os fluxos de haitianos para o Brasil. Há uma relação íntima entre a presença do Brasil no país e a vinda dos primeiros haitianos ao Brasil” (MAGALHÃES, 2014). Desse modo, Patarra (2012) afirma que a presença do Brasil no Haiti desde 2004 no comando da MINUSTAH foi o fator de fundamental importância na inserção do país no quadro dos destinos procurados pelos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. Para fortalecer esse ponto de vista, vamos dar uma olhada no acolhimento dos haitianos para desvelar as contradições entre os mecanismos condicionantes da migração haitiana ao Brasil e o acesso às políticas públicas dos haitianos.

O acolhimento de migrantes é alvo de políticas públicas que definem os direitos humanos da população nativa e os estrangeiros que residem no país. No que concerne ao Brasil em relação à proteção dos estrangeiros, a legislação sobre a migração vigente é o Estatuto do Estrangeiro do ano de 1986. É uma lei restritiva que objetiva a segurança do país sob o regime da ditadura dos anos 1980. Essa lei não facilita o pleno respeito dos direitos humanos dos migrantes como a participação sociopolítica, o acesso a serviços sociais etc. Especialistas estimam ser fundamental uma mudança na lei de imigração brasileira, formulada durante a ditadura militar. Atualmente, a lei trata imigrante irregular como caso de polícia e não lhes garante direitos. Nesse contexto, foi feita uma proposição de um novo projeto de lei de migração. Essa última foi aprovada na Câmara dos Deputados em outubro de 2016. Essa lei oferece uma abertura à garantia dos direitos humanos dos migrantes, ao

contrário da antiga legislação. No entanto, resta saber se esse novo projeto de lei da migração será aprovado e se o for, será que vai ser efetivo, isto é, ser aplicado para garantir a inserção integral dos migrantes e reduzir a xenofobia ou o racismo contra eles?

Apesar dessa fraqueza estrutural, vale lembrar a Resolução Normativa 2012 que possibilitou o acesso dos haitianos ao visto brasileiro para regularizar a permanência provisória deles no Brasil. No entanto, a Resolução Normativa não previu o pleno acesso dos haitianos aos serviços de políticas públicas. A consequência dessa inadequação pode ser observada nas palavras do André Vargem, sociólogo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), quando afirma que os vistos humanitários conseguidos aos haitianos são nada mais que uma forma de mantê-los como moradores de rua. O visto menciona que os cidadãos haitianos estão aqui de forma regular, mas não fala como eles vão ser integrados e acolhidos na sociedade brasileira (FANTÁSTICO, 2015).

O Brasil é reconhecido como um país de tradição de migração, mas ainda não tem uma estrutura favorável pela recepção de migrantes. Mesmo com essa fraqueza de estrutura, os haitianos foram influenciados ou/e convidados para vir ao Brasil. Daí vem uma contradição entre a fraqueza de estrutura de recepção de migrantes e o convite do próprio governo ou presidentes brasileiros aos haitianos. Podemos ilustrar essa contradição com essa observação de um representante da Missão da Paz:

Quando o governo fez o convite, o primeiro com Lula, ele provavelmente não imaginou que os haitianos fossem levar isso a sério e que de fato viessem, então nesse sentido ele convidou, mas não pensou numa política pública que desse conta não só na questão da documentação, também que desse conta da acolhida, criação de posto de trabalho, acesso a moradia, a integração cultural. Depois do convite dele, faltou o planejamento de uma política pública. Que viabilizasse a acolhida integral desses imigrantes. Seria essa acolhida integral em alguns pontos: documentação, acesso ao trabalho, a moradia, a educação, a saúde, a integração, a inserção cultural.

A dúvida do representante da Missão da Paz deixa vislumbrar um paradoxo no sentido de que é inconcebível que o governo ou os presidentes brasileiros não tinham consciência da falta de estrutura pelo atendimento dos migrantes e da ausência de leis e políticas públicas que garantissem a inserção integral deles. Um representante da SMDTE de São Paulo chamou a atenção sobre a falta de preparo do governo para o atendimento de inúmeros haitianos:

Nenhuma das nossas cidades tem estrutura de abrigados para todas essas pessoas, elas chegaram muitas assim, então faltou estrutura, abrigo pelas

peças, cursos imediatamente da língua portuguesa para que facilite a comunicação, faltou garantia de emprego imediato até hoje ainda não está resolvido, habitação, saúde, ou seja, de fato não se tem nenhuma estrutura dessas. Foram resolvidas sim algumas casas de abrigo, mas insuficiente para atender a demanda.

O argumento do representante do SMTDE quanto à presença de inúmeros migrantes haitianos que dificultaria ao governo a acolher com dignidade os migrantes haitianos, não basta para justificar a ausência de políticas públicas referentes aos migrantes no Brasil. No entanto, se o Brasil não foi preparado para receber os haitianos, seria necessário procurar saber a que está relacionado o interesse do governo brasileiro pelos haitianos.

A força de trabalho haitiana é reconhecida como barata e “qualificada”, em razão da tradição têxtil no país (MAMED, 2015). Provavelmente, esses elementos explicam o interesse do governo brasileiro em convívio com os empresários pelos migrantes haitianos. A chegada dos fluxos de haitianos despertou um grande interesse dos empresários para lhes contratar. De acordo com Mamed (2014), antes da concessão final das residências humanitárias, o governo possibilitou a emissão de Carteira de Trabalho e de Previdência Social (CTPS) aos haitianos em número superior à quantidade de autorizações de permanência para facilitar a inserção deles no mercado de trabalho. Tal inserção é operacionalizada a partir de um processo de recrutamento desorganizado que descreve Mamed (2015) minuciosamente no contexto do recrutamento dos haitianos para as empresas no Centro-Sul brasileiro. Nessa época, os governos federal e estadual organizaram a viagem para os 500 migrantes para o Centro-Sul brasileiro. Na perspectiva de contratação, foram selecionados para essa viagem os imigrantes com melhores perfis e condições como homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Desde a estruturação do acampamento em Brasileia, diversas empresas estabeleceram contato e contrataram a força de trabalho imigrante disponível. Em casos de maior número de recrutamento, as empresas enviavam uma equipe até a cidade de Brasileia. Essa última improvisava uma espécie de escritório dentro ou em área próxima ao acampamento e realizava, ela mesma, a seleção criteriosa dos trabalhadores (MAMED, 2015). Esse caso é um entre vários casos de recrutamento de migrantes haitianos no mercado trabalho brasileiro. Um representante da Missão da Paz ressalta também o tipo de recrutamento desorganizado operado pelos empresários.

Falando nisso, tem outros lugares como no Acre, que as empresas vieram lá contrataram, não havia uma preparação, uma sensibilização, é muito perigoso.

Obviamente, o processo desorganizado de recrutamento, que a autora e o representante da Missão da Paz contam, mostra como os empresários se investem de um grande interesse para recrutar os migrantes haitianos de qualquer maneira. Como o representante da Missão da Paz mencionou, essa forma de recrutamento se dava devido à facilidade dos empresários disporem da força de trabalho dos migrantes com uma maior exploração e a negação do respeito dos direitos trabalhistas deles. Em relação a essa preocupação, o mesmo representante descreve a iniciativa tomada pela Missão da Paz em fazer a mediação entre os migrantes e os empregadores no processo de recrutamento.

Nós criamos um serviço aqui a partir de 2012 por causa do grande número de haitianos que precisavam de trabalho. Criamos esse serviço, de 2012 até hoje foram contratados mais de 6 mil aqui. Eu acho que a grande diferença em relação a outros lugares do Brasil é que aqui nos preparamos os imigrantes, nesse caso haitianos que conhecem as leis trabalhistas e preparamos a empresa para que seja sensibilizada porque não pode explorar. Feita essa preparação, tem um momento de contratação e posteriormente, visitamos a empresa.

No decorrer da pesquisa de campo, no local da Missão da Paz, observamos como participante como se organiza a mediação entre os migrantes e os empregadores no processo de recrutamento. A convite de um representante dessa mesma instituição, no dia 6 de setembro 2016 pela manhã, assistimos como ouvinte numa palestra para observar como funciona. Assistimos a palestra com 03 (três) empregadores. O objetivo geral da palestra é sensibilizar os empregadores sobre os valores, a cultura, os direitos dos migrantes para um melhor tratamento deles no trabalho. A palestra é a primeira fase do processo de recrutamento. Na tarde do mesmo dia, na segunda fase, os responsáveis da Missão da Paz organizam um encontro de entrevista onde os empregadores tinham a possibilidade de entrevistar os migrantes. Nessa experiência observamos os empregadores motivados para contratar migrantes, particularmente os haitianos.

Em geral, os empregadores brasileiros se dizem satisfeitos com os haitianos que são elogiados como “bons trabalhadores”. Esses últimos são definidos por uma empresária da seguinte forma:

Nós ouvimos falar muito bem dos haitianos, que eles fazem um trabalho de excelência, são muito gratos a tudo isso, então a gente acredita que nós

precisamos de colaboradores com essa garra, com esse olhar para nossa empresa conseguir chegar onde a agente quer e crescemos todo mundo juntos. Nós crescemos e eles também crescem juntos.

Outro empresário expressa a qualidade dos trabalhadores haitianos em comparação com os trabalhadores brasileiros: “Eles entendem rápido, são todos melhores que os brasileiros. Brasileiros são preguiçosos. Os haitianos são todo certinho, bons trabalhadores. É fácil lidar com haitiano. Você fala uma vez com ele”.

Um terceiro comentário elogiado foi coletado para Magalhães (2014) em sua pesquisa quando questionava dois gerentes do supermercado em Balneário Camboriú. Eles afirmaram que os haitianos trabalham muito bem. Eles são muito contentes e demonstram a felicidade com que vivem e trabalham. Os critérios que compõem o apelido de “bons trabalhadores”, segundo os empresários e os gerentes, podem ser interpretados como um comportamento explorável. O comportamento explorável se refere à situação de extremavulnerabilidade do migrante que lhe coloca numa posição apta a submeter facilmente com qualquer custo. Pelo migrante, nada vale mais que sua subsistência, isto é, o acesso às necessidades básicas como a comida, a moradia e/ou as remessas.

O interesse agudizado dos empregadores para recrutar os migrantes haitianos, com respaldo do governo brasileiro, e a satisfação dos empregadores aos trabalhadores haitianos são dois elementos convincentes para vislumbrar a necessidade de mão-de-obra mais barata e mais explorável do mercado de trabalho brasileiro na sua era de expansão econômica. Para aprofundar esse raciocínio, pretendemos jogar uma luz sobre a condição de trabalho e a condição de vida deles em São Paulo.

3.2 Condição de trabalho dos haitianos em São Paulo

A busca de trabalho foi o principal objetivo dos haitianos no Brasil para satisfazer suas necessidades e mandar dinheiro para suas famílias no Haiti, como é o caso de migrantes em geral. Quando perguntamos aos haitianos entrevistados a razão da sua vinda ao Brasil, 17 (dezessete) deles responderam que o trabalho é o único motivo. A educação é o motivo principal de 2 (dois) haitianos e o trabalho vem em segundo lugar. Além do trabalho como primeiro motivo de 2 (dois) outros

haitianos, a educação é um segundo. Em resumo, eles são unânimes em responder que o trabalho é um motivo da decisão de migrar. Essa constatação reafirma o pressuposto de que existe uma relação intrínseca entre a migração e o trabalho, como mostramos na discussão anterior.

O motivo de procurar trabalho é associado ao sonho dos haitianos em ganhar dinheiro para satisfazer suas necessidades. No entanto, ao contrário do que eles sonhavam, muitos trabalhadores haitianos se decepcionaram no Brasil devido à insatisfação das condições de trabalho. Entre elas, destacamos o baixo salário. Os 21 (vinte e um) haitianos entrevistados consideram o salário recebido como baixo, o que não possibilita responder mesmo a suas necessidades básicas e mandar dinheiro para suas famílias no Haiti. A exceção foi uma haitiana que se mostrou satisfeita com o salário que ela recebia, mas a insatisfação ou decepção dela, no momento da entrevista se explica devido a sua situação como desempregada. A Tabela 1 oferece um resumo sobre os baixos salários dos haitianos, o horário diário de trabalho, o tempo de emprego e a forma de afastamento.

Tabela 1 – Salário, tempo de trabalho e formas de afastamentos dos haitianos entrevistados em São Paulo em 2016

Entrevistado	Salário mensal (R\$)	Horário diário de trabalho	Salário com hora extra (R\$)	Tempo de emprego (meses)	Forma de afastamento
A	1800	10	2500	9	Demissão
B	1460	10	2400	16	Demissão
C	1440	11	Não tinha	0,3	Demissão
D	1300	9,5	2000	24	Demissão
E	1200	8	Não tinha	0	Desistência
F	1200	8,5	Não tinha	20	Demissão
G	1080	10	1300	30	Demissão
H	1000	8	Não tinha	0	Não informou
I	1000	9	1500	0	Demissão
J	976	9	Não tinha	6	Demissão
K	960	8	Não tinha	1	Desistência
L	940	8,5	Não tinha	0	Desistência
M	900	10	1100	12	Desistência
N	900	Não informou	Não tinha	3	Demissão
O	900	10	1200	28	Demissão
P	900	10	Não tinha	8	Demissão
Q	850	10	Não tinha	0	Demissão
R	820	9,5	Não tinha	13	Desistência
S	800	9	Não tinha	13	Desistência
T	750	9	972	5	Demissão
U	750	7	950	3	Demissão

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2016)

Além desses dados, alguns deles expressam como o salário baixo dificultou a satisfação das necessidades deles:

Salè a pa sifi paske sim pat gen yon moun mwen tap mete ansanm avèl poum peye kay mwen patap ka fè sa poukont mwen ak salè mwen an paske salè a pa pemèt ou.

Se pou sa mwen kite travay la se paske salè a pa rive nan as mwen bezwen an: fòm peye kay, fòm manje, fòm voye bay pitit mw.

Tikòb ou genyen nan menw la vre lè pouw vin voyel an dola a, wap separel, ou pa ka jwenn. Paske lè ou fè tikòb la isit ou voye yon bò bay madanm, yon bò bay manman, sa vle di lè oumenm pouw fèyon ekonmi poutèt paw ou paka fèl vre, ou pa genyen pou ou fè ekonomi an. Isi a kay chè, map peye yon kay pou 650 *reais*, kouran ak dlo pa ladanm, lè fakti kouran an ak dlo a vini li prèske soti 750 *reais*, se mwmenm sèl. Sa ou fè a se pou isi li deja rete ankò.

Salè a te trò ba, mwen te peye yon kay 400 *reais*, aprè poum achte lòt bagay epi fòm voye Ayiti ladann.

Map tiye tèt mwen pou anyen. Mwen gen pitit se pa yon kòb map voye pou yo.

Salè a te satisfèm paske nan moman mwen te vini an, dola a pat chè konsa, se sak fèm te profite gentan rantre 2 moun Brezil, poutèt lè bagay la vin pi di an konnya map mèt kòm deyò.

Eles acabam de afirmar que o baixo salário dificulta o pagamento do aluguel, a alimentação e o envio de dinheiro pela família no Haiti. Para lidar com essa dificuldade muitos deles juntaram dinheiro para pagar o aluguel de um quarto. Além disso, alguns deles que moravam na mesma casa, juntavam dinheiro para cozinhar. Esta estratégia de convivência possibilitou pelo menos aos haitianos sobreviver no Brasil e economizar dinheiro para enviar para a família no Haiti. Apesar de alguns haitianos fazerem hora extra no trabalho para ganhar mais dinheiro, isso não foi suficiente ainda para satisfazer suas necessidades básicas. A hora extra pode ser considerada como uma prolongação da jornada de trabalho, condicionada pelas empresas para explorar mais a força de trabalho dos migrantes haitianos. Devido ao salário baixo recebido, às vezes, alguns haitianos acabaram desistindo do trabalho. Ao lado da falta de atendimento socioeconômico, o baixo salário era outra razão das grandes dificuldades enfrentadas pelos haitianos para, pelo menos, terem suas necessidades básicas atendidas e levar uma vida digna que todo ser humano merece. Essa situação é o resultado da defasagem da lei vigente que não garante o respeito dos direitos humanos dos migrantes no contexto atual e fragiliza a inserção

deles no mercado de trabalho no Brasil. Nessa lógica, Sanches (2014) relata a observação da procuradora do Trabalho em Campinas, Catarina, Von Zuben:

Com a lei atual, os imigrantes acabam ficando invisíveis, porque se escondem das autoridades que podem puni-los, e se tornam presas fáceis para o empresário que quer baratear a mão de obra a qualquer custo.

Em referência aos migrantes haitianos no Brasil, Sanches (2014), jornalista e repórter do jornal O Globo, especializada na cobertura de assuntos como política e movimentos sociais, afirma que esses imigrantes ocupam funções de trabalho não desejadas por brasileiros, nos trabalhos mais insalubres e degradantes. As áreas e as funções de trabalho nos quais são empregados os haitianos em São Paulo refletem a observação da jornalista, como se pode observar na Tabela 2.

Tabela 2 – Área e função de trabalho dos haitianos entrevistados em São Paulo, 2016

Área de trabalho	Função									Total
	Agente de limpeza	Ajudante	Ajudante de cozinha	Ajudante de limpeza	Auxiliar	Carregador	Chefe de cozinha	Jornaleiro	Pedreiro	
Artesanato		2								2
Construção civil		2							3	5
Fábrica de ração		1								1
Fábrica de manequim						1				1
Frigorífico					2					2
Jornal								1		1
Metrô	1									1
Oficina de carro		1								1
Restaurante			4	1			1			6
Supermercado						1				1
Total Geral	1	6	4	1	2	2	1	1	3	21

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2016)

Os dados desta tabela indicam que as principais áreas de trabalho dos haitianos são restaurante com 6 (seis) e a construção civil com 5 (cinco). Outras são frigorífico com 2 (dois) e artesanato com 2 (dois). No concernente às funções de trabalho dos haitianos, 12 (doze) trabalham como ajudante (de cozinha, de construção, de limpeza), 3 (três) como pedreiro, 2 (dois) como carregador de

cargaetc. Destacamos três considerações em relação às funções e postos de trabalho dos haitianos. Primeiramente, estas áreas e funções de trabalho *sujo, dperigoso e degradante* são, em geral, reservados aos migrantes. Em segundo lugar, diante da situação de vulnerabilidade dos migrantes, eles são propensos a aceitar qualquer condição de trabalho para sobreviver no país de destino. Em terceiro lugar, estas áreas e funções de trabalho não garantem um salário razoável que possibilitaria aos haitianos responder as necessidades básicas como alimentação, moradia e mandar dinheiro para suas famílias. Essas considerações despertam a forma de superexploração à qual são sujeitos os migrantes haitianos no mercado de trabalho. Vamos o salário baixo dificultou as remessas dos haitianos.

As remessas fazem parte das necessidades de um migrante. A apresentação de alguns dados recolhidos sobre as remessas dos haitianos pode mostrar como o baixo salário lhes dificulta mandar dinheiro para suas famílias no Haiti. Entre os 21 (vinte e um) entrevistados, 03 (três) nunca enviaram dinheiro ao Haiti, 06 seis enviaram de 20 a 100 dólares, (06) seis, de 100 a 200 dólares, e 06 (seis), de 200 a 600 dólares. Porém, temos que relativizar as remessas com a frequência de envio de dinheiro, isto é, o intervalo das remessas. Em geral, 11 (onze) haitianos enviaram dinheiro a cada mês, 02 (dois) foram a cada dois meses, 03 (três) a cada mês ou dois meses, 02 (dois) de cada mês a três meses. Um deles enviou dinheiro só uma vez, ou seja, 300 dólares para seus pais e três nunca enviaram. A notar que o intervalo de envio de dinheiro mais frequente é de 100 a 200 dólares. A Tabela 3 apresenta as remessas feitas para os haitianos no Haiti.

Tabela 3 – Remessas dos migrantes haitianos entrevistados em São Paulo para o Haiti

Entrevistados	Quantidade em dinheiro em R\$ (mínimo-máximo)	Frequência de envio	Receptor do dinheiro no Haiti
A	0	_____	_____
B	0	_____	_____
C	0	_____	_____
D	20-100	A cada mês	Esposa e família
E	50	A cada 2 meses	Família
F	50-100	A cada mês	Família
G	50-200	A cada mês	Família
H	50-200	A cada 1 ou 2 meses	Companheira
I	50-200		Filhos, mãe e primo
J	50-400	A cada mês	Irmãos
K	70-100	A cada mês	Esposa
L	100	A cada 1 ou 2 meses	Família
M	100	A cada mês	Família
N	100-150	A cada mês	Filho,mãe
O	100-200	A cada mês	Filho,mãe
P	200	A cada 2 meses	Esposa e irmãos
Q	200-500	A cada 15 dias ou mês	Companheira, família e amigo
R	200-500	A cada 15 dias ou mês	Companheira, família e amigo
S	200-600	A cada 15 dias ou mês	Família
T	300	Só uma vez	Companheira e irmãos
U	300-500	A cada mês ou 3 meses	Filho e mãe

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2016)

Considerando o alto custo de vida no Haiti, essas remessas não podem cobrir as despesas (moradia, alimentação, educação etc.) da família dos migrantes haitianos. Às vezes o dinheiro enviado é dividido, isto é, uma parte vai para a esposa e os filhos, outra parte vai para os pais e/ou irmãos. Em outras ocasiões, uma parte vai para amigos também que necessitam. A divisão da quantidade de dinheiro enviado mostra ainda o quanto o salário dos migrantes haitianos é insuficiente para ajudar suas famílias que ficam no Haiti. Sobretudo, temos que destacar que as remessas jogam um papel relevante na sobrevivência do povo haitiano. Segundo as estatísticas do Banco Central (BC), em junho de 2014, os imigrantes enviaram para fora US\$111 milhões. Nesse período, havia 40 mil haitianos no Brasil e cerca de

80% deles estavam economicamente ativos e enviaram em média, US\$ 200 por mês para o Haiti. No total, eles remeteram US\$ 6,4 milhões mensais às famílias. Em um ano, seria um total de US\$ 76,8 milhões, ou seja, 5% do total de remessas externas recebidas pelo país. O Haiti é o oitavo país mais dependente de remessas externas do mundo. Esses dados mostram quanto os migrantes haitianos deram conta de enviar de dinheiro a suas famílias, apesar das condições difíceis do trabalho, sobretudo o baixo salário. Em geral, as remessas de migrantes correspondem à fração dos salários desses trabalhadores que, não utilizada por eles, é enviada aos parentes que permaneceram no seu país de origem (CEPAL, 2006). Fordelone (2014) relatou que entre os haitianos que trabalhavam no Sul do Brasil e em Santa Catarina, alguns faziam parceria com os próprios empregadores, de maneira que uma parte do salário ficava destinada às remessas (FORDELONE, 2014).

Temos que destacar também o peso das remessas dos haitianos tanto pelo aumento da receita fiscal do Brasil quanto pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB) do Haiti. As estatísticas do BC mostram que em 20 anos, a remessa de dinheiro mensal de trabalhadores estrangeiros do Brasil para o exterior aumentou 10 (dez) vezes. O Brasil, que historicamente sempre recebeu somas milionárias de brasileiros que vivem no exterior, é agora também ponto de partida de milhões de dólares. A receita fiscal do Brasil não aumenta apenas com as remessas dos brasileiros que moram no exterior do país, mas também com as remessas dos estrangeiros que trabalham nessa sociedade.

No que concerne à importância das remessas pelo PIB do Haiti, as remessas dos imigrantes, especialmente dos residentes em países de capitalismo central, superam as exportações haitianas. Segundo as estatísticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em 2010, as remessas chegaram a representar 26% do PIB do país, ou cerca de US\$ 1,5 bilhão. Mais de um terço da população adulta do Haiti recebe pagamentos regulares de remessas, em sua maior parte dos Estados Unidos. Com a intensificação das migrações haitianas, em 2011, o volume de remessas passou a ser de US\$ 2,1 bilhões (CEPAL, 2006). Em 2013, as estatísticas do Fundo Monetário Internacional (FMI), membro do BID, registram o ingresso de remessas do PIB a quase 25% do Haiti (FORDELONE, 2014). Obviamente, os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil contribuíram pelo aumento do ingresso de remessas no PIB do Haiti e do Brasil. O interesse dos

governos de ambos os países nos migrantes haitianos no Brasil podem ser associados à função das suas remessas pelo PIB haitiano e brasileiro.

Numa dimensão individual, as remessas fazem parte da sobrevivência das famílias dos migrantes haitianos, mas no plano coletivo ou nacional, as remessas não contribuíram para uma melhoria econômica e social do Haiti devido à ausência de vontade do governo para direcionar uma parte desse fundo recolhido na realização de políticas sociais ou projetos em benefício do povo haitiano. Além do desemprego e da pobreza, essa ausência de políticas sociais no Haiti representa outro determinante estrutural da tendência dos haitianos para viajar para outro país onde eles estão sendo desvalorizados ou desqualificados.

As transformações sofridas pelo mercado de trabalho em boa medida têm se constituído em um conjunto de obstáculos para o trabalhador, uma vez que implica a exclusão ou a inclusão precária neste universo. Assim, a desqualificação e a precarização das relações de trabalho, intensificadas com a adoção de procedimentos e rotinas que priorizam a substituição do “trabalho vivo por trabalho morto”, ou a substituição de homens por máquinas, têm fragilizado sobremaneira os trabalhadores em geral, inclusive os mais qualificados, mas com maior ênfase para os menos qualificados (ANTUNES, 1999; PIZZIO, 2009, p. 210).

No processo de recrutamento dos haitianos evocado acima, lembra-se que o perfil do estrangeiro selecionado pelas empresas é especificamente: homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência profissional ou escolarização. Os setores de trabalho dos migrantes empregados são os seguintes: agropecuário, especialmente da agroindústria da carne, além da construção civil, metalúrgicas, têxteis, hoteleiras e de serviços de limpeza. Esses setores de trabalho são todos estabelecidos no Centro-Sul do país, particularmente no estado de São Paulo (MAMED, 2015). Os dados coletados sobre os haitianos entrevistados nessa cidade mostram a mesma tendência de recrutar migrantes nos setores e postos de trabalho com a negação da qualificação deles. Por exemplo, 04 (quatro) entre os haitianos entrevistados têm nível de escolaridade superior, mas eles estão ou estavam trabalhando nos setores e postos inadequados à suas competências como ajudante de cozinha, ajudante de garagem de carro e carregador de carga. Os 05 (cinco) migrantes haitianos entrevistados com nível de ensino médio têm ocupado o posto de ajudante nos setores de construção civil, de frigorífico, produção de ração e escola de samba. Esses dados estão disponíveis na Tabela 3. A desqualificação dos

migrantes haitianos faz parte das estratégias dos empregadores para baixar os salários, com o intuito de gastar menos dinheiro no processo de produtividade e aumentar a taxa de lucro. A mão-de-obra nativa não oferece essa possibilidade aos empresários que buscam os migrantes. Além da inserção desqualificada dos migrantes haitianos, outro elemento a sublinhar é o emprego temporário.

O emprego temporário é uma das formas vivas de precarização de trabalho promovido pelo capital globalizado para compensar os efeitos das crises econômicas, conforme Antunes (2008), Papademetriou (1984) etc. A Tabela 1 oferece dados sobre o vínculo dos migrantes haitianos à empresa e o tempo passado no trabalho.

Apesar de a maioria dos migrantes haitianos entrevistados com 89% estarem trabalhando com carteira assinada, eles não ficam de uma forma permanente no trabalho. Alguns deles foram demitidos pelos empregadores, outros desistiram do trabalho. No setor da construção civil, o fim do vínculo do migrante haitiano com a empresa se dava por causa do fim da obra. Se o salário baixo recebido pelos migrantes haitianos não é suficiente para garantir a satisfação das suas necessidades básicas e mandar remessas no Haiti, a situação agrava-se ainda mais com o caráter provisório do trabalho. O caráter provisório do trabalho é uma forma de subemprego que foi agravado em 2015 com a crise do Brasil.

Segundo Antunes (2004), o caráter destrutivo do capital vigente se deve à precarização permanente do trabalho, sobre as formas de subemprego, desemprego, que intensificam os níveis de exploração para aqueles que trabalham (ANTUNES, 2004). Desde a agudização da crise política e econômica do Brasil, em 2015, além do baixo salário, outra preocupação dos haitianos é o desemprego. Atualmente, o desemprego está aumentando cada vez mais no Brasil. De acordo com Cataldo (2016), a jornalista e analista política e econômica brasileira, a redução de emprego culminou o saldo de 1,54 milhão de empregos formais no ano 2015. O Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), previa uma queda de 2,2 milhões de empregos formais em 2016. Além disso, o índice de desemprego medido pelo IBGE, que chegou a 9% no trimestre terminado em outubro de 2016, deve evoluir para uma taxa média próxima a 12% neste ano. Tais são as consequências da crise do Brasil sobre o emprego que dificultam aos brasileiros e muito mais aos migrantes a possibilidade de encontrar um emprego (CATALDO, 2016).

Segundo o Relatório Anual sobre as Migrações no Brasil de 2016, até os 09 (nove) primeiros meses de 2015, mais migrantes foram admitidos do que demitidos mercado de trabalho formal. No entanto, desde outubro de 2015 até junho de 2016, a situação se reverteu, isto é, o número de demissões superou as admissões. Com esse balanço negativo provocado pela crise político-econômica no mercado de trabalho brasileiro, a preocupação principal dos migrantes haitianos não é mais o baixo salário, mas o desemprego. De fato, os haitianos expressam suas preocupações em relação à falta de emprego vinculado à crise do Brasil:

Lèm te Ayiti mwen te tande Brezil te bon anpil, pandanmwem vin rive a la mwen te fè 6 mwa mwen pat janm travay, aprè mwen jwenn yon ti travay mwen fè 5 mwa ladann epi yo voye mwen ale, aprè mwen pa janm jwenn travay ankò. Mwen te vin isi pou mwen te ede paranm, men pou janm wè Brezil la ye la yon moun paka ede paranw non. Lèm te Ayiti mwen te konn pran enfòmasyon yo te konn dim kòb la te 100 %.
Lontan yo te konn di gen posibilite travay depiw vini wap jwenn travay men mwen pa wè travay la. menm epòk mwen vini an te gen kriz.

Nossa própria dificuldade de encontrar migrantes haitianos que estavam trabalhando durante a nossa pesquisa de campo pode evidenciar essa situação de desemprego. Como foi muito difícil de encontrar haitianos que estavam trabalhando em São Paulo para entrevistar, e considerando que tínhamos um prazo para ficar nessa cidade, fomos obrigados a entrevistar mais haitianos desempregados que estavam mais acessíveis. A rejeição dos migrantes haitianos do mercado de trabalho brasileiro corresponde ao pressuposto de Sassen (2010) de que o migrante é um provisório definitivo.

A crise política e econômica que atinge o Brasil provoca no mercado de trabalho um balanço negativo que é desfavorável aos brasileiros e aos migrantes em particular. A crise, em geral, é compatível com o sistema capitalista que sempre traz na sua matriz os sinais que abalam a base do seu processo produtivo como acrescenta Silveira (2015), jornalista, o crescimento econômico é cíclico e tem um prazo. Com o surgimento da crise política e econômica do Brasil que incide na desvalorização do real em relação ao dólar, os migrantes haitianos precisam de mais dinheiro para trocar real em dólar. Em 2015, para cada US\$100, precisava R\$500, enquanto há dois anos a mesma quantia poderia render US\$200, segundo um haitiano entrevistado por Silveira (2015). Assim, essa crise impacta não somente as remessas, mas também a condição de vida dos haitianos.

Esses dados indicam que o posto de trabalho mais ocupado pelos haitianos é o de ajudante que desqualifica o migrante haitiano e que requer também o gasto de uma grande energia no trabalho. Desse modo, quando perguntamos a um migrante haitiano entrevistado qual é sua função no trabalho, sua resposta foi a seguinte:

Ajudante. Nan travay la ou pa gen yon bagay fiks ou fè, ou nan tout bagay. travay teknik la vini ou fèl, lòt la vini ou fèl. adjudante a vle di èd, wap ede moun nan tout bagay.

Mwen pa gen jou konje sèlman dimanch pafwa lè patron an vle li bay jou konje a. Depiw rate yon jou nan travay la yap revokew. Se sèl siw santiw pa byen ou pwale nan travay la wap fè konn sa epi yap wè sa yap few ale, lèw santiw byen wa tounen.

Wi yo te fèm promès yo pat respektel. Yo te di yo tap ogmante kòb mwen. Mwen te vin fè deklarasyon, se poutèt sa menm yo voyem ale a. Mwen te fè deklarasyon pou lajan, mwen te di lajan an trò piti pou mwa a, paske travay la anpil. Ou konnen yo pa renmen lèw reklame, depiw reklame yap voyew ale. Se poutèt sa mw reklame, dam nan pa kenbe kontra mwen na.

Lèm travay tròp mwen konn gen doulè nan pye. Travay Brezil se esklav li ye. Mwen konn ap fè 10 zè de tan kanpe, bon moun pap touche yon bon lajan, se pa esklav li ye. 10h ou 11h de tan kanpe a.

3.3 Condição de vida dos haitianos em São Paulo

A condição de vida ou a qualidade de vida do ser humano depende do acesso ao trabalho e a um salário que lhe possibilite a reprodução física e social. A avaliação da qualidade de vida de uma população pode ser feita de duas maneiras segundo Herculano (2000): de um lado, podemos examinar os recursos disponíveis para determinar a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades; de outro lado, a forma de estimar a qualidade de vida é avaliar as necessidades, por meio dos graus de satisfação e dos patamares desejados (distância entre o que se deseja e o que se alcança). Partindo das formas de avaliação em relação ao salário baixo recebido pelos migrantes haitianos, as condições de vida desses últimos não alcançaram suas expectativas. Uma das formas de avaliação da qualidade de vida é feita por meio da condição da moradia. A Tabela 4 ilustra a condição da moradia dos migrantes haitianos em São Paulo.

Tabela 4 – Condição da moradia dos migrantes haitianos entrevistados em São Paulo em 2016

Quantidade de entrevistados	Quantidade de moradores	Relação contratual	Quantidade de quartos
1	8	Albergado	1
2	8	Aluguel	3
1	8	Aluguel	1
1	5	Aluguel	1
1	4	Hospedado	1
3	4	Aluguel	1
2	3	Hospedado	1
3	3	Aluguel	1
1	2	Aluguel	1
2	2	Aluguel	2
2	2	Aluguel	1
2	1	Albergado	1

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2016)

Como mostraram os dados, embora 16 (dezesesseis) dos 21 (vinte e um) migrantes haitianos entrevistados tivessem conseguido alugar um quarto, a maioria deles dividem quarto com outros. Existe caso onde 08 (oito) ou 05 (cinco) migrantes haitianos dividiram um quarto. Nos outros casos, foram 04 (quatro) ou 03 (três) ou 02 (dois) que dividiram um quarto. A notar que 02 (dois) migrantes haitianos entrevistados, que não têm nenhum centavo, estão hospedados. A convivência de várias pessoas num quarto cria uma situação de promiscuidade inadequada aos migrantes haitianos que não podem dispor da sua privacidade, autonomia etc. Sobretudo, eles correm o risco de contaminação de doença de diversos tipos. Esses dados sobre a moradia dos haitianos evidenciam a condição desumana deles no Brasil que foi considerado para eles como um país de muitas oportunidades, ou ainda um “eldorado”. Tal é uma contradição que observamos entre a projeção de um “Brasil potência” no Haiti e os obstáculos enfrentados pelos migrantes haitianos para alugar uma casa adequada. Um migrante haitiano entrevistado explica porque ele mora num quarto inadequado:

Kay la pa bon. Majorite ayisyen ki vin Brezil se chache yo vin chache, gen kote yon moun ou ka abite ki plizoumwenn nòm, men lèw abite la ki kòb ou pwal ekonomize pou ou voye bay fanmiw ou kite an Haiti.

Ao lembrar que um dos principais motivos da saída do haitiano de seu país é de ajudar sua família que ficou no Haiti. Desse modo, é muito difícil um haitiano que ganha um salário baixo alugar uma casa adequada, tendo em vista o envio de dinheiro para suas famílias no Haiti. Aquela vontade para mandar dinheiro para a família obriga os migrantes haitianos a morar em condições precárias e desumanas. Segundo outro haitiano, o Brasil não é preparado para receber os migrantes, criticando a condição precária do quarto que divide com 08 (oito) pessoas:

Banm diw byen, siw tande yon ayisyen diw lap viv byen Brezil di li non. Sa vle di pa gen ayisyen kap viv byen Brezil vre. Brezil poko prepare pou nou. Nou nenpòt 8 moun kap viv nan yon ti kay nou mete kapèt atè pounou dòmi. Nou chak bay ti kontribisyon pa nou, nou mete ti manje nou ansanm pounou fèl, sa poko vi pou nou. Gen yon pakèt ti malere ki pa peye kay, ou konn sa yo fè, se kay leta yo pran kote yo pa jwenn dlo ak yon pakèt bagay. Menm tralèt la konn debodè, li pete.

Diante da precarização de trabalho e de vida, muitos migrantes haitianos estão frustrados, entristecidos, nervosos e decepcionados. Quando estávamos fazendo nossa pesquisa de campo, tínhamos observado essas emoções no rosto, na atitude e na fala dos migrantes haitianos entrevistados. Estimamos necessário ilustrar essas emoções com duas entrevistas que realizamos.

Em primeiro lugar, uma vez dentro do prédio da Missão Paz, falei com um haitiano sobre mim, a razão da minha presença como pesquisador em São Paulo e meu interesse em entrevistá-lo. Com dificuldade, eu consegui lhe convencer para uma entrevista. Eu me sentei na cadeira ao seu lado para conversarmos. Nesse momento, tínhamos alguns haitianos uns sentados e outros de pé. Foi uma conversa um pouco difícil com ele, devido à falta de vontade de dialogar comigo e sua hesitação de responder as minhas perguntas. Assim, ele falou pouco e baixo, de modo que eu não obtive bastante informações dele como eu pretendia. Ele estava desanimado e muito triste. Pelo menos, eu consegui terminar a entrevista com ele. Eu tenho a registrar somente um momento de alegria na conversa com ele.

Em segundo lugar, em 10 de setembro, à tarde, eu estava sentado em uma cadeira dentro uma garagem para entrevistar uma haitiana. Lembrei-me quando eu perguntei como ela conseguiu o dinheiro para viajar para o Brasil ela replicou assim: “ki bagay... ki kesyon sa wap pozem la? eske map jwenn moso ladann? Dat mw bliye bagay sa monche, a chak fwa map panse tout kob mw depanse poum vin passe mize Brezil. Sim t konnen ou tap dim sa mw patap rete” (se eu soubesse que seria

esse tipo de pergunta, não teria aceitado falar contigo). Mas depois, ela afirmou que ela tinha seu próprio dinheiro e que ela estava fazendo comércio no Haiti. No geral, ela teve boa vontade em responder minhas perguntas e ficamos 20 minutos conversando. Sua reação à minha pergunta deixou perceber sua frustração, sua tristeza e sua decepção com o Brasil, que não tem de um lado, oportunidade de trabalho e de outro lado, as condições de trabalho são difíceis, segundo ela. Ela acredita que o trabalho no Brasil é uma escravidão por ter ficado o dia todo de pé para trabalhar sem ganhar um salário razoável. Ela está a mais de um ano sem trabalho, e por conta disso, pretende deixar o Brasil.

São 02 exemplos (dois) que mostram o quanto é grande a decepção dos migrantes haitianos diante das condições precárias de trabalho e de vida no Brasil. Outros migrantes haitianos expressam sua decepção de diversas formas:

Ayiti mwen te nan fakilte de dwa Gonayiv, mwen tap etidye syans ekonomik. Epi mwen te fini nan "Ecole de Formation Technique de Sainte Trinite" kote mwen te aprann elekrisite. Mwen fè yon lane e demi ap travay anbasad ameriken. Daprèenfòmasyon mwen te tandè Brezil son peyi ki pwal devlope, depi yon peyi pwal devlope lap bezwen teknisyen. Finalman antan ke yon moun ki te fè gro esperyans ak konpayi ameriken, mwen konnen depi mwen vini isit mwen te ka jwenn ankadreman pa rapò ak sa mwen te etidye a, epi mw la.

Se dat mwen bliye bagay sa monche. A chak fwa map sonje kòb mw depanse poum vin passe mizè Brezil, mwen santi ...

Ou konnen pitom te rete Bayamas paske li pi bon ke Breszil paske Brezil prèske pa gen yon vi ladann. Non vi a pa enpòtan, mwen pa di se pou ayisyen sèlman, noumenm imigran yo nou viv kòm esklav. Paske depi yon peyi ou jwenn moun ap viv nan lari, se youn nan peyi ou jwenn plis moun ap viv nan lari. Brezil poko prepare pou resevwa imigran yo.

Diante dessa decepção do Brasil, muitos migrantes haitianos decidiram deixar esse país. Quando perguntamos o objetivo atual deles, três categorias de respostas foram obtidas. Entre os 21 (vinte e um) migrantes haitianos entrevistados, um grupo de 09 (nove) pretende deixar o Brasil. A principal razão dessa decisão se dá em função do desemprego e, em menor peso, do salário baixo.

Mwen vin pa renmen Brezil ankò. Brezil pa gen vi ankò, mwen deside tounen lakay mwen. Vi an trò chè, kay pa ka peye, tout bagay chè. Si se Sendomeng poum retounen ankò map retounen Sendomeng.

Alè nan peyim lap pi bon poumwen, mwen tap fè komès.

Chache yon lot peyi. Tounen Haiti men se pa ale rete Haiti non. Si te gen posibilite pandanm Brezil la poum tou traveze nan yon lot peyi mwen tap fe l. Men si se an Haiti mwen ka rantre poum al chache yon lot bagay, yon lot kote.

Pou mwen isit la vreman di, mwen pa kwè map ka viv ladann se gran map gran se pa piti map piti mwen vle tounenn nan inivèsite, mwen pap ka fèl isit la. Mwen mèt fè 10 ak 15 bò isit la, lap difisil poum ta tounen nan inivèsite. Map tounen Venezyela poum ale nan inivèsite epi poutèt moun yo rasis tou Brezil.

Nan peyim poum tounen poum wè sa poum fè. Bon mwen pap regle anyen, men mwen pwal nan yon lane yon kote mwen pap travay epi mwen gen timoun, sam ap rete fè. Sim jwenn yon bon travay mwen pap ale non, map travay epi mwen ale wè pitit mwen aprè mwen tounen Brezil. Men sim pa jwenn travay mwen pwale nan peyim.

Dirèkteman pou mw bagay yo difisil la mwen pap rete tèlman. Sim fè yon lane Brezil map desann Ayiti poum al fè kèk lòt aktivite. Objektif mw se desann Ayiti paske Brezil la vin konplike mwen gen bagay map ka fè Ayiti. Ane prochèn map tounen poum al regle aktivite mw, map fè ti biznis, gen lòt aktivite map ka fè. **Pou konnya la Brezil vin an kriz travay (grifo nosso)**, fòk yon nèg oryantel pouw konn kisaw ka fè. (veja a fala integral em anexo)

Além do desemprego e do salário baixo que estão associados à decisão dos migrantes haitianos em deixar o Brasil, outras razões mencionadas são a dificuldade de entrar em universidade pública, o aumento da inflação e a desvalorização do real em relação ao dólar. Esses elementos podem ser vistos, de acordo com Antunes (1999), como os efeitos negativos da desqualificação e da precarização das relações de trabalho. Observa-se a ocorrência de um “grave processo de degradação do trabalho e do trabalhador, com efeitos dessocializantes no âmbito das famílias trabalhadoras e no aperfeiçoamento da cidadania” (IVO, 2001, p. 1). Em seguida, um segundo grupo de 09 (nove) opta para ficar nesse país. No entanto, essa opção é relativa ao trabalho para alguns deles.

Depi map travay mwen ka jere tèt mwen, pran swen pitit mwen se trè byen, epi tou mache ak Bondye paske se sèl li ki pap lagew nan rout.

Mwen anvi rete poum etidye, fè biznis, travay, kreye yon fanmi. Si bagay yo ale mye map rete Bresil men si sa pa vle mache map oblije fè yon lòt rout.

Mwen ta renmen jwenn yon travay poum ka satisfè nesesitem epi poum reponn ak bezwen madanm mwen ki Ayiti.

O terceiro grupo de 03 (três) fica entre ficar ou deixar no/o Brasil. A diferença entre a vontade de ficar do terceiro grupo e do segundo grupo se explica pelo fato de que esses 03 (três) migrantes haitianos do terceiro grupo optam mais para deixar o Brasil do que ficar. Ao contrário, aqueles do segundo grupo optam para ficar, caso consigam um trabalho. A opção do terceiro grupo é expressa por um migrante haitiano entrevistado, da seguinte forma:

Mwen ta renmen travay Brezil men mwen pa di mwen prefere rete non **paske wout la la toujou** (grifo nosso), li poko bouche. **Brezil pa yon peyi kiede moun** (grifo nosso). Tankou lòt peyi yo lèw pap travay ou ka jwenn leta baw yonti kòb pouw **peye kayepi pouw manje** (grifo nosso). Men isi a pa gen bagay konsa, se sèl travay pouw ta jwenn. Ou pa ka pansew pwal fè yon bagay Brezil. Brezil la pa bon, pa gen ayisyen ki ta anvi rete Brezil, ou oblije ou rete men mwen mwen pata anvi rete Brezil, omwen sim tap travay mwen te ka rete. Pou moman an la sim te ka tounen nan peyim jodi a la paske mwen gen 15 mwa Brezil se sèlman 3 mwa travay mw fè, mwen gen 6 mwa san travay la.

Além do desemprego, esse migrante haitiano colocou ênfase sobre a falta de assistência social (moradia e alimentação) que explica sua posição para deixar o Brasil. Essa observação do migrante haitiano justifica como a política pública brasileira não é inclusiva para os migrantes. Apesar da posse do visto permanente da maioria dos migrantes haitianos entrevistados, eles não têm acesso a diferentes serviços sociais como moradia, saúde e educação. Os dados da Tabela 5 são expressivos da inacessibilidade dos migrantes haitianos a esses serviços sociais.

Tabela 5 – Acesso dos migrantes haitianos aos serviços sociais do governo em São Paulo

Serviço social	Sim	Não
Alimentação	1	20
Moradia	2	19
Carteira de saúde	19	2
Educação	1	20

Fonte: Entrevistas realizadas pelo autor (2016)

Observamos nesta tabela que somente 01 (um) migrante haitiano recebeu do governo municipal um apoio para alimentação. Pela moradia, 02 (dois) migrantes haitianos foram beneficiados por um apoio. Um deles é hospedado num albergue municipal de São Paulo que fica no bairro Liberdade. Esse apoio governamental, no entanto, o outro é da sociedade civil, isto é, o migrante haitiano é hospedado no abrigo provisório oferecido pela Missão da Paz por uma duração de 03 três meses. Esse abrigo é situado na sede da Missão da Paz no bairro Liberdade. Tivemos a oportunidade de observar os 02 (dois) abrigos durante nossa pesquisa de campo.

O acesso desses 02 (dois) migrantes haitianos à moradia se revela de uma grande importância para a sobrevivência deles em São Paulo, pois eles estavam desempregados no momento da entrevista. O exemplo dos 02 (dois) migrantes haitianos vislumbra como a inacessibilidade desses últimos à moradia pode dificultar

sua sobrevivência em São Paulo, onde os haitianos entrevistados, em sua maioria, são desempregados. A ausência do apoio à alimentação é quase do mesmo tipo que a inacessibilidade à moradia. O apoio à alimentação faz parte dos deveres do governo do país de destino para garantir a sobrevivência dos migrantes. Sabendo que somente um haitiano recebeu apoio à alimentação do governo municipal evidencia uma ausência significativa do governo brasileiro para a garantia dos direitos humanos dos migrantes haitianos particularmente.

Na França, por exemplo, é oferecido um salário mínimo de inserção (*Revenu Minimum d'Insertion: RMI*) aos cidadãos desempregados, inclusive os migrantes documentados. Na sua pesquisa sobre sexualidade e religião das mulheres migrantes muçulmanas na França, Mossuz-Lavau (2005) ressalta o caso de mulheres desempregadas que se beneficiam do RMI. Esse último é uma alocação diferencial que objetiva a garantia de um mínimo de recursos para uma reinserção social e profissional (LES JURISPRUDENCES DU CATRED, 2003). Esse modelo é aplicado em outros países como o Canadá. Pelo contrário, não existe no Brasil, particularmente em São Paulo, uma política pública inclusiva do tipo do RM'I para os migrantes. Exceto a existência do Seguro Desemprego (SD), que é o único recurso depois da demissão junto com o FGTS. Apesar do seu caráter provisório, o SD é um fator importante para a sobrevivência e a manutenção das necessidades básicas.

No concernente ao acesso dos migrantes haitianos à saúde, embora a maioria deles tenham a posse da carteira de saúde, o acesso à consulta não é tão fácil, e, às vezes, despertou outro tipo de problema como a discriminação ou o racismo, como evidenciou um migrante haitiano.

Pou mwen Brezil pa gen sèvis medikal la vrèman difisil paske, Si poum ale nan yon Unidade Básica de Saúde (UBS), se make pouw make, sa depan de saw genyen an, ou gendwa make saw genyen an, se jous sou 1 ou 2 mwa pouw wè doktè. Sitou depi se etranje ou ye, lèw ale lopital yo ka pran nonw epi ou gendwa fè 2 zè ou 4 trè de tan, ou ka fè tout jounen an ou pa janm wè doktè, mwen menm mwen viktim de sa. Ou wè lopital ki bò pè a, se lopital ki plen rasis ladann. Mwen te ale la, mwen te gen yon vant fè mal. Male yo pran nom mwen, mwen fè nenpòt 1h e demi mwen pa janm wè doktè, pifò moun ki vini se yomenm doktè ap rele. Lèm ale kote yo, yo dim non fòk mwen tann. Lèm chita ankò, mwen wè tan ap passe, tan ap pase, tout moun ki vini yap rele yo, lèm mande poukisa tout moun ki vini yap pase, se konnya yo dim eskize yo, yo potko janm voye non mwen ale.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de desvelar as formas de superexploração da força de trabalho dos migrantes haitianos em São Paulo, analisamos as condições da migração, de trabalho e de vida desses últimos migrantes.

Em primeiro lugar, com respaldo nos dados e nas observações dos entrevistados, descobrimos que o exército brasileiro no Haiti teve uma implicação na escolha dos haitianos para virem ao Brasil, pois a ocupação militar e a política da MINUSTAH/Brasil viabilizaram um “Brasil potência” no universo do imaginário da população haitiana. Além disso, a falta de estrutura adequada para o atendimento dos migrantes haitianos no Brasil e o interesse dos empresários para lhes recrutar são dois elementos que vislumbram a vulnerabilidade e a inserção precária dos migrantes haitianos no mercado de trabalho brasileiro.

Em segundo lugar, as condições de trabalho dos migrantes haitianos são precárias particularmente com um salário baixo que não lhes possibilita a satisfação das necessidades básicas como a moradia e a alimentação e enviar dinheiro para família que ficou no Haiti. Com o advento da crise política e econômica do Brasil, essa insatisfação foi acirrada pelo desemprego.

Em terceiro lugar, os migrantes haitianos vivem numa condição de vulnerabilidade e de promiscuidade nas moradias de um ou 02 (dois) quartos, às vezes inadequadas. Aliás, essa situação é fragilizada mais ainda pela ausência de acesso dos haitianos a serviços sociais, como a saúde.

Em relação às condições de migração, de trabalho e de vida dos migrantes haitianos apresentadas, podemos acrescentar que os fluxos dos haitianos para o Brasil, depois o terremoto de 12 de janeiro de 2010, podem ser entendidos como um processo de recrutamento de trabalhadores pela superexploração da força de trabalho deles na perspectiva da divisão internacional de trabalho. Esse resultado corresponde ao principal interesse dessa pesquisa que foi de relacionar a migração internacional haitiana com a inserção dependente do Haiti no capital expansionista. Em outras palavras, analisar os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil como um recrutamento de mão-de-obra destinado à superexploração no mercado de trabalho brasileiro. Nessa perspectiva, optamos pela concepção de deslocamento em vez de migração nessa pesquisa. Aliás, uma pesquisa documental foi realizada para discutir o objeto de estudo, para desenvolver as categorias e para apresentar a

história da migração haitiana. Nessa discussão, destacamos alguns determinantes estruturais ou conjunturais que condicionam os fluxos migratórios dos haitianos para o Brasil.

Primeiro, historicamente o povo haitiano tem uma tradição de migrar para outros países desde mais de um século devido a sua inserção dependente na economia global capitalista que tem acirrado a pobreza, o desemprego, a estabilidade política e as catástrofes naturais. Em geral, sem dúvida, os haitianos já foram candidatos potenciais à migração na busca de oportunidades que o país não lhes oferece. Segundo, a expansão econômica do Brasil, na primeira década do século XXI, a organização da copa do mundo de futebol e as olimpíadas. Terceiro, o terremoto de 12 de janeiro de 2010 que abalou o país e deixou muitos haitianos mais empobrecidos e desesperados. Quarto, a presença do exército brasileiro com a MINUSTAH desde 2004 constituiu um determinante conjuntural e estrutural relevante na escolha dos haitianos para vir no Brasil como novo eldorado, como eles acharam. Entre estes determinantes, o quarto se revela central para uma compreensão estrutural e conjuntural da vinda dos haitianos no Brasil, sobretudo com a visita dos presidentes Lula e Dilma no Haiti, a atuação das ONG brasileiras, o Centro Cultural Brasileiro etc.

A discussão e o aprofundamento da presença do exército brasileiro no Haiti nos possibilitam mostrar como a migração internacional se insere dentro da lógica da divisão internacional de trabalho, particularmente, os migrantes haitianos que representam uma força de trabalho barata e facilmente explorável devido à situação de maior vulnerabilidade deles no Brasil. Essa constatação corresponde à estratégia do capitalismo em procurar alternativas compensatórias para superar as crises. Nessa perspectiva, Fialho Nascimento (2006) destaca 03 (três) forças compensatórias como ataque mais selvagem contra a natureza e contra a força de trabalho, a reestruturação produtiva que provocou o aguçamento dos contratos temporários, o desrespeito dos direitos trabalhistas, a terceirização etc.

Temos que ressaltar alguns limites da nossa pesquisa. Um deles se refere à falta de dados sobre a quantidade exata dos migrantes haitianos que residiam no Brasil até 2015, e inclusive a quantidade dos haitianos que residiam nesse país antes do terremoto de 12 de janeiro de 2010. Essa falta de dados nos impossibilitou de descobrir se os haitianos começaram a viajar ao Brasil pela via aérea antes do terremoto. Outro limite é a desproporcionalidade entre os entrevistados haitianos

desempregados em relação aos empregados, isto é, entre os 21 (vinte e um) haitianos entrevistados, somente 02 estavam empregados no momento da entrevista. Esse último limite é causado pelas dificuldades encontradas na pesquisa de campo.

A realização das entrevistas em São Paulo não foi uma tarefa fácil. Nossa pesquisa de campo foi dificultada pelo nosso desconhecimento e a grandeza territorial da cidade de São Paulo para circularmos, a falta de contato com mais pessoas que pudessem apresentar migrantes haitianos, servidores públicos e empresários, o prazo de 03 (três) semanas para ficar em São Paulo para realizar todas as entrevistas, a hesitação de alguns haitianos para conceder a entrevista, nossa não habilidade com o formulário que não foi testado antes da viagem a São Paulo, o desemprego que provocou a crise política e econômica no Brasil, pois muitos migrantes haitianos estão desempregados. No entanto, no decorrer da pesquisa de campo, conseguimos diminuir ou superar algumas dificuldades.

Como já discutimos, além da presença do exército brasileiro como determinante estrutural e conjuntural pela compreensão dos fluxos haitianos para o Brasil, a expansão econômica do Brasil na primeira década do século XXI é outro determinante. Porém, a conjuntura é diferente devido à atual crise política e econômica do Brasil que condicionou o aumento do desemprego. Esse último impacta inúmeros migrantes haitianos que são demitidos e não é fácil para eles encontrarem um novo trabalho. Diante desse desemprego, inúmeros migrantes haitianos deixaram o Brasil para viajar aos Estados Unidos pela fronteira. Outros viajaram para o Chile pela via aérea. Alguns voltaram para o Haiti pela via aérea, também. Essa reação corresponde a ponto de vista da Sayad para quem o migrante é um provisório definitivo. Ele é necessário quando o capital precisar de sua força de trabalho, mas no período de crise, ele é o primeiro a ser vítima da rejeição no mercado de trabalho do país de destino.

Outro elemento que é necessário destacar é a Proposta de Emenda Constitucional nº 55 (PEC 55) que foi votada do dezembro de 2016. A PEC objetiva a diminuição dos gastos públicos nas áreas de saúde e de educação. Se essa resolução constitui uma regressão e um ataque ao respeito dos direitos sociais dos cidadãos brasileiros, ainda mais os migrantes serão atingidos nessa sociedade onde a lei migratória não é inclusiva de migrantes não qualificados.

Não pretendemos demonstrar nessa pesquisa que não houve melhoria de condição de vida dos migrantes haitianos no Brasil. Considerando a diferenciação entre os que vivem no Haiti numa condição de pobreza ou de extrema pobreza, podemos descobrir uma melhoria em comparação às condições de vida no Haiti e no Brasil. Entretanto, os haitianos continuam a viver em condições de maior precariedade e de vulnerabilidade no Brasil, e o pior que as condições de vida de alguns migrantes haitianos estão agravando na sociedade brasileira, segundo informações recolhidas na nossa pesquisa de campo.

Isso explica a decepção dos migrantes haitianos que esperavam realizar seus sonhos num Brasil que foi considerado para eles como um novo “eldorado” ou uma “terra prometida”. Nos dias de hoje, precisamente desde 2016, são os venezuelanos que estão chegando em massa ao Brasil. Esses fluxos migratórios são os efeitos da crise econômica que atinge a Venezuela atualmente. É outro cenário que chama nossa atenção e que apela demanda pesquisa para desvelar os determinantes estruturais e conjunturais.

REFERÊNCIAS

ADÉLIA SOUZA Maria; GUIMARÃES Roberta P. In Tatiana Bertoni. Complicações da UNIVESP TV: *imigração haitiano* – Parte 1. 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Kh0NjU0XSwM>: Acesso em: 12 junho 2015.

ABC - Agência Brasileira de Cooperação. *Projetos de cooperação Sul-Sul Haiti*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores (MRE). Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Haiti>> Acesso em: 14 jun. 2016.

ALMEIDA, Paulo Sergio. *Migração haitiana ao Brasil*. Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Conselho Nacional de Imigração, 2010.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

AMADEO Javier e ROJAS Gonzalo. *Marxismo e pós-colonialidade teoria do sistema-mundo*. Lutas Sociais, São Paulo, n.25/26, p.29-43, 2º sem. de 2010 e 1º sem. de 2011.

AMIN, S. *Os desafios da mundialização*. São Paulo: Ideias e Letras, 2006.

ANTUNES, Ricardo. *Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho?*In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO. São Paulo, 2008. *Anais...* São Paulo, 2008.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 1999.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. *Educ. Soc.*, Campinas-SP, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1997.

BARROS, Jacque. *Le Nouvelliste*, 21 octobre 1977, et *Le Matin*, 21 mars 1980.

BATISTA-DOS-SANTOS, A. C.; ALLOUFA, J. M. de L.; NEPOMUCENO, L. H. Epistemologia e metodologia para as pesquisas críticas em administração: leituras aproximadas de Horkheimer e Adorno. *RAE*, São Paulo, v. 50, n. 3, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Beth Acesso em: 2016.

BECKER, Bertha. In: SIMPÓSIO RELAÇÕES ENTRE CIÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. *Propostas de Bertha Becker para o desenvolvimento da Amazônia*. 3., 2013, Belém. *Anais...* Belém: MPEG, set. 2013.

BORÓN, Atilio. *Teoría(s) de la independencia*. Conferencia del ciclo del mismo nombre organizada por agrupación SOS-La Mellade la Facultad de Ciencias Económicas de la Universidad de Buenos Aires e pronunciada el 30 de mayo de 2008 en esa Facultad.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CARDOSO, H. Fernando; FALETTO, Henzo. *Dépendance et développement en Amérique Latine*. Paris: Ed. PUF, 1978.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Estado mínimo x Estado máximo: o dilema*. *Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado*, Salvador, n. 12, dez. 2007/jan./fev. 2008.

CASIMIR, Jean. *Haiti et ses élites, l'interminable dialogue de sourds*. Port-au-Prince: Editions de l'Université d'Etat d'Haiti, 2009.

_____. *Pa bliye 1804*. Port-au-Prince: Imprimerie Lakay, 2004.

CATALDO, Beth. Perda de emprego acentua custos sociais da crise econômica. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/blog/beth-cataldo/post/perda-de-empregos-acentua-custos-sociais-da-crise-economica.html>: Acesso em: 19 dez. 2016.

CEPAL. Andras Uthoff y Horacio Santamaría (org.). *Panorama social de América Latina*. Naciones Unidas. Nueva York. 2006.

CHARLIER, Etienne. *Aperçu sur la formation historique de la nation haïtienne*. [1954]. Montréal: Les éditions DAMI, 2009.

CHESNAIS, François. *A globalização e o curso do capitalismo de fim de século*. *Economia e Sociedade*, Campinas-SP, n. 5, 1995.

COLISTETE, Renato Perim. *O desenvolvimentismo cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 41, p. 21-34, 2001.

CONNELL, J. *Kitanai, Kitsui and Kiken: The rise of labour migration to Japan*. Economic & Regional Restructuring Research Unit, University of Sydney, 1993.

COTINGUIBA, Geraldo Castro; PIMENTEL, Marília Lima. *Apontamentos sobre o processo de inserção social dos haitianos em Porto Velho*. *Travessia - Revista do Migrante*, São Paulo, n. 70, p. 99-106, 2012.

DISCURSO do presidente Michel TEMER na tribuna da ONU em setembro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/veja-integra-do-discurso-de-temer-na-abertura-da-assembleia-da-onu.html>: Acesso em: 10 mar. 2017.

DURKHEIM, Emile. *Da divisão internacional do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FANTÁSTICO. *Refugiados relatam casos de exploração, racismo e xenofobia no Brasil*. Edição Paulo Levy e Djavan Ferreira. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/4642480/>. Acesso em: 22 jan. 2017.

FERRARO, Luiz Antônio Jr. *Entre a invenção da tradição e a imaginação da sociedade sustentável: estudo de caso dos fundos de pasto na Bahia*. 2008. Tese de doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

FIALHO NASCIMENTO, Nádia Socorro. *Amazônia e desenvolvimento capitalista: elementos para uma compreensão da “questão social” na região*. 2006. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FORDELONE, Yolanda. *Onda haitina no Brasil*. São Paulo. 2014. Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,onda-haitiana-no-brasil,1566703>: Acesso em: 19 dez. 2016.

FOUCHARD, Jean. *Les marrons de la liberté*. Port-au-Prince: Editions Henri Deschamps, 1988.

FRANK, André. *A Theoretical Introduction to 5000 years of World System History*. *Review*, Binghamton, v. 13, n. 2, 1990.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Ed. Cortez, 1995.

GALLEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GALTUNG, Johan. *A Structural Theory of Imperialism*. *Journal of Peace Research*, v. 8, n. 2, p. 81-117, 1971.

GORENDER, Jacob. *Questionamen tos sobre a teoria económica do escravismo colonial*. *Estudos Econômicos*, São Paulo: IPE/USP, p. 4-39, 1996,

HANDERSON, Joseph. *Diáspora: as dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa*. 2015, 429f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2015.

HARVEY, David. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

HAZEU, Marcel Theodoor. *O não lugar de outro: sistemas migratórios e transformações sociais em Barcarena*. 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

HEGEL, Georg W. F. *La raison dans l'histoire*. Paris: 10/18, 2006.

HERCULANO, C. Selene. A qualidade de vida e seus indicadores. In: HERCULANO, Selene et al. (Org.). *Qualidade de vida e riscos ambientais*. Niterói-RJ: Eduff, 2000.

HONNETH, A. Die Pointe der Anerkennung. Eine Entgegnung auf die Entgegnung. In: FRASER, N; HONNETH, A. *Umverteilung oder Anerkennung? Eine politischphilosophische Kontroverse*. Frankfurt; Main: Suhrkamp, 2003. p. 271-305.

IBGE. Censo Demográfico 2010: *Sistema Nacional de Informação de Gênero- Análise dos resultados*. Brasília: 2010.

ICART, Jean-Calude. *Négriers d'eux-même*. Québec: Les Editions du CIDIHCA, 1987.

INIKORI, Joseph. *Africans and the industrial revolution in England: a study in international trade and economic development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

IVO, A. B. L. *Metamorfoses da questão democrática: governabilidade e pobreza*. Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001. (Coleção Becas de Investigación)

IZQUIERDO, Ivan. *A arte de esquecer*. Cérebro, memória e esquecimento. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2004.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Les jacobins noirs*. Toussaint Louverture et la révolution de Saint-Domingue [1938]. Port-au-Prince: Editions Fardin, 2003.

JANNUZZI, P. de Martino. *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações*. 3. ed. Campinas-SP: Alínea Editora, 2001.

JOACHIM, Benoît B. *Les racines du sous-développement en Haïti*. Port-au-Prince, Henry Deschamp, 1979.

LES JURISPRUDENCES DU CATRED, 2003. *Le Revenu Minimum d'Insertion (RMI)*. Disponível em: http://www.catred.org/IMG/pdf/rmi_10.pdf. Acesso em: 05 Fév. 2017.

LE NOUVELLISTE. *Le Bresil, bras ouverts, attend tous lês Haïtiens*. Porto Príncipe, 2015. Disponível em: lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/150801/Le-Bresil-bras-ouverts-attend-tous-les-Haitiens- Acesso em: 6 nov. 2015.

MACHADO, Luiz Toledo. *A teoria da dependência na América Latina*. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 13, n. 35, p.199-215, 1999.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. *O Haïti é aqui: primeiros apontamentos sobre os imigrantes haïtianos em Balneário Camboriú – SC*. *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 15, n. 28, p. 223-256, jan./jun. 2014.

MAMED, Leticia Helena. *Trabalho e migração: o recrutamento de haïtianos na Amazônia pela agroindústria da carne do Centro-Sul brasileiro*. Pesquisa pós-doutoral apresentada no Programa CAPES, 2015.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Tradução: Carlos Eduardo Silveira. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANIGAT, Leslie. *Da hegemonia francesa ao imperialismo americano*. In: FERRO, Marc (Org.). *O livro negro do colonialismo*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. p. 243-253.

_____. *Evantail d'histoire vivante d'Haiti*. Tome I. collection du CHUDAC, Média-texte. Port-au-Prince, 2001.

MARCHI, Benito de. *Migrações: humanidade em movimento. Além-Mar, Visão Missionária*. 2009. Disponível em: <http://www.alem-mar.org/cgi-bin/quickregister/scripts/redirect.cgi?redirect=EkFEkFyVZymPYOExOE>. Acesso em: 14 jun. 2015.

FÉLIZ, Mariano. *La dinámica del capitalismo periférico postneoliberal-neodesarrollista*. Contradicciones, barreras y limites de la nueva forma de desarrollo en Argentina. Revista Herramienta, n 45. 2015.

MARIN, R. A. *Mobilidade do trabalho: revisão teórica*. In: HÉBETTE, Jean. *Cruzando fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia*. Belém: EDUFPA, 2004. v. 1. p. 153-172.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica da dependência*. 1. ed. México: Era, 1973.

MARTINE, George. *A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. São Paulo em Perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 3-22, jul./set. 2005.

MARX, Karl. *O capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996. v. I, livro primeiro

_____. *O capital. Crítica da economia política*. [s.l]: Bertrand Brasil, 1989. 7 v.

_____. *Contribuição à crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

_____. *O capital*. v. 1. ed. em port. Fonte da presente transcrição: Centelha. Tradução: J. Teixeira Martins e Vital Moreira. Coimbra: Promoção do Livro, SARL, 1974.

MARX, K.; ENGELS, F. *February*. Vol. One, Progress Publishers, Moscow, 1969.

MENY, I.; THOENIG, J-C. *Las políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel, 1992.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. Campinas-SP: Boitempo Editorial, 2002.

MILESI, Rosita; CÉSAR, Willia de Andrade. *Entendendo a mobilidade humana e as migrações*. *Jornal Mundo Jovem*, Porto Alegre, n. 443, 2014.

MOSSUZ-LAVAU, Janine. *Sexualidade e religião: o caso das mulheres muçulmanas na França*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 377-386, maio-ago. 2005.

MOURA, Carlos. *L'histoire d'Haiti*. Edition L'Harmattan. 1984.

MRE - Ministério das Relações Exteriores. Departamento Cultural. *Centros culturais brasileiros*. Brasília, 2016. Disponível em: <http://dc.itamaraty.gov.br/lingua-e-literatura/centros-culturais-do-brasil>. Acesso em: 26 nov. 2016.

NARCISSE Bernard. *Les préludes au débarquement de 1915*. Québec: Les Éditions du CIDIHCA, 1991.

NOEL, Worlgenson Noel. Célébration du 100e anniversaire de la samba brésilienne en Haïti. *Le Nouvelliste*. Disponível em: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/165082/Celebration-du-100e-anniversaire-de-la-samba-bresilienne-en-Haiti>: Acesso em: 26 nov. 2016.

NORMAN, Girvan. *Caribbean community: the elusive quest for economic integration*. CARICOM, 1973.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Department of Economic and Social Affairs. International Migration Report 2015: highlights*. New York, 2016.

_____. *Handbook of social indicators*. New York, 1988.

Organização Internacional para as Migrações (OIM) é uma organização criada em 1951 a fim de solucionar os problemas relacionados com as migrações que haviam sido agravados pelo fim da Segunda Guerra Mundial. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Internacional_de_Migra%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 12 jun. 2016.

OSORIO, Jaime. *América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região*. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (orgs.). São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Fundamentos da superexploração*. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência*: MARINI Cátedra Ruy Mauro. Brasília: Edição IPEA, 2013.

PAPADEMETRIOU, G., Demetrios. *La migration internationale dans un monde en devenir. Revue Internationale des Sciences Sociales*. La Migration: Tendances mondiales, flux regionaux et nationaux, adaptation. UNESCO, v. 36, n. 3, 1984.

PDTE. 2015. *Prefeitura atende imigrantes haitianos com acolhida, saúde e trabalho*. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/noticia/prefeitura-atende-imigrantes-haitianos-com>

PEAN, L. J.-R. *Économie politique de la corruption*. (De Saint Domingue à Haïti 1791-1870). Port-au-Prince: Éditions Mémoire, 2000.

PEIXOTO J. *As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro sociológicas*. *SOCIUS Working Papers*, Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, n. 11, 2004.

PIMENTEL Marília Lima; COTINGUIBA Geraldo Castro. *Elementos etnográficos sobre imigração na Amazônia brasileira: linguagem e inserção social de haitianos em Porto Velho*, Universidade Federal de Rondônia – UNIR, Fortaleza, 04 a 07 de agosto de 2013.

PIZZIO, Alex. *Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual*. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 209-232, 2009.

RECENSEMENT Général de la Population et de l'Habitat (RGPH). Port-au-Price (Haiti), 2003, p. 36.

RELATÓRIO Anual de Rotas e Áreas de Concentração de Aves Migratórias no Brasil. Cabedelo-PB: CEMAVE/ICMBio, 2016.

SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo (Org.). *Latinoamericana: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe*. 1. ed. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2006.

SANCHES, Mariana. *Em 20 anos, remessa de dinheiro de trabalhadores estrangeiros ao exterior aumentou 10 vezes*. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/em-20-anos-remessa-de-dinheiro-de-trabalhadores-estrangeiros-ao-externo-aumentou-10-vezes-13749063#ixzz4bm4pB0Zj>; Acesso em: 19 dez. 2016.

SANTOS, Tania Steren dos. *Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital*. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 170-198, jul./dez. 2001.

SANTOS, Theotônio dos. *De la dependencia al sistema mundial, balance y perspectiva*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. v. 1. 25.

_____. *Socialismo o fascismo: el dilema latinoamericano y el nuevo carater de la dependencia*. México: Editora Edicol, 1978.

SASSEN, Saskia. *Sociologia da globalização*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2010.

_____. *The mobility of labor and capital*. 1. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SAUVEUR, Pierre Etienne. *L'énigme haitienne: échec de l'État moderne en Haïti*. Montréal: Les Presses de l'Université de Montréal, 2007.

SAYAD, Abdelmalek. *The suffering of the imigrant*. Cambridge: Polity Press, 2004.

_____. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EDUSP, 1998.

SEGUY, Franck. Racismo e desumanização no Haiti. *Educere e Educare: Revista da Educação*, v. 10, n. 20, p. 521-536, jul./dez. 2015.

_____. *A catástrofe de janeiro de 2010, a "Internacional Comunitária" e a recolonização do Haiti*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2014.

SIDNEY, A. da Silva. *Migrações na Pan-Amazônica: fluxos, fronteiras e processos socioculturais*. São Paulo: HUCITEC; FAPEAM, 2012, p. 316.

SILVA, W. R. da. *O migrante sob a dominação do capital. Opressão e impactos sociais*. (Ensaio de reflexão). *Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Universidad de Barcelona, v. 6, n. 119 (122), 2002.

SILVEIRA, Caio Gomes. *Crise afeta famílias haitianas de imigrantes no Brasil: 'Real está fraco'*. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/itapetininga-regiao/noticia/2015/10/crise-afeta-familias-haitianas-de-imigrantes-no-brasil-real-esta-fraco.html>: Acesso em: 19 dez. 2016.

SKLAIR, Leslie. *Métatheorie, théorie et recherche empirique: l'analyse de la dépendance et du "gender" en sociologie du développement*. *Sociologie et Société*, v. 19, n. 2, p. 51, out. 1987.

SOARES, A. D. Gláucio. *A questão agrária na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Editora Autêntica, 2013.

SUZY, Castor. *L'occupation americaine d'Haiti*. Port-au-Prince: Imprimerie Henry Deschamps, 1988.

VALDEZ, Robson. *Migrações Internacionais e seus fluxos de contradições*. *Panorama Internacional*, Porto Alegre, v. 1, n. 3, 2016. Disponível em: <http://panoramainternacional.fee.tche.br/numero-atual/?issue=volume-1-numero-3>. HYPHERLINK "<http://panoramainternacional.fee.tche.br/numero-atual/?issue=volume-1-numero-3>" 3, 2016. Disponível em: <http://panoramainternacional.fee.tche.br/article/migracoes-internacionais-e-seus-fluxos-de-contradicoes/>: Acesso em: 30 jan. 2017.

VALES, René. *Migrations et émigration des haitiens vers l'Amérique du Nord, consideration sur les consequences socioéconomiques*. Mémoire pour la Faculté d'Ethnologie. Port-au-Prince. Juin 1970. p. 8.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; BOTEAGA, Tuíla (Org.). *Política migratória e o paradoxo da globalização*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: CSEM, 2015.

VELASCO, S. Lima. *Imigração na União Europeia: uma leitura crítica a partir do nexo entre securitização, cidadania e identidade transnacional*. Campina Grande-PB: EDUEPB, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System. Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. New York: Academic Press, 1974.

WOODING, Bridget; MOSELEY-WILLIAMS, Richard. *Nécessaires mais indésirables. Les immigrants haitiens et leurs descendants en République Dominicaine*. Port-au-Prince: Editions de l'Université d'Etat d'Haiti, 2009.

XAVIER, Fernando César Costa; MOTA, Nayara Costa. III ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS. *A questão dos refugiados e dos imigrantes no Brasil e os dos objetivos do desenvolvimento do milênio da ONU*. 07 a 11 Out. 2014. Universidade de Fortaleza. Fortaleza/Ceára.

ZAGO, Luis Henrique. *O método dialético e a análise do real*. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 127, p. 109-124, jun. 2013.

Sites:

<http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2004/08/18/ult34u102371.jhtm>: Acesso em: 11-dez. 2016

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/9281-discurso-durante-cerimonia-de-formatura-das-tropas-brasileiras-da-missao-da-onu-minustah-porto-principe-haiti-25-02-2010>: Acesso em: 12 dez. 2016.

http://www.lemonde.fr/planete/article/2016/10/06/ouragan-matthew-1-5-million-de-personnes-evacuees-en-floride_5009339_3244.html: Acesso em: 12 nov. 2016.

<https://site.vagas.com.br/PagEmpr.asp?e=vivario>: Acesso em: 4 nov. 2016.

<http://vivario.org.br/viva-rio-no-haiti/>. Acesso em: 4 nov. 2016.

<http://oglobo.globo.com/brasil/em-20-anos-remessa-de-dinheiro-de-trabalhadores-estrangeiros-ao-exterior-aumentou-10-vezes-13749063>: Acesso em: 19 dez. 2016.

<http://segurodesemprego2016.com.br/nova-lei/>: Acesso em: 14 mar. 2017

<http://reporterbrasil.org.br/2014/01/imigrantes-haitianos-sao-escravizados-no-brasil/>: Acesso em: 23 mar. 2016

<http://www.histoiredumonde.net/Ile-de-la-Tortue-Haiti.html>: Acesso em: 23 mar. 2017.

APÊNDICES

I- Roteiro de entrevista elaborado para recolher as informações aos migrantes haitianos em São Paulo

- Identificação
 - Sexo: F M
 - Idade: 15-20 21-30 30-40 41-55 56...
 - Estatus matrimonial:
 - solteiro casado (no Haiti ou no Brasil) divorciado
 - Nível de escolaridade alcançado:
 - fundamental ensino médio universitário
 - Número de filhos:
 - Endereço no Brasil:.....
.....
- Condições da migração
 - Como você veio para o Brasil? Avião fronteira
 - Qual foi a trajetória de viagem do Haiti até o Brasil?
 - Ano de chegada ao Brasil:.....
 - Porque você escolheu o Brasil?
 - Trabalho educação outro motivo
 - Como você foi avisado sobre as oportunidades do Brasil?
.....
 - Qual era sua ocupação no Haiti?
 - Quanto você gastou para vir no Brasil?
 - Como você conseguiu dinheiro para viajar?.....
.....
 - Que tipo de visto você tem:provisório permanente
 - Com quem mora no Brasil – de que nacionalidade –
 - Como você comunica com pessoa do Haiti?
 - Com quem você tem contato no Haiti:parente amigo
 - Quantas vezes você visitou o Haiti?
 - Remessas:
 - Quanto em dinheiro? O que em bens materiais?
 - Frequência das remessas: por mês, cada dois meses, cada três meses, outro.
 - Como envia?
 - Para quem envia dinheiro?
 - Você já foi a outro(s) país(es)? Se sim, qual(ais) o(s) país(es)?
- Condições de trabalho
 - O nome da empresa onde você trabalha:

- Qual é a área de trabalho?.....
- Qual é o tipo de contrato?.....
 - Formal: com tempo determinado, permanente
 - Informal :
- Qual é sua função?.....
- Que tipo de ferramenta você usa para trabalhar?
.....
- Que tipo de salário você recebe?
fixo, variável (por produção)
- Quanto tempo fica o horário diário?.....
- Quanto tempo fica o intervalo por almoço?.....
- Como fica a férias para você?
 - Férias públicas: sempre pouco nunca
 - Férias anuais: sim (quanto dias) não
- Condições físicas nos postos de trabalho:
 - Tamanho do espaço: ao ar aberto ou fechado, amplo, restrito.
 - Exposição aos riscos no espaço de trabalho: tóxico, húmido
 - Ruídos: baixa, alto, muito alto
 - Temperaturas: baixa, alto, muito alto
 - Rotinha física:
 - Saneamento:
- Como fica o sistema de controle no trabalho:
- Você foi vítima de agressão verbal, físico ou sexual no campo de trabalho?
- Você já tenha tido um/dos acidente(s) no campo de trabalho?
- Que tipo de transporte você pega para ida e volta ao/do trabalho?
- Como fica a intensidade do trabalho: tempo de trabalho extenso e rígido, quantidade de trabalho por dia.
- Você já foi vítima de promessa enganosa em relação ao trabalho?
- Você está ou tinha devendo dívida ao empregador no contexto de seu trabalho?
- Você já foi afastado do trabalho para o empregador?
- Você tem direito ao sego depois o afastamento do trabalho:
- Rotatividade/mudança de trabalho:
- Você já tinha exposto à violência ou ao roubo em relação ao trabalho?
- Você tem conhecimento de seus direitos de trabalho? Se sim, como você sabe isso?
- Condições de vida
 - Condições de habitação:
 - Como fica o saneamento do meio ambiente do bairro?
Limp, sujo, asfaltado, tóxico
 - Qual é o tipo de contrato da casa? Aluguel, cedida, outro

- Como é construída a casa: em madeira, em concreto, outro
- Quantas pessoas por cômodo?.....
- Você tem dentro da casa esses elementos (conforto doméstico): água, luz, chinelo, sofá, televisão, frigorífico, fogão, esgoto, gestão de lixo?

- Como fica sua condição de saúde: sintoma de doença?
- Como seu salário te permite fazer os gastos seguintes: aluguel, luz, alimentação, transporte, internet, remessas, lazer.
- Quais são suas atividades de lazer?

- Acesso às políticas públicas (mesmo)
 - Acesso a serviços migratórios
 - Reunificação familiar
 - Alocação específica: bolsa família
 - Obtenção da naturalização
 - Obtenção de visto

 - Acesso aos serviços sociais
 - Moradia: auxílio aluguel, minha casa minha vida
 - Alimentação:
 - Saúde:
 - Educação: curso de português, curso profissional, escolaridade pelo filho

II- Roteiro de entrevista elaborado para recolher as informações aos representantes da Missão da Paz e os servidores públicos da SMTDE em São Paulo

- Como você pode entender a vinda dos haitianos para o Brasil tomando conta o fortalecimento da relação bilateral entre o Brasil e o Haiti desde a presença do exército brasileiro no Haiti em 2004?
- Como você pode entender a presença da Minustah, a visita e os discursos no Haiti dos presidentes Lula e Dilma como fatos que possam dar uma visibilidade ao Brasil no Haiti e contribuir na escolha dos haitianos para vir no Brasil?
- Como você pode determinar o interesse dos haitianos em vir para o Brasil?
- Como você pode interpretar, de um lado, a disposição dos presidentes Lula e Dilma pela recepção dos haitianos no Brasil e, de outro lado, a falta de estrutura de atendimento deles quando chegaram?
- Que pode explicar o interesse dos empresários do Brasil aos trabalhadores haitianos?
- Quais são as reações dos empregadores na questão da habilidade, do comportamento dos haitianos no trabalho?
- Quais são as reações dos empregadores sobre o impacto dos haitianos pelo progresso ou avanço da empresa deles?
- Quais são as reivindicações dos haitianos em relação à insatisfação das condições de trabalho?
- Quais são as reações dos haitianos à insatisfação das condições de trabalho?
- Porque, em geral, os haitianos não querem ficar mais no Brasil, e se usa o território brasileiro como uma transição para ir ao outro país?
- Como você pode analisar ou refletir sobre o aumento, desde outubro 2015 até agora, de liberação de visto brasileiro de 200 a 2000 mil por mês aos haitianos para vir no Brasil e até agora mantém a falta de estrutura favorável

para o atendimento dos migrantes e o desemprego que ocasionou a crise atual?

- A seu ver, podemos falar de uma diferença de tratamento entre os migrantes haitianos, os latinos e os nordestinos, sobretudo no caso de condição de trabalho?

II- Roteiro de entrevista elaborado para recolher as informações aos empregadores de migrantes em São Paulo

- Identificação da empresa
 - Nome:
 - Endereço:
 - Setor de atividade:
 - Tipo de produção:

- Motivação para o recrutamento de haitianos
 - Como você recruta os haitianos?
 - É fácil ou difícil de recrutar os haitianos? Se sim, por quê?
 - Qual é a estimativa da quantidade de haitianos na empresa?
 - Os haitianos entendem ou aprendem rápido no campo de trabalho?
 - Como você acha a habilidade dos haitianos na execução da tarefa deles?
 - Como você acha o comportamento/atitude dos haitianos no campo de trabalho?
 - Como você consegue lidar com os haitianos?
 - Como você acha/analisa o impacto dos haitianos no processo de produção?
 - Você tem interesse em recrutar mais haitianos? Por quê?

V- Fala de um migrante haitiano entrevistado sobre sua alternativa pelo seu retorno no Haiti

Dirèkteman pou mw bagay yo difisil la mwen pap rete tèlman. Sim fè yonlane Brezil map desann Ayiti poum al fè kèk lòt aktivite. Objektif mw se desann Ayiti paske Brezil la vin konplike mwen gen bagay map ka fè Ayiti. Ane prochèn map tounen poum al regle aktivite mw, map fè ti biznis, gen lòt aktivite map ka fè. **Pou konnya la Brezil vin an kriz travay (grifo nosso)**, fòk yon nèg oryantel pouw konn kisaw ka fè. An 2017 la map retounen kanmenm. Map ka defann mw Ayiti pi byen ke Brezil. Poukisa? Ou pa ka travay nan travay pa jou isi, gen nèg ki travay pa jou, pou yo ka fè 100 ou 120 ou 150 reais pa jou men li pa fasil yo dim. Lèw travay kanè siyen isi a plis kòb ou ka fè se 40 *reais*, se lè sipleman tè a ki ka fèl rive 60 ou 70 ou 80 *reais*. Imajine siw pa gen eta de sante pouw fè lè sipleman tèse lè nòm al sèlman, ou fè 40 *reais* sèlman Brezil, 40 *reais* pa ka bay 10 dola ameriken. 10 dola ameriken vo 120 dola ayisyen, sim gen yon kamyonèt kap travay Ayiti mwen pa ka pa fè 120 dola ayisyen, mwen ka viv Ayiti tou... Map achte yon machin pou 70 ou 80 mil dola ayisyen. Machin mw se poumwen li ye, map fè demi jounen epi mw bay yon moun fè demi jounen travay ak machin nan, map ka fè 200 dola ayisyen, mw sere 100 dola pou machin nan, mw manje 100 dola lakay mw. Ebyen map ka fonksyone mwen pap bezwen rete Bresil. Mwen imajine lajanm se lè sipleman tè ki ka fèm fè 15 dola ameriken pa jou... sim pa mete lè siplantè mwen pa ka fèl. 15 dola ameriken pa ka bay 200 dola ameriken. Se pa dirèkteman yon gro bagay. Sèl diferans ki gen Brezil e ki deferan de Ayiti, non sèlman pa gen travay Ayiti men Brezil gen yon ti garanti yo bay lèw kite yon travay yo diw aprè yon lane yo bay 5 mil *reais* ki ka baw 1000 dola ameriken.

ANEXOS

ENTENDA A PEC 55 TETO DOS GASTOS

OBJETIVO

Criar um teto de gastos públicos para evitar que a despesa cresça mais que a inflação.

PRAZO

20 anos, sendo que a partir do décimo ano, será possível revisar as metas.

ALCANCE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e para todos os órgãos e poderes da União.

LIMITES

Para 2017: despesa primária + restos a pagar corrigidos pelo índice de 7,2%, que é a previsão da inflação para este ano. A partir de 2018: correção pela inflação acumulada até junho do ano anterior.

SAÚDE E EDUCAÇÃO

Em 2017, a saúde terá 15% da Receita Corrente Líquida e a educação 18% da arrecadação de tributos. A partir de 2018, seguem a correção da inflação prevista para os demais setores.

PROIBIÇÕES

Quem não respeitar o teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal e criar novas despesas.

20

ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI PARA A ELABORAÇÃO E A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PROGRAMA ESTRATÉGICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PARA O PERÍODO 2008-2010 NAS ÁREAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E DE AGRICULTURA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Haiti
(doravante denominados “as Partes”),

Considerando o compromisso do Governo brasileiro de empreender esforços para promover ações de combate à fome e à pobreza na América Latina e Caribe;

Convencidos da necessidade de promover o Direito à Alimentação, como um direito humano reconhecido internacionalmente;

Cientes da necessidade de desenvolver capacidades locais e de promover a autonomia das instituições e o aprimoramento dos recursos humanos envolvidos no processo de desenvolvimento socioeconômico do Haiti, o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti,

Decidiram:

1. Enviar uma missão técnica exploratória ao Haiti, durante a primeira quinzena de julho de 2008, a fim de avaliar a situação agrícola e alimentar local e identificar as tecnologias apropriadas às características e às necessidades do país.
2. Elaborar um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o período 2008 – 2010, programa que descreverá a resposta do Governo brasileiro às prioridades de desenvolvimento do Governo haitiano nas áreas da segurança alimentar e da agricultura.

Esse Programa Estratégico deverá identificar os projetos conjuntos principalmente nos seguintes temas:

- a) introdução e avaliação de variedades vegetais para o desenvolvimento agrícola e energético;
- b) disponibilização de conhecimentos e tecnologias para a melhoria dos sistemas de produção de frutas e hortaliças;
- c) controle da propagação de doenças zoo e fitossanitárias;
- d) otimização do uso de recursos hídricos para a agricultura;
- e) apoio ao desenvolvimento de outras cadeias produtivas e das cooperativas rurais;
- f) apoio ao ensino, pesquisa, assistência técnica e extensão rural;
- g) formulação de políticas públicas para promoção da agricultura familiar e do desenvolvimento rural sustentável, e
- h) promoção da segurança alimentar e nutricional.

3. A contribuição brasileira não se limitará aos temas supracitados. Esta poderá ser estendida, após acordo entre as partes, a outras áreas que tenham como objetivo final promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável da agricultura haitiana, bem como fortalecer as capacidades técnicas e gerenciais do Governo haitiano e de outras entidades a serem envolvidas nesse Programa.

4. Ambos os Governos indicarão, posteriormente, os interlocutores que comporão um Comitê Executivo para a organização e a realização da referida missão exploratória ao Haiti, bem como para a coordenação, a validação e a avaliação das ações resultantes da missão exploratória e do Programa Estratégico.

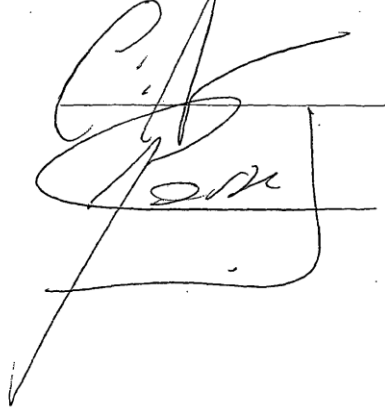
5. Os Governos brasileiro e haitiano se comprometem a mobilizar especialistas de instituições com atuação destacada, sobretudo nos temas indicados, a fim de assegurar a implementação do Programa Estratégico de Cooperação Técnica e seu impacto sobre as áreas mencionadas.

6. A cooperação técnica brasileira será realizada por meio da transferência de conhecimentos técnicos e da experiência do Brasil, em bases não comerciais, de forma a promover a autonomia da República do Haiti no que diz respeito ao desenvolvimento rural. Para tanto, o Governo brasileiro utilizará os serviços de consultorias especializadas e de apoio técnico, bem como a realização de treinamentos e, eventualmente, a aquisição de equipamentos e de materiais.

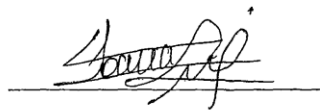
7. Ambos os Governos assegurarão a coordenação desse Programa Estratégico em cooperação com os organismos especializados do Sistema das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos; buscarão também outros parceiros nacionais e internacionais capazes de fornecer o apoio necessário à elaboração e à implementação do referido Programa.

Feito em Porto Príncipe, em 28 de maio de 2008, em dois exemplares originais em português e em francês, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL

A large, stylized handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is highly cursive and appears to be the name of a representative from the Brazilian government.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO HAITI

A smaller, more legible handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature appears to be the name of a representative from the Haitian government.

**ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DO HAITI SOBRE ISENÇÃO RECÍPROCA
DE VISTOS PARA OS TITULARES DE PASSAPORTES
DIPLOMÁTICOS, OFICIAIS OU DE SERVIÇO**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República do Haiti
(doravante denominados "Partes"),

Animados pelo desejo de facilitar as viagens dos funcionários entre os dois Países,

Acordaram o que se segue:

1. Os nacionais da República Federativa do Brasil e da República do Haiti, titulares de passaportes diplomáticos e oficiais ou de serviço, acreditados em suas respectivas Missões Diplomáticas ou Representações Consulares, assim como os membros de suas famílias titulares de passaportes diplomáticos e oficiais ou de serviço, poderão entrar, permanecer e sair dos territórios haitiano e brasileiro, sem a necessidade de visto, durante todo o período de sua missão.
2. Os nacionais da República Federativa do Brasil e da República do Haiti, titulares de passaportes diplomáticos e oficiais ou de serviço, não acreditados no outro país, estarão isentos de visto, para trânsito ou para entrar e sair livremente no território haitiano e brasileiro, e nele permanecer pelo período de até noventa (90) dias, contados a partir da data de entrada.
3. As pessoas beneficiadas pelo presente Acordo estarão sujeitas à observação das leis e regulamentos vigentes no Estado receptor, referentes à entrada, permanência e saída de estrangeiros.
4. Cada uma das Partes poderá suspender a aplicação total ou parcial deste Acordo por motivo de ordem pública, de segurança ou para proteger a saúde pública. A adoção de tais medidas, assim como sua suspensão, será comunicada à outra Parte, por via diplomática.
5. As Partes contratantes intercambiarão, em até trinta (30) dias após a assinatura do presente Acordo, por via diplomática, espécimes dos documentos de viagem mencionados no presente Acordo.

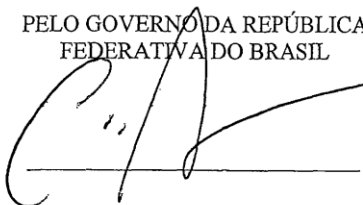
6. Qualquer modificação nos mencionados documentos de viagem deverá ser comunicada, com a brevidade possível, à outra Parte, devendo ser enviados, ao mesmo tempo, espécimes dos novos documentos, acompanhados de descrição pormenorizada de seu uso e aplicação.

7. Quaisquer das Partes poderá denunciar o presente Acordo mediante aviso prévio de sessenta (60) dias, por via diplomática.

8. O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias a partir da data da assinatura pelas Partes.

Feito em Porto Príncipe, em 28 de maio de 2008, em dois exemplares originais, nos idiomas português e francês, sendo ambos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL



PELO GOVERNO DA REPÚBLICA
DO HAITI

